



**INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA**

# **A Penhora – A Responsabilidade Patrimonial pela dívida e o seu Impacto Pessoal**

**Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
SOLICITADORIA – RAMO DE AGENTE DE EXECUÇÃO**

**ANDREIA SOFIA DA SILVA PINHO**

Realizada sob Orientação do Professor Doutor MIGUEL SERRA.

**Coimbra, 2017**

# **A Penhora – A Responsabilidade Patrimonial pela dívida e o seu Impacto Pessoal**

**Realizado por Andreia Pinho**

**Sob Orientação do Professor Doutor Miguel Serra**

**Coimbra, 2017**

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

## **RESUMO**

A execução para pagamento de quantia certa, é o meio pelo qual o exequente e os eventuais credores reclamantes alcançam a concretização dos seus direitos de crédito, pela “liquidação” e “transmissão” do património e direitos do devedor, habitualmente mediante a sua penhora e posterior venda.

Não obstante, há que respeitar os limites impostos pela lei ao objeto da penhora. A proteção dos direitos fundamentais do executado está relacionada com a delimitação concreta dos bens a penhorar, protegendo-se a esfera pessoal e familiar do devedor e garantindo-se uma execução justa, ponderada e equitativa.

## **PALAVRAS – CHAVE**

Impacto pessoal; Proporcionalidade; Dignidade Humana; Processo Equitativo.

## **ABSTRACT**

The process for collection of payment of a certain sum, is the means by which the creditor and any claimants creditors reach the achievement of its claims, the "liquidation" and "sale" of assets and debtor's rights usually by their attachment and subsequent sale. Nevertheless, we must respect the limits imposed by law. The protection of the debtor's fundamental rights are related with the specific delimitation for the attachment, protecting the personal and family sphere of the debtor and ensure a fair, thoughtful and equitable proceeding.

## **KEYWORDS**

Personal impact; Proportionality; Human Dignity; equitable procedure

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Miguel Serra, pela excelente orientação e disponibilidade, bem como o apoio e transmissão de conhecimentos que me deu.

A todos os Docentes com quem tive a honra de aprender, e a todo o I.S.C.A.C por terem feito de tudo para tanto eu, como todos os meus colegas, tivéssemos a melhor preparação possível. Em particular gostaria de agradecer ao Dr. Benjamim da Silva Rodrigues que despoletou a minha sensibilidade sobre o impacto pessoal da execução, no âmbito das suas aulas de deontologia e que me levou a escolher este tema.

Às minhas colegas e amigas, Ana Sofia Rocha, Ânia Valadão, Vanessa Norinho, Sandra Patarra, Inês Cancela, por todo o apoio, companheirismo, confiança e por acreditarem em mim e nas minhas capacidades.

Aos meus colegas de escritório com quem eu aprendi e aprendo muito e que sempre se demonstraram disponíveis para discutir pontos de vista comigo que sustentassem as minhas afirmações nesta dissertação.

À minha Família, em especial aos meus pais, irmã, avós, tia e prima, um grande obrigado por fazerem de mim quem sou hoje, por acreditarem em mim, por me darem força quando eu já não tinha.

Por último, devo um agradecimento muito especial ao meu namorado e companheiro, Hugo Pinheiro, pela sua paciência, motivação, incentivo e ainda por ter sido aquele que mais me apoiou, incondicionalmente, neste percurso.

A todos um muito obrigado!

## SIGLAS

AC - Acórdão

AE – Agente de Execução

Al - Alínea

Art.º - Artigo

AT – Autoridade Tributária

CC – Código Civil

CDSAE - Código Deontológico dos Solicitadores e dos Agentes de Execução

CEJ – Centro de Estudos Judiciários

CP – Código Penal

CPC – Código de Processo Civil

CPPT - Código de Procedimento e de Processo Tributário

CRP – Constituição da Republica Portuguesa

DL – Decreto-Lei

EOSAE – Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução

Ib. – Ibidem (no mesmo lugar)

ISBN - International Standard Book Number

M. Juiz – Meritíssimo Juiz

NCPC - Novo Código de Processo Civil

N.º - Número

OJ – Oficial de Justiça

PEPEX - Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo

pp – Página

RJPI – Regime Jurídico do Processo de Inventário

ss/sgts - seguintes

ZPO – Zivilprozessordnung (Código de Processo Civil Alemão)

## INTRODUÇÃO

No âmbito do 2.º ano do Mestrado em Solicitadoria – Ramo de Agente de Execução, no que diz respeito à parte não letiva do mesmo, optámos por elaborar uma Dissertação de Mestrado.

A razão pela qual escolhemos este método resume-se à vontade de investigar e analisar dados que respondam a certas questões que estejam ainda pouco desenvolvidas.

Por esse motivo o objeto de estudo versa sobre o impacto pessoal na vida familiar e profissional do executado que a cobrança coerciva da dívida pode acarretar.

Muitas das monografias já existentes não desenvolvem o carácter pessoal da execução.

Pois bem, o nosso objetivo será primordialmente esse, cruzando-se a pesquisa bibliográfica de direito com uma realidade deontológica e social e moral.

Tentaremos abordar a ação executiva com um olhar crítico e com base na análise efetuada, sugerir as alterações tendentes ao seu aperfeiçoamento.

Na ação executiva deverá sempre haver uma necessária ponderação, em obediência à dignidade da pessoa humana, por forma a que o executado seja afetado o mínimo possível.

É certo que o objetivo da ação executiva é obter o pagamento de uma dívida, mas também é certo que há vários fatores pessoais que têm de ser estudados e tomados em consideração.

O que se pretende essencialmente visar são os vários tipos de penhora e as suas vicissitudes, como por exemplo o caso da penhora da casa de morada de família.

Para além disso, pretende-se responder a certas questões, designadamente, que implicações tem o ato de penhorar para além das óbvias implicações económicas? É a crise a grande responsável pelo aumento da ação para pagamento de quantia certa? Qual a importância do Agente de Execução e da sua conduta? A ação executiva é uma ação justa? Quais os meios existentes para proteger os direitos do executado?



Para responder a estas questões iremos realizar uma pesquisa bibliográfica de varias matérias, como sejam as relacionadas com a ação executiva, a deontologia e a Constituição da República portuguesa bem como comparar o rácio da crise com o número de processos executivos e, ainda, com motivo pela qual estão pendentes.

A presente dissertação encontra-se dividida em duas partes que separam o impacto da ação executiva, para pagamento de quantia certa, no património do executado e na vida pessoal, profissional e familiar do mesmo.

Assim, na primeira parte, reservamos o primeiro capítulo para um enquadramento geral da execução para pagamento de quantia certa e uma breve alusão às várias reformas do código de processo civil e que mudanças é que as mesmas acarretaram.

No segundo capítulo desenvolvemos o conceito de penhora, os bens sobre o qual a mesma pode incidir e em que termos.

Estudámos, ainda, no terceiro capítulo, os regimes de impenhorabilidade, comparando-os com outros sistemas jurídicos estrangeiros. Abordamos ainda a penhora de bens comuns do casal e o estatuto processual do cônjuge.

Na segunda parte da presente monografia que, como já referimos, se debruça sobre a esfera pessoal do devedor, destinámos o primeiro capítulo para o estudo dos limites da penhora, estudando os seus efeitos bem como os princípios a que deve respeitar, como o princípio da dignidade da pessoa humana e da proporcionalidade, garantindo, assim, uma penhora justa.

Guardando o último capítulo para abordar a relação do Agente de execução com o executado, tendo este que adotar uma conduta equilibrada e ponderada e com respeito ao executado. Mais estudámos, neste capítulo, os meios que o executado tem para defesa dos seus direitos como a oposição à execução e à penhora de modo a prevenir execuções injustas.

Achamos, ainda, pertinente fazer uma análise do impacto da crise económica no crescimento das instaurações de ações executivas. Para tal cruzamos informações estatísticas de modo a estabelecer uma ligação entre os vários fatores da crise economia (como sendo o desemprego e a procura de crédito) e o número de processos executivos a dar entrada nos tribunais nesse ano.

Para finalizar, estudamos a problemática da penhora da casa de morada de família, tendo feito alusão ao novo rumo tomado pelas execuções fiscais no que diz respeito á proteção da casa de morada de família.

**PARTE I - A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO EXECUTADO PARA  
O PAGAMENTO DA DÍVIDA**

## **CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES GERAIS DA PENHORA**

### **1. Execução para Pagamento de Quantia Certa**

A ação executiva tem como finalidade a realização ou reparação efetiva e coerciva, em prazo razoável, de um direito do credor<sup>1</sup>, conforme resulta do pressuposto no artigo 10.º n.º 4 do CPC.

Ao contrário da ação declarativa, a ação executiva não visa a declaração ou reconhecimento de um direito, mas sim a sua concretização.

Ora, esta via processual que tem como objetivo um cumprimento coativo da obrigação, nomeadamente o pagamento de quantia certa, uma prestação de facto ou uma entrega de coisa certa, carece de um título executivo onde conste que o devedor<sup>2</sup> se vinculou a tal obrigação, através do qual, se presume a existência do direito subjetivo. Assim sendo, as ações executivas visam obter o cumprimento coercivo de uma obrigação<sup>3</sup>, que consta do título executivo.

Munido deste título, o Direito Português assevera ao exequente a concretização do seu crédito, tão integral quanto possível, à custa do património do executado quando não se verifique o cumprimento da obrigação voluntariamente a que o mesmo se encontra adstrito.

Mais ainda, a ação executiva visa, não apenas, a satisfação da dívida do exequente, como também, de todos os credores que venham a ser intervenientes no processo, depois de citados para reclamar os seus créditos equitativamente.

---

<sup>1</sup> O credor é o titular do direito de prestação, uma vez que é o sujeito ativo da relação de crédito. Cit. VARELA, João de Matos Antunes, 2000. Das Obrigações em Geral, Volume I, 10.ª Edição. Coimbra: Livraria Almedina, pp. 74. ISBN 9724013898.

<sup>2</sup> O devedor é o sujeito passivo da relação de crédito, sobre quem recai o dever de efetuar a prestação. Cit. Ib. pp. 74.

<sup>3</sup> “O fim natural da obrigação é o seu cumprimento”. Cit. Ib. pp. 17.

Em suma, no âmbito da ação executiva são penhorados os bens do devedor (suficientes para satisfazer a obrigação) cujo produto da sua venda tem como fim o pagamento da dívida exequenda.<sup>4</sup>

Ao longo das últimas décadas o Código de Processo Civil tem vindo a sofrer grandes alterações.

No que diz respeito ao processo executivo, teve a primeira grande alteração na reforma de 2003 (DL n.º 38/2003 de 8 de março), onde foi introduzida a desjudicialização do processo com a introdução da figura do Solicitador de Execução (agora Agente de Execução) como o agente que tramitava o processo executivo. Não obstante, permaneceu, um processo de natureza jurisdicional, onde o Juiz continuava como “supervisor” dos atos praticados pelo Solicitador de Execução. Assim, apesar da existência da figura do Solicitador de Execução, o juiz continuava com o poder geral de controlo do processo executivo, podendo o mesmo solicitar esclarecimentos sempre que tivesse por conveniente para além das suas funções especificamente previstas no código de processo civil.<sup>5</sup> Em contrapartida, ao AE não lhe era concedido o poder de aceitação do processo, estando esse ato encarregue ao Juiz, ficando este encarregue pela realização das diligências executivas propriamente ditas, (penhora, citações, notificações e publicações), bem como consulta às bases de dados, recebimento de pagamentos do executado ou terceiros por conta deste, adjudicações e decidir a modalidade de venda a aplicar.

Mais tarde, com a reforma de 2009, (introduzida pelo DL n.º 226/2008, de 20 de Novembro) visou-se simplificar a ação executiva, tornando-a mais célere, atribuindo maiores funções ao Agente de Execução, passando o Juiz de execução

---

<sup>4</sup> Cit. VALLES, Edgar, 2015. Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções, 6.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 159. ISBN 9789724058948.

<sup>5</sup> O juiz de execução tinha, ainda, o poder de: aceitação do requerimento executivo, que era remetido à secretaria; proferir despacho liminar; julgar oposição à execução e à penhora; verificação e graduação de créditos; decidir reclamações de atos praticados pelo AE; decidir outras questões suscitadas por qualquer uma das partes; reduzir ou isentar a penhora de rendimentos; conceder a autorização de levantamento de sigilo fiscal e bancário; autorizar o auxílio da força pública; autorizar a divisão do prédio penhorado; decidir a sustação da execução; presidir à abertura de propostas; suspender a execução por acordo de pagamento entre as partes; autorizar a venda antecipada.

a ter um intervenção provocada pelas partes. Nessa senda, atos que eram da responsabilidade do Juiz de execução passam a fazer parte das competências do AE, como por exemplo a de aceitação do processo executivo, que o mesmo analisa e verifica se respeita todos os requisitos legais de exequibilidade e, caso contrário, pode recusá-lo.

Com a reforma do CPC de 2013 (Lei n.º 41/2013, de 26 de junho), a natureza jurisdicional do processo executivo veio a ser revigorada mediante a atribuição de maiores poderes de controlo, sobre os trâmites do processo, ao juiz de execução, nomeadamente com a implementação do despacho liminar como regra quando a ação executiva segue forma ordinária, tendo algumas competências declarativas e executivas do agente de execução passado para o juiz.

Assim, em 2013 houve um regresso de algumas competências que com a reforma de 2009 foram atribuídas ao AE, sendo exemplo disso a decisão de redução ou isenção da penhora de rendimentos do executado.

Como a reforma de 2003 concedeu demasiadas competências ao AE, a reforma de 2013 serviu com uma “correção” e introdução da repartição de competências entre o Agente de Execução e o Juiz.<sup>6</sup>

Assim, o AE apenas assume e exerce competências sobre as matérias que não estejam integradas na competência do Meritíssimo Juiz ou da Secretaria, por força do artigo 719.º do CPC.

Na nossa opinião pareceu-nos adequado que o legislador devolvesse certas competências ao Juiz de Execução. Acreditamos que, e utilizando o exemplo já dado, o AE não teria o discernimento necessário para decidir quanto à redução ou isenção da penhora isto porque, o mesmo, não teria o distanciamento necessário para tomar esse tipo de decisões. Sabemos que o AE tem o dever de imparcialidade, não obstante, também sabemos que, sendo o sistema de atribuição de processos maioritariamente por nomeação, existe sempre uma certa “pressão”

---

<sup>6</sup> Sobre a evolução da repartição de competências entre o Juiz de execução e o Agente de Execução ao longo das várias reformas do CPC vide MEIRELES, Ana Isabel Teixeira, 2015. A evolução da repartição de poderes entre o Juiz e o Agente de Execução. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras. pp 49, 68 e 79. [acedido e consultado em 31-03-2017] disponível em [http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/8153/1/DM\\_AnaMeireles\\_MSOL2015.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/8153/1/DM_AnaMeireles_MSOL2015.pdf)

o que muitas vezes poderia levar a uma decisão de negação da redução ou da isenção, quando na realidade esta deveria ter sido concedida. No mesmo sentido, somos da opinião que o Juiz tem a competência de aferir a legalidade das penhoras bem como dos seus limites. Por isso, será este o competente para decidir, com justeza, pela isenção ou redução da penhora.

Destarte, existem três tipos de ação executiva consoante o fim a que se reservam, nos termos do art.º 10.º, n.º 6 do CPC, designadamente: A Ação Executiva para pagamento de quantia certa, prevista nos artigos 724.º e seguintes do CPC, tem como objetivo obter o pagamento de quantia certa ou o cumprimento coativo de uma determinada obrigação pecuniária, executando o património do devedor nos termos do art.º 817.º do CC para depois, se proceder ao pagamento do montante em dívida. No entanto, se o objetivo do exequente foi que determinada coisa ou bem de que é titular seja apreendida e posteriormente lhe seja entregue pelo tribunal (art.º 827.º do CC), a ação indicada é uma ação executiva para entrega de coisa certa, nos termos e para os efeitos dos artigos 859.º e seguintes do CPC. Quanto a este tipo de ação o Código de Processo Civil prevê uma salvaguarda, na ocorrência de a coisa que o exequente pretende que lhe seja restituída não seja encontrada. Neste caso, o exequente poderá reaver um valor pecuniário equivalente à restituição da coisa e do prejuízo que a falta de entrega provocou, mediante a conversão desta ação numa ação executiva para pagamento de quantia certa, nos termos do artigo 867.º do CPC.

Por último, a ação executiva para prestação de facto, regulada nos artigos 868.º e seguintes do CPC, é o tipo de ação mais apropriado para quando o exequente pretende obter uma prestação de um facto, positivo ou negativo. Se a ambição for obter a prestação de um facto fungível conferido por outrem, nos termos do art.º 828.º CC mas à custa do devedor, ou, se pretende alcançar a prestação de um facto infungível, sendo certo que, o que se pretende nesse caso é a compensação do dano que sofreu com a não realização da prestação nos termos do art.º 869.º e art.º 867.º do CPC, dando lugar a uma conversão da execução para prestação de facto numa execução para pagamento de quantia certa. Não obstante poderá requerer que a esse montante devido lhe seja pago a título de sanção pecuniária compulsória, nos termos do art.º 868.º, n.º 1 do CPC.

Com a reforma de 2013 o legislador conferiu a possibilidade de cumulação de execuções com diferentes fins, se o título executivo for sentença, nos termos do artigo 710.º do CPC. Nestes casos, se a execução for para pagamento de quantia certa ou de entrega de coisa certa, e se pretender, cumulativamente, uma prestação de facto, a citação do executado deste último pedido, nos termos do artigo 868.º, n.º 2 do CPC, realiza-se, conjuntamente, com a notificação do executado para deduzir oposição ao pagamento ou à entrega, por força do artigo 626.º, n.º 4 CPC. Mais acrescenta o n.º 5 desse artigo que pode o Agente de Execução penhorar, desde logo, bens suficientes para cobrir a quantia decorrente da eventual conversão da execução, bem como o valor destinado a indemnização do exequente e ao montante devido a título de sanção pecuniária compulsória. Quanto a esta última questão, não concordamos que se possa, desde logo, penhorar bens do executado suficientes para liquidar o valor de uma conversão que pode não vir a acontecer. Na realidade, temos dúvidas que, nessa altura, esse montante seja exigível. Nessa senda somos do entendimento que o n.º 5 do artigo 626.º do CPC deveria ser eliminado em virtude de o montante apenas ser exigível no momento em que o executado não preste o facto ou não entregue a coisa e nunca antes disso. Defendemos, ainda, que se está a prejudicar a justeza da ação em prol da economia processual.

O título executivo determina a espécie de ação executiva, que se apresenta como requisito fundamental e obrigatório para a existência de uma ação executiva, consoante a obrigação nele abrangida, seja ela pecuniária, de entrega de coisa ou de prestação de facto.

Considerando que o presente estudo se debruça sobre a execução para pagamento de quantia certa, mais concretamente sobre a penhora, iremos focar a nossa investigação nesse tipo de ação.

A ação executiva tem início com o requerimento executivo, por força e nos termos do art.º 724.º do CPC, que deve ser acompanhado pela cópia do título executivo ou do original nos casos em que este seja um título de crédito (n.º 5) e de outros documentos previstos nas alíneas do n.º 4 do artigo referido supra.

Sempre que o título seja uma sentença judicial condenatória originária de tribunal português, desde que não esteja pendente de recurso, a execução corre



nos próprios autos<sup>7</sup>, mas é tramitada de forma autónoma, nos termos do art.º 85.º e 146.º do CPC.

Os motivos de recusa pela secretaria do requerimento executivo encontram-se previstos no art.º 725.º do CPC. No entanto, se não existir nenhuma irregularidade no requerimento este é prosseguindo os autos para as fases subsequentes, designadamente a distribuição, autuação e eventual designação do agente de execução pela secretaria, na ausência de designação pelo exequente. De seguida, segue-se a notificação deste nos termos do art.º 720.º, n.ºs 2, 3 e 8 do CPC.

A reforma de 2013 deu lugar a duas formas diferentes do processo para pagamento de quantia certa, designadamente a forma ordinária ou a forma sumária, como esclarece o art.º 550.º, n.º1.

Portanto, quando a ação executiva segue a forma ordinária, há lugar a despacho liminar, nos termos do art.º 726.º, n.º1 do CPC e, forçosamente a citação prévia do executado, exceto, se o exequente requerer que seja efetuada a penhora sem citação prévia do executado alegando, apresentando para tal provas dos factos justificativos do receio de perda da garantia patrimonial do seu crédito, nos termos do art.º 727.º, n.º1. Se a justificação e prova do exequente for suficiente para comprovar que o receio do mesmo é justificado, o juiz autoriza a penhora sem citação prévia do executado, com base no n.º 2 do art.º 727.º do CPC.

Realizada a citação do executado, o mesmo tem 20 dias para se opor à execução ou à penhora ou cumulativamente a ambas, segundo o art.º 727.º, n.º 4 com remissão art.º 856.º do CPC.

## **2. Noção e Função da Penhora**

A execução para pagamento de quantia certa, já introduzida no ponto 1 do presente capítulo, é o meio pelo qual o exequente e os eventuais credores

---

<sup>7</sup> Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação do Porto datado de 01 de Fevereiro de 2016, processo n.º 12613/15.1T8PRT.P1, [acedido e consultado em 25-06-2016], disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/91e306bbf87c23c780257f62004e7823?OpenDocument>

reclamantes alcançam a concretização dos seus direitos de crédito, pela “liquidação” e “transmissão” do património e direitos do executado.

Assim sendo, torna-se indispensável a prévia apreensão judicial, para posterior transmissão de bens ou direitos do executado para o próprio exequente ou terceiro.

A referida detenção dos bens ou direitos do executado, no âmbito do processo executivo designa-se por penhora, que consiste na apreensão judicial de bens que constituem objeto de direitos do executado<sup>8</sup>, com o objetivo da concretização e satisfação da obrigação.

Daí termos definido o objetivo da ação executiva: o cumprimento coativo da obrigação. A parte coativa da execução encontra-se plasmado no ato da penhora (que tem como consequência a venda) do património ou dos direitos (de crédito, por exemplo) do executado.

Não havendo bens suscetíveis de penhora, a execução frustra-se.<sup>9</sup> Por isso é que o legislador decidiu implementar o Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo (PEPEX)<sup>10</sup>, para que o exequente tivesse conhecimento da existência, ou não, do património do devedor e apenas dar continuidade à execução se os bens fossem suficientes para satisfazer a quantia exequenda e despesas da execução<sup>11</sup>, para,

---

<sup>8</sup> Cfr. FREITAS, José Lebre de, 2014. A Ação Executiva à luz do Código de Processo Civil de 2013, 6ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 299. ISBN 9789723222241.

<sup>9</sup> Cit. VALLES, Edgar, 2015. Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções, 6.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 159. ISBN 9789724058948.

<sup>10</sup> Por não ser nosso objeto de estudo não nos alargamos muito sobre esta temática. Veja-se sobre esta matéria: CASTANHEIRA, Sérgio; AMARAL, Ricardo, 2015. Procedimento Extrajudicial Pré- Executivo – Anotado – Vantagens e Desvantagens Relativamente à Ação Executiva. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-5991-4. E ainda, VALLES, Edgar, 2015. Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções, 6.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 155-157. ISBN 9789724058948. E, por último, CARVALHO, José Henrique Delgado de, 2014. Ação Executiva para Pagamento de Quantia Certa: Formas do Processo de Execução, Títulos Executivos, PEPEX (Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo), Lisboa: Quid Juris, pp. 309-332. ISBN 978-972-724-697-7.

<sup>11</sup> VALLES, Edgar, 2015. Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções, 6.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 159. ISBN 9789724058948.

deste modo, minimizar o prejuízo do exequente ao avançar numa ação executiva que, ab initio, está condenada por falta de bens.

Deste modo, a penhora é o ato cruciforme do processo de execução para pagamento de quantia certa, uma vez que se traduz num ato verdadeiramente e exclusivamente executivo, que consiste em apreender bens ou direitos do executado, os que ficarão à disposição do tribunal para que o exequente possa obter a satisfação do crédito exequendo, mediante a venda executiva, a entrega do dinheiro penhorado, a consignação de rendimentos do executado a favor do exequente ou a adjudicação dos bens penhorados.

O ato da penhora visa, restringir os bens ou direitos de que o executado é titular (que podem ser penhorados), privando-o de exercer plenamente os seus poderes de gozo e/ou de disposição sobre os mesmos, de modo a evitar a sua deterioração, ocultação, oneração ou alienação pelo executado, preservando-os para que em momento subsequente seja possível a sua transmissão e por essa via, se possa obter direta ou indiretamente, a satisfação do interesse do exequente ou de outros eventuais credores reclamantes.

Ora, a penhora e posterior venda dos bens penhorados resulta numa agressão ao direito de propriedade do executado, não obstante, tal agressão é legalmente aceite em benefício da satisfação do direito do credor<sup>12</sup> exequente, sem prejuízo das regras legais da impenhorabilidade dos bens, sobre o qual será feita menção, posteriormente, no Capítulo III do presente estudo.

A penhora incide sobre todo o património do devedor principal ou subsidiário, que seja suscetível de penhora, dado que, a garantia geral das obrigações é, em regra, constituída pela totalidade dos bens que constituem o património do devedor, conforme a resulta dos artigos dos arts. 735.º e seguintes do CPC e arts. 601.º, 129.º e 818.º, ambos do CC, e os arts 740.º a 745.º, 752.º, n.º1, e por último do art.º 54.º, n.º 2 do CPC.

Porém, este princípio geral padece de certas exceções na medida em que há bens intransmissíveis ou inalienáveis e esses são necessariamente

---

<sup>12</sup> Segundo ANTUNES VARELA, o credor é aquele que a quem se proporciona a vantagem resultante da prestação. Cit. VARELA, João de Matos Antunes, 2000. Das Obrigações em Geral, Volume I, 10.ª Edição, pp. 73. Coimbra: Livraria Almedina. ISBN 9724013898.

impenhoráveis, bem como e aqueles cuja impenhorabilidade resulta das próprias normas processuais, materiais ou de convenção das partes. Destarte, os bens concretamente penhoráveis corresponderão aqueles que não forem considerados impenhoráveis em função do alcance máximo do objeto da penhora pela lei substantiva<sup>13</sup>.

Quanto aos bens de terceiros (que não sejam partes diretas na execução), a lei prevê que sejam objeto de penhora, apenas em duas situações, “quando sobre eles incida direito real constituído para garantia do crédito exequendo”, “quando tenha sido julgada procedente impugnação pauliana de que resulte para o terceiro a obrigação de restituição dos bens ao credor”<sup>14</sup> ou caso se trate de penhora subsidiária.

Após de apurarmos qual a definição e o objeto da penhora, convém estudar a incidência da penhora sobre certos bens para compreender de que modo se processam e que impacto trará todo esse processo.

---

<sup>13</sup> Cfr. PINTO, Rui, 2013. Manual da Execução e Despejo, 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 482. ISBN 9789723221824.

<sup>14</sup> Cit. FREITAS, José Lebre de Freitas, 2014. *A Ação Executiva à luz do Código de Processo Civil de 2013*, 6ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 235. ISBN 9789723222241.

## **CAPÍTULO II - TIPOS DE PENHORA**

### **1. Considerações Gerais – Bens que podem ser Penhorados**

Agora que já conhecemos o fim da penhora falta saber sobre que bens a mesma pode incidir. Assim, dedicaremos este capítulo a descortinar os bens do executado que são suscetíveis de penhora dando relevado ênfase apenas àqueles cuja penhora é mais comum, designadamente a penhora de imóveis, de bens móveis (sujeitos e não sujeitos a registo), de vencimento, de saldo bancário e de créditos que o executado tenha a receber.

A panóplia de bens que podem ser penhorados no âmbito da ação executiva encontra-se prevista no artigo 735.º do CPC. Assim, e segundo esta norma, são suscetíveis de penhora todos os bens do devedor que, nos termos da lei substantiva, respondam pela dívida, estando a penhora limitada aos bens necessários ao pagamento da dívida e despesas da execução.<sup>15</sup> Pode ainda, nos termos do n.º 2 do referido artigo, a penhora incidir sobre bens de terceiro, desde que a execução tenha sido movida contra ele.

Ora, no n.º 1 do referido artigo está claramente implícito a garantia geral das obrigações prevista no artigo 601.º do Código Civil que prevê que pelo cumprimento da obrigação respondem todos os bens do devedor suscetíveis de penhora, sem prejuízo dos regimes especialmente estabelecidos em consequência da separação de patrimónios. Não nos esquecendo também do regime excecional das impenhorabilidades, que vamos estudar no próximo capítulo.

---

<sup>15</sup> As quais se presumem, nos termos da lei, no valor de 20 %, 10 % e 5 % do valor da execução, consoante, respetivamente, este caiba na alçada do tribunal da comarca, a exceda, sem exceder o valor de quatro vezes a alçada do tribunal da Relação, ou seja superior a este último valor.

Como já vimos, a execução é a exigência judicial do cumprimento de uma obrigação quando o devedor não o faça voluntariamente.<sup>16</sup> É por este meio que o legislador assegura o cumprimento (coativo) de uma prestação.

O n.º 2 abre uma exceção ao regime geral ao permitir a penhora de bens de terceiro em ocasiões especiais, como por exemplo após a procedência de uma impugnação pauliana, prevista no artigo 610.º do CC<sup>17</sup>. Neste caso, conforme explicam VIRGINIO DA COSTA RIBEIRO E SERGIO REBELO, “pretendendo-se penhorar bens de terceiro que não foi inicialmente demandado, mas que estão sujeitos ao cumprimento da obrigação (...), antes de realizada a penhora deverá o exequente promover as diligências adequadas à inclusão desse terceiro no processo executivo com a qualidade de executado”.<sup>18</sup>

Por último, o n.º 3 consagra o princípio da proporcionalidade, que mais adiante abordaremos com pormenor. Assim, este impõe uma limitação à penhora permitindo apenas a apreensão de bens suficientes para a satisfação do créditos e despesas previsíveis da execução.

Posto isto, daremos especial atenção à penhora ao grupo de bens que mais resultam das consultas realizadas ao património do devedor, designadamente a penhora de imóveis, de bens móveis (sujeitos e não sujeitos a registo), de vencimento, de saldo bancário e de créditos que o executado tenha a receber, não sendo analisados aqui os restantes bens suscetíveis de penhora.

## **2. Penhora de Imóveis**

A penhora de bens imóveis encontra-se prevista no artigo 755.º a 763º do CPC, sendo a penhora concretizada via eletrónica pelo Agente de Execução que

---

<sup>16</sup> Cfr. VARELA, João de Matos Antunes, 2000. Das Obrigações em Geral, Volume I, 10.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Livraria Almedina, 130. ISBN 9724013898.

<sup>17</sup> Sobre esta questão vide anotação ao artigo 610.º CC de NETO, Abílio, 2009. Código Civil Anotado, 16.<sup>a</sup> Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Ediforum, pp.644-649. ISBN 978-972-8035-91-4.

<sup>18</sup> RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina, pp.275. ISBN 978-972-40-6094-1.

comunica com os serviços de registo competentes. Não obstante, caso prefira, o AE pode também fazê-lo diretamente ao balcão do serviço, mediante apresentação de declaração por ele subscrita ficando a apresentação registada na data e hora da entrega (quer presencial quer eletrónica) o que tem relevância para efeitos de prioridade de registo uma vez que, nos termos do artigo 6.º do Código de Registo Predial, o direito inscrito em primeiro prevalece sobre os que lhe seguirem relativamente aos mesmos bens, por ordem da data dos registos e, dentro da mesma data, pela ordem temporal das apresentações correspondentes.

Após a referida apresentação, a conservatória deve enviar ou disponibilizar eletronicamente a certidão do imóvel atualizada com os registos atualizados, em vigor, conforme resulta do n.º 2 do referido artigo.

Estando a penhora registada, o AE lavra auto de penhora e, claro está, notifica ou cita<sup>19</sup> o executado para, querendo, se opor à penhora.

Seguidamente, o AE afixa edital de penhora, constante de modelo aprovado por portaria do membro do governo<sup>20</sup> num local visível do imóvel, e faz constar dessa diligência nos autos.

No n.º 4 do referido artigo aborda a questão da provisoriedade do registo de penhora. A penhora pode ficar provisória por dúvidas ou por natureza, nos termos do artigo 70.º e 92.º do Código do Registo Predial, respetivamente.

Ora, conforme explica JOAQUIM SEABRA LOPES, “as inscrições são, em princípio, definitivas, mas, em certos casos, têm de ser efetuadas com provisórias. (...) A inscrição é provisória por natureza quando a lei assim o determina: é que a possibilidade de conversão do registo em definitivo está, em regra, dependente da futura ocorrência de determinado facto, da verificação da validade de um outro facto ou do reconhecimento de um direito. São inscrições taxativamente especificadas e tipificadas na lei. No caso da provisoriedade por dúvidas, existe falta de elementos necessários, vício ou deficiência no título ou em outros documentos ou até eventual incompatibilidade com a situação refletida nas tábuas, que não permitem a feitura

---

<sup>19</sup> Caso se trate de execução sumária em que a penhora tem lugar antes da citação.

<sup>20</sup> Modelo de Edital de Penhora constante da Portaria n.º 282/2013, de 29 de Agosto, [acedido e consultado em 25-04-2016] disponível em

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1968&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1968&tabela=leis)

do registo definitivo, mas não constituem fundamento de recusa, por não integrarem nenhum dos casos previstos no art.º 69.º 21 do código de Registo Predial.

Nesse mesmo n.º 4, o legislador esclarece que a provisoriedade da penhora não implica a suspensão da execução. Apenas obsta à venda, adjudicação ou consignação judicial dos seus rendimentos, até que a penhora seja convertida em definitiva. Só se a provisoriedade for suscitada perante o juiz pode este decidir pelo não prosseguimento da execução após vistos os motivos da provisoriedade.<sup>22</sup>

Ora, sendo os imóveis um bem sujeito a registo compreende-se que a sua certidão deva refletir os seus registos atualizados ao minuto.

Nesse sentido, estabelece o legislador o caráter de urgência da atualização dos mesmos no n.º 5 do artigo em análise, para que, a qualquer momento, se consiga saber a situação do bem, nomeadamente se existem ónus ou encargos sobre o mesmo, que são cruciais para a tomada de decisão do exequente em penhorar ou não um bem, e correr o risco de ter despesas a penhorar um imóvel que já se encontrava com penhoras anteriores cuja venda não vai cobrir o gasto em virtude de outros credores estarem graduados antes de si.

Quando se fala na penhora de imóvel associamos, na maioria das vezes, a uma problemática que gera muita controvérsia, designadamente a penhora da casa de morada de família. Motivo pela qual a abordaremos mais tarde no Capítulo II da Parte II desta dissertação.

Damos especial importância à penhora da casa de morada de família por ser, talvez, a agressão maior que o executado pode sofrer no âmbito da ação executiva.

Mas, como iremos verificar, a penhora da casa de morada de família não será normalmente o ato mais violento em virtude de usualmente não ser retirado da disponibilidade do executado o imóvel, pelo menos até ao ato da venda.

---

<sup>21</sup> Cit. LOPES, Joaquim Seabra, 2015. Direito dos Registos e do Notariado, 7.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 410. ISBN 9789724057484.

<sup>22</sup> Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina, pp. 347. ISBN 978-972-40-6094-1.



### **3. Penhora de Bens Móveis**

A penhora de bens móveis subdivide-se em dois grandes grupos: os bens móveis sujeitos a registo e os bens móveis não sujeitos a registo.

Por o regime da penhora dos bens móveis sujeitos a registo ser muito semelhante à penhora dos bens imóveis, decidimos começar por esses.

#### **3.1 Bens Móveis Sujeitos a Registo**

A penhora de bens móveis sujeitos a registos segue os mesmos tramites, com as devidas adaptações, da penhora de imóveis prevista no artigo 755.º do CPC, isto é faz-se por comunicação à conservatória competente para efeitos da sua inscrição no registo e só depois de certificada esta inscrição é que se procede à apreensão do veículo<sup>23</sup>, conforme prevê o n.º 1 do artigo 768.º do CPC.

Segundo o entendimento do Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, datado de 21 de Fevereiro de 2008, “A penhora de veículo, devidamente inscrita na Conservatória de Registo Automóvel, implica: a transferência para o Tribunal dos poderes de uso e fruição, por parte do titular-executado do direito de propriedade; a inoponibilidade ao exequente-titular da penhora dos atos de disposição, oneração ou limitação do veículo penhorado; e o nascimento na esfera jurídica do exequente do direito potestativo a ser pago com preferência sobre qualquer credor que não disponha de garantia real anterior.”<sup>24</sup>

É no n.º 2 deste artigo que se verifica a grande alteração introduzida com a reforma de 2013. Onde se lia “A penhora de veículo é seguida de imobilização do veículo (...)” agora lê-se “A penhora de veículo automóvel pode ser precedida de

---

<sup>23</sup> Sobre esta questão vide parecer do Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 09 de Setembro de 2008, processo n.º 0824024, [acedido e consultado em 02-09-2016] disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/891090e9d9bf9c70802574d4004c01e0?OpenDocument>

<sup>24</sup> Cit. Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães datado de 21 de Fevereiro de 2008, processo, n.º 2702/07, [acedido e consultado em 02-09-2016] disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/796de0a7c73eef1c802574440036b214?OpenDocument>

imobilização deste (...); se assim suceder, a comunicação eletrónica da penhora deve ser realizada até ao termo do primeiro dia útil seguinte”. Ora, anteriormente à entrada em vigor do NCPC, entendia-se que a immobilização do veículo traduzia-se num prejuízo para o executado pois havia o risco da penhora não se concretizar, tal como esclarece o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa datado de 21 de Abril de 2005 ao referir que “permitir que um veículo seja apreendido e immobilizado a fim de o exequente poder depois decidir se lhe vale a pena penhorá-lo, traduz-se numa injustificada alteração do regime legal, um uso jurisprudencial *contra legem* que apenas se destinaria a permitir ao exequente poupar os gastos com a penhora. Uma tal immobilização, que poderia não ser seguida de penhora, seria, ela sim, suscetível de causar prejuízos elevadíssimos ao executado, prejuízos da responsabilidade do Estado por prática judicial flagrantemente violadora da lei.”<sup>25</sup>

Com a alteração ao Código o legislador já tem uma visão totalmente oposta e permite ao Agente de Execução proceder à immobilização da viatura antes de proceder à penhora da mesma. Não obstante impõe-lhe um espaço temporal de um dia útil para proceder ao registo da penhora do veículo, sob pena da apreensão perder o seu efeito.<sup>26</sup> Visão, essa, com qual nós concordamos uma vez que tal alteração visa evitar o prejuízo do exequente em penhorar veículos que, mais tarde, se apurava que já não se faziam deslocar pelos próprios meios ou cujo valor venal não justificava os custos da penhora ou, ainda mais gravoso, que já não existissem. Assim, antecipando a diligência de immobilização à penhora dá oportunidade ao exequente de avaliar a viabilidade dessa penhora. Também estamos em crer que o argumento constante no acordam supra citado não será válido um vez que, caso se afira que o exequente não pretende a penhora do veículo, logicamente também não se procederá à immobilização do mesmo. Mesmo que seja, se não for precedida de penhora no prazo de um dia útil deixará de ter efeito. Motivo pelo qual não entendemos que exista qualquer prejuízo para o executado. Acreditamos ainda que

---

<sup>25</sup> Cit. Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa datado de 21 de Abril de 2005, processo n.º 3062/2005-8, [acedido e consultado em 02-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/0/231a000ca808d3b18025702700346d88>

<sup>26</sup> Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina, pp. 379. ISBN 978-972-40-6094-1.

caso o AE não cumpra com o seu dever de registar a penhora nesse tempo, serão-lhe imputadas responsabilidades por qualquer dano que possa ter causado ao exequente pela sua má conduta.

Feita a penhora e a imobilização (tenha esta sido realizada antes ou depois da penhora) proceder-se-á, nos termos do n.º 3, alínea a) do 768.º, à apreensão do documento de identificação do veículo, podendo recorrer ao auxílio da força policial para o efeito.<sup>27</sup>

A alínea b) dispõe a faculdade de o Agente de Execução ponderar quanto ao benefício de proceder à remoção do veículo, podendo o mesmo optar por não o fazer por não se justificar os custos que esse ato acarreta face ao valor em dívida ou até porque não justifica por não estar em causa a salvaguarda do bem.

No que diz respeito à penhora de navios e aeronaves existe apenas uma particularidade em relação aos outros bens móveis sujeitos a registo que consiste em notificar a Capitania (para os navios) ou à autoridade de controlo de operações onde a aeronave se encontra para procederem à apreensão dos documentos.

### **3.1 Bens Móveis Não Sujeitos a Registo**

É fulcral realçar que, por ocasião da diligência de penhora de bens móveis, é usual o contacto direto com o executado. Assim, ir à sua habitação retirar os bens que compõem o seu lar implica um enorme transtorno psicológico para o executado e para os seus familiares.

Nesta diligência conseguimos compreender a postura polivalente do Agente de Execução, em virtude do mesmo ter de ser capaz de dar cumprimento ao seu dever e ao que o levou aquele local, ou seja, concretizar a penhora dos bens móveis, e ao mesmo tempo tem de ter presente os seus deveres deontológicos

---

27 Quanto a esta questão deverá ter-se em conta o Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de Fevereiro, artigo 17, n.º 1, que estabelece que “A apreensão do veículo e do certificado de matrícula pode ser realizada diretamente pelo tribunal ou, a requisição deste, por qualquer autoridade administrativa ou policial.”

para com o executado<sup>28</sup>. No que diz respeito à questão deontológica o AE tem de ter uma postura de ponderação e equilíbrio, e nunca atuar de modo que se possa confundir com ameaças ou assédios, como iremos desenvolver mais à frente.

De outro ponto de vista, aquando da diligência da penhora de bens móveis, o AE tem o papel de um verdadeiro mediador de conflitos e muitas vezes contribui para que exequente e executado cheguem a um acordo que favoreça ambas as partes, assim se evitando a penhora.

A penhora de bens móveis não sujeitos a registo encontra-se prevista no artigo 764.º do CPC.

O n.º 1 da referida norma dispõe que, ao contrário dos imóveis e dos móveis sujeitos a registo, esta penhora concretiza-se com a apreensão dos bens e a sua imediata remoção para depósito, ficando o AE fiel depositário dos bens.

Antes de mais, convém esclarecer que, apesar de estarem previstos na lei, os depósitos para bens não existem, o que representa uma das grandes lacunas presentes na mais recente reforma do CPC. No nosso entender, tais instalações ajudariam a resolver vários processos. Como sabemos, nem todos os exequentes têm instalações onde possam depositar os bens penhorados e, nos casos onde não há lugar a remoção, aquando da venda muitos dos bens (e, por vezes, também o executado) já desapareceram obrigando o exequente a lançar mão de outros meios que, na sua maioria, não o ajudam a recuperar o crédito.

A reforma de 2013 veio introduzir uma exceção ao n.º 1 que o CPC de 2009 não previa, com a implementação do n.º 2 que permite a penhora sem remoção nos casos em que a natureza dos bens for incompatível com o depósito, se a remoção implicar uma desvalorização substancial dos bens ou a sua inutilização, ou se o custo da remoção for superior ao valor dos bens.

Caso não se proceda à remoção dos bens penhorados o legislador exige que sejam descritos pormenorizadamente os bens, inclusive que sejam tiradas fotografias (artigo 764.º n.º 2 do CPC). Se possível e em adição às anteriores, deverá o AE proceder à imposição de algum sinal distintivo nos próprios bens,

---

<sup>28</sup> Mais adiante estudaremos com rigor a relação do Agente de Execução com o executado na Parte II, Capítulo II, ponto 1.

constituindo o executado fiel depositário dos bens com as advertências e cominações constantes do artigo 771.º do CPC.

O n.º 3 do artigo 764.º confere a presunção de que todos os bens móveis que forem encontrados em poder do executado lhe pertencem. Presunção, essa, que só pode ser elidida mediante prova documental apresentada ao M. Juiz, que prove que a propriedade desses bens pertence a terceiro.<sup>29</sup> Neste caso, e como iremos abordar mais adiante, a oposição à penhora pode ser apresentada por simples requerimento em que o executado ou por alguém em seu nome, ou terceiro, alegando que os bens não lhe pertencem, sem prejuízo dos embargos de terceiro.

Por vezes, o Agente de Execução depara-se com um cenário que o impossibilita de concretizar a diligência sem o auxílio das forças policiais, nomeadamente quando as portas se encontrem fechadas e seja necessário proceder ao arrombamento das portas ou ainda quando o executado apresente resistência e se oponha à realização da penhora, tal como expõe o n.º 4 do artigo 764.º.

Quando se trate de domicílio do executado o AE terá que, à priori, solicitar ao M. Juiz despacho de autorização de auxílio da força policial<sup>30</sup>, conforme estabelece o art.º 757.º n.º 3 e 4 do CPC, sendo certo que é devida uma remuneração às autoridades presentes na diligência, e após justificar a razão do seu pedido, nos termos do artigo 767.º n.º 1 do CPC.

Conforme explicam VIRGÍNIO DA COSTA RIBEIRO e SÉRGIO REBELO, que passamos a citar, “o primeiro pressuposto necessário para poder ser requisitada a intervenção das autoridades policiais está relacionado com a verificação de um qualquer tipo de resistência, ativa ou passiva, através do qual possa concluir-se que o agente de execução não alcançará o objetivo de aceder ao

---

<sup>29</sup> Cit. RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. *A Ação Executiva Anotada e Comentada*. Coimbra: Almedina, pp. 372. ISBN 978-972-40-6094-1.

<sup>30</sup> Isto é, sempre que se trate de pessoas coletivas, em que a sua morada, na maioria das vezes, corresponde a armazéns, lojas, empresas, etc., não é necessário despacho judicial de autorização de requisito da força policial exceto quando a morada da empresa se confunde com o domicílio do seu legal representante. Nesse caso o AE terá que solicitar que o M. Juiz autorize o auxílio da força policial.

imóvel sem utilização da força física, designadamente através do rebentamento da fechadura. Essa resistência poderá consistir na oposição expressa da pessoa que habita o imóvel ou simplesmente em virtude de ninguém responder aos chamamentos, neste caso por o imóvel se encontrar devoluto ou pelo facto de os seus moradores se furtarem ao contacto com o agente de execução. Salvo tratando-se de domicílio, circunstância que em seguida será analisada, o agente de execução poderá solicitar diretamente o auxílio da força pública, não carecendo de prévio despacho judicial, mesmo havendo oposição ou quando seja necessário proceder ao arrombamento da porta e substituição da fechadura. No entanto, tratando-se de diligência a efetuar em domicílio (devendo para este efeito considerar-se um qualquer espaço fechado onde habitem pessoas) ou uma extensão deste (nomeadamente um anexo ou um arrumo), a solicitação carece de prévio despacho judicial, atendendo ao estabelecido no artigo 34.º, n.º 2 da Constituição, relevando ainda, neste caso, o facto da diligência só poder ser concretizada entre as 7 e as 21 horas, devendo o agente de execução entregar cópia do auto de penhora a quem tiver disponibilidade do lugar, a qual poderá assistir à diligência ou fazer-se substituir por pessoa da sua confiança que de imediato se apresente no local.”<sup>31</sup>

Por último, caso a penhora incida sobre dinheiro, papéis de crédito, pedras ou metais preciosos, deverão ser depositados em instituições de crédito, à ordem do agente de execução ou, nos casos em que as diligências sejam realizadas por oficial de justiça, da secretaria. Caso o AE ou o OJ não cumprirem este ponto n.º 5, poderão ser civilmente responsabilizados, em caso de perda, estragos ou qualquer outro tipo de ocorrências que desvalorizem os bens.

Quando o executado (ou qualquer outra pessoa que o auxilie) ocultar bens para que esses não sejam penhorados fica sujeito às sanções correspondentes à litigância de má-fé, por força do artigo 767.º, n.º 2, sem prejuízo da responsabilidade criminal em que possa incorrer. Caso o AE se aperceba desse facto, aquando da realização da diligência, deverá solicitar que lhe sejam apresentados esses bens

---

<sup>31</sup> Cit. RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina, pp. 356. ISBN 978-972-40-6094-1.

que houveram sido sonegados, advertindo aquele que ocultou os bens da responsabilidade em que incorre, conforme estabelece o n.º 3.

#### **4. Penhora de Vencimento**

Aquando das pesquisas às bases de dados disponíveis, se da consulta às informações da Segurança Social resultar que o executado labora, o AE faz, de imediato, a notificação à entidade patronal para penhora do vencimento do executado.

Do mesmo modo se atua no caso de pensionistas, de rendas<sup>32</sup> e abonos, funcionários públicos, trabalhadores de privados, reformados ou aposentados e aqueles que recebem pensões de sobrevivência<sup>33</sup>, conforme preceitua o artigo 779.º do CPC. Isto à semelhança da penhora de Créditos, a qual iremos abordar no ponto 6 do presente capítulo, a notificação à entidade é realizada sobre a forma de citação e está sujeita às suas formalidades, isto é, terá de ser remetida via carta registada com aviso de receção verde ou terá de ser concretizada pessoalmente.

Recebida essa notificação, a instituição tem o prazo de 10 dias para informar o AE o seguinte: se o executado trabalha naquele local (ou nos restantes casos se é pensionista ou arrendatário); qual o valor do salário, vencimento, renda, abono ou pensão recebido pelo executado; qual o valor a descontar para o processo; quando irão dar início aos descontos; se sobre o vencimento recaem penhoras anteriores e em caso positivo qual a data previsível para o término da mesma, devendo juntar cópia do recibo de vencimento para que se comprove que não está a faltar à verdade.

Nessa notificação fica a entidade advertida que a partir daquela data, os montantes penhoráveis deverão ser transferidos, à ordem dos autos de execução, utilizando a entidade e referência de multibanco presente na notificação.

---

<sup>32</sup> Sendo que, neste caso, o AE não consegue essa informação na consulta à base de dados da segurança social mas apenas se lhe for dado conhecimento dos dados do arrendatário, por outros meios.

<sup>33</sup> Cit. NETO, Abílio, 2009. Código de Processo Civil: Anotado, 21ª Edição Actualizada. Lisboa: Ediforum, pp.1308. ISBN 9789728035921.

Como é natural, a penhora de vencimento tem um limite mínimo e máximo de impenhorabilidade. Nesta senda, desde 1 de Janeiro de 2017, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 86-B/2016 de 29 de Dezembro, o salário mínimo nacional ascende ao montante de 557,00 euros mensais, nos termos do seu artigo n.º 2.

Conforme resulta da leitura da Lei, o artigo 738.º do CPC estabelece que estamos perante bens parcialmente impenhoráveis e que, por isso, são impenhoráveis dois terços da parte líquida dos vencimentos, salários, prestações periódicas pagas a título de aposentação ou de qualquer outra regalia social, seguro, indemnização por acidente, renda vitalícia, ou prestações de qualquer natureza que assegurem a subsistência do executado. Ou seja é penhorável 1/3 do vencimento do executado tendo como limite mínimo o montante equivalente a um salário mínimo nacional (557,00 euros) e limite máximo o montante correspondente a três salários mínimos nacionais (1.671,00 euros).

Assim alguém que aufera mensalmente 650,00 euros poderá ser penhorado o montante de 93,00 euros em virtude de: 1/3 de 650,00 euros equivale a 216,66 euros; assim, 650,00 € menos 216,66 € é igual a 433,34 euros que é inferior ao valor da remuneração mínima mensal garantida. Por isso, o montante a penhorar equivale à diferença entre os 650,00 € menos os 557,00 euros que perfaz o montante penhorável de 93,00 euros.

Na mesma linha de pensamento, de um vencimento de 6.000,00 euros é penhorável o montante de 4.329,00 euros, uma vez que, neste caso se aplica o limite máximo de penhorabilidade. Assim: 1/3 de 6.000,00 € ascende ao montante de 2.000,00 €. Três salários mínimos nacionais correspondem a 1.671,00 € (montante impenhorável). Portanto, 6.000,00 € menos 2.000,00 € é igual a 4.000,00 euros. Desses 4.000,00 ainda sobram 2.410,00 euros suscetíveis de penhora. Em suma, 2.000,00 € somado aos 2.329,00 euros corresponde ao montante total de 4.329,00 euros. Ou seja, neste caso o valor penhorável corresponde a 1/3 do vencimento acrescido da diferença do montante dos três salários mínimos nacionais, impenhoráveis, entre os 2/3 restantes do salário.

Posto isto, findo o prazo de oposição e caso a mesma não tenha sido deduzida ou que tenha sido julgada improcedente, existindo outros bens



penhorados no processo, deve o AE, depois de salvaguardar o montante relativo a despesas e honorários, transferir para o exequente as quantias já depositadas à ordem dos autos mas (mas que ainda não são suficientes para liquidar o processo) e adjudicar as quantias vincendas, procedendo à notificação à entidade patronal para passar a proceder aos descontos diretamente à exequente por meio de NIB indicado pela mesma para o efeito.

A reforma de 2013 veio introduzir algumas alterações que vieram agilizar o processo executivo. Assim o NCPC veio introduzir a possibilidade de proceder à adjudicação das quantias vincendas após a salvaguarda das despesas e honorários do Agente de Execução. Em adição a essa inovação, e para de certa forma contribuir para a diminuição dos processos pendentes em tribunal, o legislador estabeleceu que, não tendo sido deduzida oposição, ou caso tenha que a mesma tenha sido julgada improcedente e não existindo outros bens penhorados na execução, o AE adjudica, igualmente, as quantias vincendas, procedendo à notificação da entidade patronal para efetuar os descontos diretamente para a conta da exequente, procedendo-se logo de seguida à extinção da execução. Extinção, esta, que admite renovação da instância nos termos do artigo 779.º, n.º 5 aplicando-se o disposto no artigo 850.º, n.º 4 do CPC<sup>34</sup>.

Não obstante, estamos perante outro caso em que, apesar de previsto na lei, o sistema não está agilizado quando a entidade que faz os descontos é a Caixa Geral de Aposentações. Na realidade, após a notificação do Agente de Execução para passar a fazer os descontos diretamente à exequente, essa entidade continua a transferir para o AE durante alguns meses. O que resulta num processo extinto a receber valores e ainda a fazer transferências para o exequente. Assim, entendemos que o legislador teria, também, que prever os mecanismos para que todos conseguissem cumprir a lei.

---

<sup>34</sup> A renovação da execução nestes casos é admitida, a requerimento do exequente para satisfação do remanescente do seu crédito, não se precedendo à repetição das citações já efetuadas, aproveitando-se tudo o que tiver sido processado relativamente aos bens em que prossegue a execução, mas os outros credores e o executado são notificados do requerimento de renovação.

Visto o impacto patrimonial que a penhora de vencimento implica, urge conhecer o quanto a mesma afeta a vida pessoal do executado.

É do conhecimento comum que quando o salário do funcionário de uma empresa é penhorado que surge um certo estigma que resulta em vergonha para o executado. Para além disso origina uma certa desconfiança entre empregador e trabalhador.

Para as empresas com executados com penhora de vencimento implica custos adicionais para a entidade patronal ao ter de responder à notificação do AE, e todos os meses ter de enviar o recibo de vencimento com o respetivo desconto, decorrente da penhora, como comprovativo do cumprimento da notificação.

Para além do risco que correm de pelo não cumprimento da notificação, muitas vezes em consequência na falta de informação e da não compreensão dos dizeres da notificação e das consequências do seu não cumprimento, designadamente o disposto no artigo 777.º, n.º 3 do CPC, podendo o exequente exigir, nos próprios autos, o pagamento da obrigação pela entidade patronal, servindo como título executivo a declaração de reconhecimento do devedor, a notificação efetuada e a falta de declaração.

Em adição ao anteriormente dito, acrescenta EDGAR VALLES, que “Há relativamente poucos anos, quando a empresa recebia uma notificação para penhora de salário, a notícia corria em surdina pelos trabalhadores. Além de novidade, significava uma vergonha para o executado. Em maio de 2011, cerca de 624 mil trabalhadores tinham o salário penhorado, só no universo das pequenas e médias empresas. Metade dos 1500 trabalhadores de uma empresa de merchandising tinham parte do vencimento penhorado”.<sup>35</sup>

Em jeito de síntese, conseguimos compreender que o decréscimo no vencimento que o executado deveria auferir, por vezes pode ter consequências mais graves, designadamente, pode resultar no seu despedimento ou na não renovação do seu contrato em virtude da entidade patronal não estar disposta a ter de despender do tempo e recursos da empresa para responder e dar cumprimento da notificação do AE, sob constante risco de, por alguma irresponsabilidade, se ver

---

<sup>35</sup> VALLES, Edgar, 2015. Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções, 6.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 164. ISBN 9789724058948.

sujeito a assumir papel de executada nos próprios autos por incumprimento. Daí resultaria um agravamento na dificuldade económica que o executado já atravessa e que o fará entrar ainda mais em incumprimento de tal forma que por vezes já nem o seu património consegue fazer face as suas obrigações e o único caminho seja requerer insolvência.

## **5. Penhora de Saldo Bancário**

A penhora de saldos bancários, nos termos do artigo 780.º do CPC, é provavelmente a primeira diligência de penhora realizada pelo AE.

Com a reforma de 2013 deixou de ser necessário prévio despacho judicial para proceder à penhora de saldos bancários. A mesma inicia-se com a notificação eletrónica do Agente de Execução ao Banco de Portugal, por meio do Sistema Informático de Suporte à Atividade do Agente de Execução, vulgo, SISAAE, a solicitar informação acerca das instituições bancárias legalmente autorizadas a receber depósitos em que o executado detém contas ou depósitos bancários, nos termos do artigo 749.º, n.º 6 do CPC.<sup>36</sup>

Recebido o pedido do AE, o Banco de Portugal informa quais as entidades bancárias em que o executado tem conta aberta. De seguida, o AE envia pedido de bloqueio do saldo existente, ou a quota-parte do executado, nas contas nos referidos bancos, igualmente mediante comunicação eletrónica, ficando o saldo bloqueado desde a data do envio da comunicação, limitando-se ao montante necessário ao pagamento da dívida exequenda e das despesas previsíveis da execução, nos termos do artigo 735.º, n.º 3, sendo impenhorável o valor correspondente ao salário mínimo nacional, exceto quando se trate de execução por alimentos<sup>37</sup>, nos termos do artigo 738.º, n.º 4 e 5.

Sob pena de nulidade, a notificação às entidades bancárias deve conter identificação do executado, indicando o seu nome, domicílio ou sede e, em

---

<sup>36</sup> Cit. VALLES, Edgar, 2015. Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções, 6.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 164. ISBN 9789724058948.

<sup>37</sup> Nestes casos é impenhorável a quantia equivalente à totalidade da pensão social do regime não contributivo, no montante de 202,34 euros.

alternativa, o número de identificação civil (ou documento equivalente) ou o número de identificação fiscal. Mais deve conter especificamente o montante limite a penhorar, em euros.

O n.º 5 do artigo 780.º consagra a penhora de saldos bancários numa conta onde existem vários titulares. Nesse caso a lei é simples e resolve a questão ao presumir que as quotas são iguais. Assim, e como acrescenta JOÃO PAULO REMÉDIO MARQUES, “quer se trate de conta-conjunta (que só pode ser movimentada, em simultâneo, por todos os seus titulares), conta-solidária, ou conta em regime misto (aí onde alguns dos co-depositantes só podem movimentar a conta em conjunto com os outros), funciona sempre a presunção do artigo” 780, n.º 5. “Com o que se presume, *iuris tatum*, que as quotas-partes são iguais, recaindo a penhora sobre a quota-parte do executado da conta coletiva”.<sup>38</sup> Para melhor compreensão da existência desta presunção, vejamos o entendimento da jurisprudência: em primeiro lugar, o objeto da penhora de saldo bancário é o “direito de crédito do executado sobre uma instituição de crédito decorrente de um saldo positivo num depósito bancário”.<sup>39</sup> Assim, estando perante uma pluralidade de credores, estabelece-se o disposto nos artigos 512.º e 516.º do Código Civil, ou seja, “nas relações entre si, presume-se que os (...) credores solidários participam em parte iguais (...) no crédito”.<sup>40</sup>

Neste caso, tem o co-titular o direito de deduzir embargos de terceiro, nos termos da lei, se forem penhorados valores de sua pertença.

---

<sup>38</sup> Cit. MARQUES, JOÃO PAULO REMÉDIO, Themis, n.º 9 pp. 145, apud RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina, pp. 411. ISBN 978-972-40-6094-1.

<sup>39</sup> Cit. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra datado de 02 de Outubro de 2014, processo n.º 1111/12.5TMLS-B.L1-2, [acedido e consultado em 15-08-2016] disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/1bb97bfb32797ecc80257d8e0050f517?OpenDocument>

<sup>40</sup> Cit. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça datado de 15 de Março de 2012, processo n.º 492/07.TBTV.C2.S1, [acedido e consultado em 15-08-2016] disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/cc2173939fc41d6280257a480035fc1b?OpenDocument>

Assim que a instituição de crédito receciona o pedido de bloqueio comunica, no prazo de dois dias, o montante efetivamente bloqueado, ou na impossibilidade de proceder ao bloqueio da conta<sup>41</sup>, ao montante existente na mesma. Caso o executado não tenha conta ou o saldo seja inexistente deve o respetivo banco informar os autos desse facto.

Em caso de resposta positiva por parte do banco, o AE tem cinco dias para solicitar a transferência dos montantes penhorados e o desbloqueio dos restantes valores não penhorados. Desse facto a instituição bancária notifica, de imediato, o executado.

Depois de citado ou notificado (consoante a forma da execução) e o executado não tenha deduzido embargos ou oposição à penhora, são os valores entregues ao exequente, depois de o AE fazer encontro de contas para assegurar as despesas da execução e honorários devidos, nos termos do n.º 13 do artigo 780.º. Sem prejuízo de haver lugar à citação de credores, que nesse caso terá que se dar cumprimento à sentença de graduação de créditos, aquando dos pagamentos.

É da nossa opinião que a penhora de saldo existente nas contas bancárias do executado será, talvez, o método mais fácil e menos “ofensivo” para com o executado, uma vez que não foi necessário proceder à apreensão e venda de um bem do mesmo, não sendo necessário fazê-lo passar pelo estigma da penhora da sua habitação, do seu meio de transporte, dos móveis que compõem o seu lar, ou de enviar para a sua entidade patronal uma notificação para penhora de vencimento que quebrar o laço de confiança existente, como vimos no ponto anterior, entre outros.

Assim, e apesar de não deixar de ser coercivo, é, para nós, o meio menos agressivo de recuperação do valor em dívida. Já para não referir que como, usualmente, a penhora de saldo bancário será a primeira diligência de penhora a realizar (visto já não ser necessário despacho judicial) o valor de despesas da execução não será significativo e, por isso, não vai inflacionar muito o valor que o executado iria pagar se não entrasse em mora. O que já não se verifica quando se

---

<sup>41</sup> Por razões de impenhorabilidade nos termos do artigo 738.º, n.º 4 e 5 do CPC.

procede ao registo de penhoras em que as despesas ascendem a um montante considerável a acrescentar à quantia exequenda.

## **6. Penhora de Créditos**

A penhora de créditos é, em certos aspetos, semelhante à penhora de vencimentos e à penhora de saldos bancários. Isto é, ao proceder à notificação de terceiro para penhora de créditos, por uma prestação de serviço, por exemplo, poderemos estar a quebrar uma relação de confiança que muito provavelmente contribuirá para a cessação de qualquer tipo de relação comercial/negocial existia entre as partes. Estamos a referir que muitas das empresas, notificadas na penhora de crédito ponderam mudar de fornecedor, ou um arrendatário que considera mudar de habitação, entre outros. No mesmo sentido, a penhora de créditos assemelha-se à penhora de saldos bancários pois, como já discutimos no ponto anterior, o saldo de uma conta não é nada mais do que um crédito que o executado tem sobre a entidade bancária. Do mesmo modo funciona com os créditos que o executado tenha direito a receber da AT, nomeadamente IRS no caso de pessoa singular e IRC e IVA no caso de pessoas coletivas.

Ao contrário das restantes entidades, a penhora de créditos à AT é realizada via telemática no portal das finanças<sup>42</sup> com as credenciais de entrada do Agente de Execução, identificando: o exequente e executado, inserindo o número de contribuinte de ambos, com indicação expressa do montante em dívida e a ser penhorado, nos termos do 735.º, n.º 3 do CPC, o ano a que é referente a penhora, qual o tipo de crédito a ser penhorado (IRS, IRC ou IVA) e por fim o número do processo em tribunal.

Quanto às outras entidades, a penhora de créditos é feita pela notificação ao devedor, com formalidades da citação pessoal, conforme estabelece o artigo 773.º,

---

<sup>42</sup> Para lançar penhora de Créditos fiscais o AE deverá utilizar o portal das finanças através do site <https://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/home.action> selecionando a opção “outras entidades” (reservada a serviços e informações exclusivos a Advogados, Solicitadores ou Peritos Avaliadores) de seguida entrar em “consultar” e, por último, escolher a opção “penhora de créditos” e preencher com os dados referentes ao processo.

n.º 1 do CPC, isto é, através de carta registada com aviso de receção ou por contacto pessoal. Segundo o Supremo Tribunal de Justiça, “para dar cabal satisfação ao princípio do contraditório, a notificação a fazer ao terceiro devedor não poderá ser uma notificação simples, mas através de uma notificação que o torne ciente do ónus, decorrente de tal notificação, de declarar se o crédito existe e sobre as consequências derivadas da falta de cumprimento daquele ónus. Ou seja, a “sujeição do terceiro devedor ao ónus de declarar impõe que a sua notificação seja feita com as garantias do ato da citação”.<sup>43</sup>

No teor da notificação, o AE informa expressamente que o crédito fica à ordem do Agente de Execução.

Após a receção da notificação, o devedor tem 10 dias para informar se o crédito existe, quais as garantias que o acompanham e em que data se vencem ou ainda quaisquer outras informações que ache pertinente juntar aos autos. Esta informação deve ser prestada por escrito, exceto se a notificação foi feita via pessoal, em que as declarações poderão ser feitas nessa mesma altura e o AE faz constar na certidão de notificação pessoal.

Tendo em conta a importância desta notificação, as declarações feitas pelo devedor devem constar na certidão nos “exatos termos em que foram proferidas”<sup>44</sup>.

Caso o devedor prefira responder à notificação em momento posterior, deverá fazê-lo por escrito, no prazo de 10 dias, através de carta registada, fax ou e-mail<sup>45</sup>.

Nesse sentido, se o devedor não responder no prazo indicado, a lei estabelece a presunção de que o mesmo reconhece a existência do crédito, nos termos do n.º 4 do artigo 773.º. Ou seja, o mesmo pode, em sede de oposição,

---

<sup>43</sup> Cit. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça datado de 26 de Setembro de 2002, processo n.º 02B213, [acedido e consultado em 28-09-2016] disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/594ac9c97e092ee7802572970057ca82?OpenDocument>

<sup>44</sup> RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina, pp. 388. ISBN 978-972-40-6094-1.

<sup>45</sup> Caso a resposta seja remetida para local errado, por engano na digitação do e-mail, do número de fax ou da morada do AE e não chegue ao conhecimento do mesmo, é o devedor responsável pela falta de resposta.

provar que o crédito não existia, e por isso, é responde apenas pelos danos causados ao exequente.

Existindo o crédito e caso o devedor não proceda ao pagamento do mesmo à ordem dos autos de execução, dá-se cumprimento ao artigo 777.º, n.º 3 do CPC, ou seja, o exequente pode exigir, nos próprios autos, o pagamento do crédito, servindo como título executivo a declaração de reconhecimento do devedor, a notificação efetuada e a falta de declaração ou o título de aquisição do crédito.

Prestando declarações falsas, o devedor incorre na responsabilidade de litigante de má-fé<sup>46</sup>.

Muitos devedores de créditos ao executado, (seus clientes ou inquilinos por exemplo) não estão dispostos a manter relações contratuais por entenderem que o executado já não é digno de confiança, ou que não está dotado de seriedade. Por outro lado, também não pretendem despende o seu tempo a responder às notificações e ainda por correrem o risco de se enganarem no destinatário sem nunca se aperceberem e estarem sujeitos a responder pela dívida (crédito) na ação executiva, onde o que responde é o seu património. Assim para evitar eventuais complicações optam por simplesmente colocar termo à relação contratual.

Como conseguimos compreender se o executado estava numa fase economicamente debilitada, ao deixar de ter fontes de rendimento ficará com ainda mais dificuldades de fazer face às suas obrigações, o que muitas vezes resulta na insolvência do mesmo.

Após concluirmos a análise dos tipos de penhora mais comuns nas execuções<sup>47</sup>, é altura de compreendermos as limitações impostas à penhora com o objetivo de salvaguardar o mínimo de dignidade ao executado.

---

<sup>46</sup> “A litigância de má-fé exige a consciência de que quem pleiteia de certa forma tem a consciência de não ter razão.” Cit. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, datado de 11 de Setembro de 2012, processo n.º 2326/11.09TBLLE.E1.S1, [acedido e consultado em 28-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/03a50429a335358f80257a77004a1aa2>

<sup>47</sup> Por não nos podermos alongar muito na caracterização de todos os tipos de penhora e suas vicissitudes, sendo certo que o nosso objeto de estudo é o impacto que as mesmas trazem para a vida pessoal e familiar em simultâneo com, o já esperado, impacto patrimonial.



## **CAPÍTULO III - AS IMPENHORABILIDADES**

### **1. Considerações Gerais da Impenhorabilidade**

Após apurarmos qual a definição e o objeto da penhora, a sua incidência sobre certos bens, bem como algumas das suas vicissitudes torna-se necessário delimitar o regime da impenhorabilidade de bens que resultam em prerrogativas ou desvios às regras gerais da penhora, condicionando, assim, a responsabilidade patrimonial do executado pela dívida.

Os limites à efetivação da responsabilidade patrimonial que são, processualmente, designados por impenhorabilidades impõem o preceito de conhecer quais os bens que podem efetivamente ser objeto da penhora, ou qual o seu alcance.

Nomeadamente, se a penhora se estreita ao suficiente para satisfazer a quantia exequenda e despesas da execução, ou se vaza desproporcionadamente o juridicamente aceitável, penhorando-se mais bens, do que os necessários, que resulta num encargo excessivo do executado e do seu agregado familiar, sem que haja um fundamento legal que justifique tal ato.

Assim, ao longo deste capítulo, iremos aclarar quais os bens penhoráveis ou impenhoráveis e em que medida são absoluta, relativa ou parcialmente penhoráveis.

Com isto, pretendemos entender se estas normas que preveem os limites de penhorabilidade e os critérios de determinação dos bens concretamente penhoráveis se revelam ou não adequados, a proporcionar as soluções mais justas e equilibradas para os casos concretos.

Assim, segundo ANA PRATA é impenhorável tudo aquilo que não possa ser penhorado para responder pela dívida do executado “por razões de ordem pública, de humanidade, de ordem moral, etc.”<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Cit. PRATA, Ana, 2010. Dicionário Jurídico, Volume I, 5.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 729. ISBN 9789724033938.

Ao longo do estudo das impenhorabilidades iremos responder à seguinte questão: será o regime da impenhorabilidade suficiente para salvaguardar o interesse vital do executado e de terceiro e respeitando o princípio da humanidade e/ou dignidade da pessoa humana, jurídico-constitucionalmente definido?

Por esse motivo, urge compreender se as referidas normas garantem um amparo apropriado, equilibrado, suficiente e eficaz do executado e, na maioria dos casos, do seu agregado familiar, bem como de terceiros que, eventualmente, possam vir a ser prejudicados pela execução.

Assim, de seguida iremos analisar os vários tipos de impenhorabilidades, de modo a que consigamos compreender limites à execução da responsabilidade patrimonial na ótica da tutela dos interesses do executado e de terceiros, sem desconsiderarmos o interesse do exequente.

A lei processual prevê a impenhorabilidade, com o objetivo de tutelar os interesses gerais, do executado (e consequentemente do seu agregado familiar) e de terceiro que predominam sobre os do credor.

A impenhorabilidade divide-se em absoluta, relativa e parcial, nos termos do Código de Processo Civil.

Os bens absolutamente impenhoráveis, prenunciados no art.º 736.º do CPC, são bens que não podem ser penhorados, independentemente das circunstâncias ou da dívida exequenda.

No entanto, os bens relativamente impenhoráveis, previstos no art.º 737.º do CPC, são bens que apenas podem ser penhorados em determinadas circunstâncias ou para o pagamento de determinadas dívidas exequendas.

Por fim, quanto aos bens parcialmente penhoráveis, são, como o nome indica, bens em que apenas uma parte é impenhorável. Assim, o restante pode ser penhorado. São exemplo desses bens, os constantes no art.º 738.º do CPC.

## **2. Bens Absolutamente Impenhoráveis**

A impenhorabilidade absoluta, como já referimos supra, reside em imunizar de penhora bens que não podem processualmente responder pela dívida exequenda, por força do art.º 736.º, as alíneas a), c), e), e f) do CPC.

Tais normas foram instituídas para proteger os legítimos interesses do devedor executado e da sua família.

O Direito Processual Civil Português, com respeito e com base nos princípios constitucionais, da Dignidade da Pessoa Humana e da Proporcionalidade, previstos no art.º 1.º e 18.º, n.º 2 da CRP, respetivamente<sup>49</sup>, não admite a penhora de bens ou direitos que: por natureza, são intransmissíveis e cuja apreensão malfaa os bons costumes; túmulos; bens imprescindíveis aos sujeitos que integram o agregado familiar do executado e que sofram de alguma deficiência ou que sejam doentes, e ainda, bens de diminuto valor venal que, nas palavras de J. ALBERTO DOS REIS corresponde “ao contraste entre a utilidade que a venda pode trazer ao credor e o sacrifício que ela representa para o devedor”<sup>50</sup>. Nesta senda, e concordando com as palavras de RUI PINTO, são bens cuja impenhorabilidade teria de ser necessariamente absoluta.<sup>51</sup> Como direito intransmissível temos o exemplo dado por VIRGINIO DA COSTA RIBEIRO E SÉRGIO REBELO do “direito dos lojistas integrados em grandes superfícies comerciais em que o promotor, no contrato inicial outorgado com o utilizador, impediu a transmissão sem o seu consentimento, de modo a reservar, para si o direito de dizer quais os produtos que deverão ser vendidos e os locais onde cada um deles deverá ser comercializado.”<sup>52</sup> Assim, em virtude da impossibilidade de venda executiva desse direito, uma vez que depende da aquiescência do promotor, tornando-se este absolutamente impenhorável. Nos bens que malfaa os bons costumes estão incluídos todos aqueles que possam ofender suscetibilidades pela sua comercialização de modo aberto e publicitado nos meios judiciais, como sejam os objetos de utilidade pornográfica. Nos objetos de culto público encontram-se incluídos os livros religiosos e outros bens utilizados pelos sacerdotes. Os bens de domínio público

---

<sup>49</sup> Cfr. PINTO, Rui, 2013. Manual da Execução e Despejo, 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 503. ISBN 9789723221824.

<sup>50</sup> Cit. REIS, José Alberto dos, 1985. Processo de Execução, Volume I, 3.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 356.

<sup>51</sup> Cit. PINTO, Rui, 2014. Notas ao Código de Processo Civil, 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 519. ISBN 9789723221800.

<sup>52</sup> Cit. RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina, pp.280. ISBN 978-972-40-6094-1.

do Estado e das restantes pessoas coletivas públicas são, tal como o nome indica, bens unicamente afetos a fins de utilidade pública. Quanto aos túmulos, estes apenas são absolutamente impenhoráveis assim que se encontrarem no cemitério, podendo, à contrário, ser objeto de penhora se estiverem na posse do seu fabricante.

Antes da reforma de 2013 estavam incluídos nos bens absolutamente impenhoráveis os bens indispensáveis à economia doméstica, que agora estão incluídos nos bens relativamente impenhoráveis. Alteração, essa, com o qual nós concordamos uma vez que, pode o agente de execução penhorar esses bens se estes constarem na fatura que deu origem à dívida, conforme iremos estudar mais adiante. No nosso entendimento não temos nada a criticar quanto aos bens absolutamente impenhoráveis, uma vez que concordamos que neles se encontram incluídos todos os bens do executado que devam ser protegidos.

### **3. Bens Relativamente Impenhoráveis**

A impenhorabilidade relativa encontra-se consagrada no art.º 737.º do CPC, e visa excetuar certos bens da penhora, com a devida ressalva de que, em determinados contextos, ou para o pagamento de certas dívidas exequendas, esses mesmos bens possam ser suscetíveis de penhora. Por esse motivo não estão consagrados no núcleo daqueles que são absolutamente impenhoráveis.

Ora, o referido artigo protege os direitos e interesses fundamentais do executado e da sua família ao instituir, a impenhorabilidade relativa dos bens indispensáveis ao exercício da atividade ou formação profissional do executado, por força do art.º 737.º, n.º 2 e 3 do CPC, bem como dos bens indispensáveis à economia doméstica que se encontrem na casa de habitação efetiva do executado.

Com a implementação deste limite da penhora o legislador pretendeu tutelar o impacto na vida pessoal e familiar do executado, na medida em que, a impenhorabilidade destes bens, mesmo que relativa, tem o propósito de impedir a total desproteção deste e do seu agregado familiar que a penhora sem circunscrições poderia motivar. Porque se a penhora dos bens essenciais ao exercício da atividade profissional do devedor e dos bens imprescindíveis a uma

economia doméstica fosse juridicamente admissível estaríamos a colocar em causa o sustento do executado e da sua família<sup>53</sup>. É certo que a quantia exequenda se satisfaz à custa do património do devedor, mas nunca se poderá por em causa a dignidade humana do mesmo.

Mas o que se entende por bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica e como se determinam os mesmos? Ou casa de habitação efetiva do executado?

O n.º 3 do art.º 737.º do CPC, com a redação da reforma de 2013, passou a prever os bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica, como bens relativamente impenhoráveis, que resulta numa alteração benéfica no regime da impenhorabilidade. Não obstante, a parte final da referida norma, compreende a exceção desta impenhorabilidade e o que a torna relativa, uma vez que, por norma, não podem ser penhorados, em virtude de possibilitarem a satisfação das necessidades primárias do executado e do seu agregado familiar<sup>54</sup>, exceto se a execução se destine ao pagamento do preço de respetiva aquisição ou do custo da sua reparação. Nestas situações, a lei já permite a penhora de bens<sup>55</sup> que são considerados imprescindíveis ou indispensáveis, designadamente bens idóneos para a satisfação de necessidades humanas, com sustentáculo nos valores sociais, económicos e culturais, observando o princípio da dignidade da pessoa humana previsto no art.º 1.º da Constituição da República Portuguesa. Ou seja, são indispensáveis os bens que são conhecidamente imprescindíveis a qualquer economia doméstica. Nesta matéria ainda são visíveis algumas dúvidas sobre quais bens não estão inseridos nesta categoria, tanto na jurisprudência como na doutrina.

---

<sup>53</sup> Cfr. PINTO, Rui, 2013. Manual da Execução e Despejo, 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 505. ISBN 9789723221824.

<sup>54</sup> Cfr. REIS, José Alberto dos, 1985. Processo de Execução, Volume I, 3.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 365.

<sup>55</sup> Entende-se por bens “todos os elementos ou coisas integrantes de um património, ou todos bens aptos para prover à satisfação de necessidades humanas, cuja utilização ocorre no quadro da vida social ou das relações dos sujeitos entre si.” Cit. PRATA, Ana, 2010. Dicionário Jurídico, Volume I, 5.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 207. ISBN 9789724033938.

Nesta senda, são penhoráveis os bens de luxo ou de manifestação de riqueza, por não se considerarem indispensáveis.

Maioritariamente, a doutrina defende que deve ser encontrada uma regra objetiva uma vez que se julga inexigível despojar o executado de bens indispensáveis, tendo em conta o padrão mínimo da dignidade social<sup>56</sup> nos dias de hoje, para garantir a concretização da dívida do credor exequente.<sup>57</sup>

Deste modo, qual o critério mais justo para definir se certos bens são, ou não indispensáveis?

Tendo em conta a evolução económica e social, é fulcral ampliar o conjunto de bens que são imprescindíveis a qualquer economia doméstica, na medida em que existe uma necessidade de adaptar o critério de imprescindibilidade de determinados bens, para os dias atuais, isso é, em consequência da evolução dos costumes socioculturais, certamente que, hoje em dia, existe um conjunto de bens que são totalmente imprescindíveis e que há uns anos atrás não eram.

Com efeito, é do nosso entender que deveria ser adotado um critério expressamente previsto na lei processual civil, que não estivesse dependente da interpretação do aplicador da lei, do que se considera por mínimo social, nomeadamente que fossem considerados impenhoráveis bens como o frigorífico, o fogão da cozinha, máquina de lavar roupa.<sup>58</sup>

Este critério só iria trazer mais celeridade ao processo executivo uma vez que beneficiária tanto exequente como executado. Ao primeiro estaria garantida uma penhora mais justa e ao segundo a concretização do pagamento do seu crédito de forma mais rápida, visto que deixa de haver necessidade do executado se opor à penhora (quanto a este fundamento).

A impenhorabilidade dos bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica deve ser avaliada tendo em conta, em primeiro lugar, os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proporcionalidade, como

---

<sup>56</sup> Cfr. FREITAS, José Lebre de, MENDES, Armindo Ribeiro, 2003. Código de Processo Civil: Anotado, Volume 3. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 349. ISBN 9723212013.

<sup>57</sup> Cfr. PINTO, Rui, 2013. Manual da Execução e Despejo, 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 506. ISBN 9789723221824.

<sup>58</sup> Ib. pp. 506.

veremos posteriormente e, em segundo lugar à situação concreta do executado. Não querendo isto dizer que o legislador protegeu o executado ao ponto de lhe garantir o nível de vida que tinha anteriormente à execução, até porque é admitido e aliás imperativo, a penhora de todo os bens móveis encontrados no interior da habitação do executado que não estejam dentro do grupo que se considera indispensável à subsistência digna do executado e do seu agregado familiar, ou seja que permita “um mínimo de condições de vida”.<sup>59</sup>

Neste sentido, concordamos com o entendimento do Ac. do Tribunal Constitucional, datado de 03 de Julho de 1991 na medida em que “O sacrifício do direito do credor só será constitucionalmente legítimo se for necessário e adequado à salvaguarda do direito fundamental do devedor a uma sobrevivência com um mínimo de qualidade”.<sup>60</sup>

### **3.1 Jus comparatione com outros sistemas jurídicos**

Comparativamente com outros sistemas jurídicos, também se verifica uma preocupação dos legisladores com a proteção dos bens essenciais ou imprescindíveis do executado e da sua família também, designadamente: O sistema jurídico Alemão, com a implementação artigo 811.º do Código de Processo Civil Alemão,<sup>61</sup> circunscreve, a impenhorabilidade dos objetos de uso pessoal ou doméstico, para a satisfação das necessidades primárias do devedor e da sua família.

O Código de Processo Civil Brasileiro, no seu art.º 649.º, considera que, os móveis com utilidade doméstica que não “ultrapassem as necessidades comuns

---

<sup>59</sup> Cit. FREITAS, José Lebre de Freitas, 2014. A Ação Executiva à luz do Código de Processo Civil de 2013, 6ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp248. ISBN 9789723222241.

<sup>60</sup> Cit. Acórdão do Tribunal Constitucional datado de 03 de Julho de 1991, processo n.º 89-0297, [acedido e consultado em 05-08-2016] disponível em <http://www.dgsi.pt/atco1.nsf/904714e45043f49b802565fa004a5fd7/810f63c8e440b7018025682d00648907?OpenDocument>

<sup>61</sup> Cfr. Código de Processo Civil Alemão (*Zivilprozessordnung - ZPO*) artigo 811.º [acedido e consultado em 17-06-2016] disponível em: <http://dejure.org/gesetze/ZPO/811.html>

correspondentes a um médio padrão de vida”<sup>62</sup>, são absolutamente impenhoráveis, determinando o mesmo em relação ao vestuário e objetos de uso pessoal do devedor, excetuando os objetos de luxo.

O Superior Tribunal de Justiça brasileiro vai mais além e defende que “o aparelho de televisão e outros utilitários da vida moderna atual, em regra, são impenhoráveis quando guarnecem a residência do devedor”.<sup>63</sup>

A França partilha do ponto de vista e considera impenhoráveis, os bens móveis imprescindíveis para a vida e trabalho do executado bem como da sua família, salvo quando se trate de bens sumptuosos<sup>64</sup>, nos termos do art.º L112-2, n.º 5 do Code des Procédures Civiles d'Exécution<sup>65</sup>, o que pressupõe uma maior extensão dos bens considerados indispensáveis.

Realidade que ainda não se verifica, lamentavelmente, no nosso ordenamento jurídico, uma vez que ainda se entende por dispensáveis um conjunto de eletrodomésticos como o televisor, forno, micro-ondas, frigorífico e máquina de lavar roupa, que tendo em conta a realidade sociocultural em que nos encontramos, já não se legitima tal parecer tão intransigente e redutivo.

---

<sup>62</sup> Cfr. Código de Processo Civil Brasileiro [acedido e consultado em 17-06-2016] disponível em:

[http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cpc\\_L5869.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cpc_L5869.pdf)

<sup>63</sup> Cit. Acórdão do Superior Tribunal de Justiça (Brasileiro) datado de 09 de Agosto de 2011, processo n.º REsp 875687 RS 2006/0172710-7, [acedido e consultado em 05-08-2016] disponível em <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21090406/recurso-especial-resp-875687-rs-2006-0172710-7-stj>

<sup>64</sup> Segundo a referida norma, não podem ser penhorados os bens móveis necessários para a vida e trabalho do executado e sua família, exceto para o pagamento do seu próprio preço de compra, dentro dos limites estabelecidos por decreto em Conselho de Estado e sujeito às disposições do n.º 6, do mesmo artigo.

Devendo ser penhorados se estiverem em um lugar diferente da morada ou local de trabalho do executado, se forem bens de valor, particularmente devido à sua importância, o seu material, sua raridade, sua antiguidade ou o seu carácter luxuoso, eles perdem o seu carácter de necessidade, devido à sua quantidade ou se forem bens comerciáveis. (Tradução nossa)

<sup>65</sup> Code des Procédures Civiles D'exécution, [acedido e consultado em 05-08-2016] disponível em:

<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000025024948>



Depois do estudo da legislação estrangeira, podemos atestar que existe uma opinião praticamente unânime entre os referidos países sobre o grupo de bens que são considerados bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica e, por isso, impenhoráveis, pois garantem ao executado e ao seu agregado familiar um mínimo de dignidade que sem estes bens não se tornaria possível.

Não obstante, em certas situações, pode ser legítimo a diminuição do círculo dos bens considerados indispensáveis, pois tem que se considerar o lícito benefício do exequente de modo a que este alcance com maior rapidez e eficácia liquidação da obrigação.<sup>66</sup> Ainda assim, no nosso entender, não pode ser admitido a satisfação desse direito do exequente a qualquer custo.

Ou seja, na prática, a dificuldade de determinação dos bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica nos termos do art.º 737.º, n.º3 do CPC continua a colocar-se.

Assim, notando o contexto social moderno atual, é essencial ampliar o conjunto de bens imprescindíveis à economia doméstica e flexibilizar o critério de verificação da imprescindibilidade, e até, em certos casos, ter-se em consideração a situação concreta do devedor para garantir a maior justiça possível.

O Direito não pode ficar indiferente a todas estas mudanças sociais, económicas e culturais e que de forma forçosa se refletem juridicamente, consequentemente, o Direito sente a necessidade de acompanhar essas alterações, visando sempre a sua adequação à realidade, sob pena de se tornar obsoleto.

Assim sendo, e no seguimento do que temos vindo a defender até aqui, o que se entende por bens imprescindíveis nesta data, não será, certamente, o que se entenderá no futuro e, nessa senda, é mister refletir e estudar toda esta questão da imprescindibilidade dos bens de qualquer economia doméstica, no sentido de atualizar e concretizar o significado de bens imprescindíveis.

Não obstante, não se pode desconsiderar a penhora destes bens considerados imprescindíveis a qualquer economia doméstica e, por isso,

---

<sup>66</sup> Cfr. COELHO, Francisco Pereira; OLIVEIRA, Guilherme de, 2001. Curso de Direito da Família, volume I, 2.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 397. ISBN 9723210355.

impenhoráveis, em virtude de a sua apreensão ser possível quando a execução se destina a obter o preço da aquisição desse bem.

#### **4. Bens Parcialmente Penhoráveis**

O Código de Processo Civil estabelece a porção impenhorável dos rendimentos auferidos pelo executado e que caucionam o seu sustento e do seu agregado familiar, salvaguardando um montante mínimo do referido rendimento que o executado tenha a receber, que não pode ser objeto de penhora, para que o devedor consiga, pelo menos garantir a dignidade supra referida.

Como tentativa de esclarecimento de quaisquer dúvidas que poderiam existir, a redação de 2013 do Código de Processo Civil substituiu, na parte final do n.º1 da referida norma, a expressão: “quaisquer outras prestações de natureza semelhante” por “prestações de qualquer natureza que assegurem a subsistência do executado”.

Assim sendo, o referido preceito estabelece que são impenhoráveis 2/3 da parte líquida do rendimento do executado, ficando, em consequência, 1/3 do rendimento do executado suscetível à penhora.

Contudo, a parte impenhorável destas prestações, é delimitada por um montante mínimo, nos termos do art.º 738.º, n.º3, garantindo o valor equivalente ao salário mínimo nacional não podendo a penhora incidir sobre esse valor e por um montante máximo, previsto na mesma norma, que é correspondente ao “*montante equivalente a três salários mínimos nacionais à data de cada apreensão*”, isto é, o valor que exceda esse limite máximo será penhorada na totalidade.

A reforma de 2013 veio resolver algumas disparidades existentes quanto à matéria de crédito exequendo de alimentos, com a introdução do n.º 4 do artigo 738.º. aclarando este assunto ao estabelecer explicitamente um valor mínimo para o auto-sustento do devedor de alimentos, esclarecendo qual a parte do rendimento do devedor é impenhorável nesses casos.<sup>67</sup>

---

<sup>67</sup> Cfr. PINTO, Rui, 2013. Manual da Execução e Despejo, 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 512. ISBN 9789723221824.

Antes da reforma de 2013, o anterior artigo 824.º, n.º 2, *in fine*, do CPC admitia que não se considerasse o limite de impenhorabilidade (no montante correspondente ao salário mínimo em vigor), podendo a penhora incidir sobre um valor superior a 1/3 do rendimento. Para pôr término à controvérsia doutrinal e jurisprudencial criada sobre esta matéria, o legislador optou por definir uma quantia mínima impenhorável que, nos termos do n.º 4 do artigo 738.º do NCPC corresponde à quantia equivalente à totalidade da pensão social do regime não contributivo.

Pensamos, por isso, que o critério da impenhorabilidade parcial<sup>68</sup> constante do art.º 738.º está diretamente relacionada com o princípio da dignidade da pessoa humana, na medida em que assegura ao devedor o valor equivalente ao que ele necessita para garantir os bens necessários à sua subsistência e uma vida condigna.

De modo, a introduzir uma maior segurança e justiça da decisão, o n.º 6 do referido artigo veio introduzir a faculdade do Juiz, excecionalmente, a requerimento do executado e sem a interferência do Agente de Execução (ao contrário do que antes previa o art.º 824.º anteriormente à reforma de 2013), ponderar as carências do executado e do seu agregado familiar em relação ao valor e natureza da quantia exequenda, para reduzir ou isentar parcialmente de penhora dos rendimentos, por um certo tempo não superior a um ano.

## **5. Penhora de Bens Comuns do Casal**

As dívidas contraídas por cônjuges ou apenas por um deles originam dificuldades processais no âmbito da prática forense.

Em primeiro lugar, é forçoso recordar que no âmbito do regime de casamento em comunhão geral existem somente bens comuns do casal, à exceção daqueles previstos no art.º 1733.º do CC. No regime de comunhão de adquiridos, previsto nos artigos 1721.º e seguintes do Código Civil, são próprios os bens previstos

---

<sup>68</sup> Sobre esta matéria vide esclarecimentos de PINTO, Rui, 2014. Notas ao Código de Processo Civil, 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 521-527. ISBN 9789723221800.

no art.º 1722.º do CC, e substituídos no lugar destes bens os indicados no art.º 1723.º do CC e os adquiridos por força da titularidade dos bens próprios já existentes no seu património, nos termos do art.º 1728.º do CC, sendo comuns os bens que constantes do art.º 1724.º do CC.

Sendo, certo que qualquer um dos cônjuges pode contrair dívidas sem o consentimento do outro, por força do art.º 1690.º CC, não nos podemos esquecer que, uma dívida que seja contraída por um dos cônjuges pode ser considerada uma dívida de ambos, conforme decorre dos artigos 1691.º, n.º 1 e n.º 2, art.º 1693.º, n.º 2 e art.º 1694.º, n.º 1 todos do CC <sup>69</sup>. Sendo a dívida considerada como própria nos casos previstos nos artigos 1692.º, 1693.º, n.º 1 e 1694.º, n.º 2 também do Código Civil.

A maior parte da jurisprudência<sup>70</sup> entende que são responsabilizados ambos os cônjuges por: dívidas resultantes de atos praticados pelos dois cônjuges, por força do artigo 1691.º, n.º 1 alínea a) do CC, designadas dívidas comuns; ou dívidas que tenham sido contraídas apenas por um deles (com ou sem o consentimento do outro), mas que resultem de um ato praticado em proveito comum ou para satisfazer as necessidades da vida familiar, conforme resulta dos artigos 1691.º, n.º 1, alínea b) a e), n.º 2 do mesmo artigo e art.º 1694.º, n.º 1 do CC, denominadas dívidas comunicáveis.

Nesta fase coloca-se a questão de apurar que bens responderão pela dívida, tendo que, em primeiro lugar, se averiguar qual o regime de bens do casal.

Como sabemos, é responsável pelo cumprimento da obrigação, todo o património do devedor, sem prejuízo dos regimes especialmente estabelecidos em consequência da separação de patrimónios, nos termos do 601.º do CC.

Assim, e à exceção do regime de comunhão geral em que só há bens comuns do casal, com a resguarda dos bens previstos no artigo 1733.º do CC, nos

---

<sup>69</sup> PINTO, Rui, 2010. Execução Civil de Dívidas de Cônjuges: Novas Reflexões Sobre um Velho Problema. Revista Do CEJ n.º 14 do 2.º Semestre. Lisboa, pp. 10. ISSN 1645-829X.

<sup>70</sup> Por exemplo, Acórdão de 30 de Novembro de 2010, processo nº 2345/09.5TBFIG.C1, [acedido e consultado em 05-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/de204361e30726fd8025780f00531622?OpenDocument>

restantes regimes de casamento deparamo-nos com a existência de patrimónios independentes, em virtude de existirem bens comuns e bens próprios.

Para essas situações a lei prevê no artigo 1695.º, n.º 1 do CC que em primeiro lugar respondem os bens comuns e só na falta ou insuficiência destes poderá a responsabilidade incidir, solidariamente, sobre os bens próprios de cada cônjuge.

Ao inverso, quando a dívida é da responsabilidade de um dos cônjuges, respondem em primeiro lugar os bens próprios do mesmo e os previstos no n.º 2 do artigo 1696.º do CC e subsidiariamente a sua meação dos bens comuns nos termos do artigo n.º 1 do mesmo artigo.

No regime de separação de bens, previsto no artigo 1735.º e seguintes do CC, não existem bens comuns do casal, assim, pelas dívidas próprias respondem os seus bens próprios, e por conseguinte, pelas comuns vão responder os bens de cada cônjuge pela quota-parte respetiva, de forma parciária, nos termos do artigo 1695.º, n.º 2 do CC.

Nos casos, previstos por lei, em que os cônjuges optem por um regime de bens diferente daqueles já tipificados, isto é, misto, a responsabilidade por dívidas quanto aos bens comuns aplica-se o artigo 1695.º, n.º1 do CC e, em relação aos restantes, o regime de separação de bens.

No regime de comunhão de adquiridos, onde o regime de casamento resulta de um conjunto de bens próprios e bens comuns, como referimos, estamos perante um caso de penhorabilidade subsidiária objetiva<sup>71</sup>, prevista nos art.º 740.º a 742.º. Ou seja, uma parte dos bens só responderão pela dívida quando outros bens inexistirem ou se revelarem insuficientes.

Note-se que o CPC expõe, nos seus artigos 740.º a 742.º, o regime aplicável às execuções contra um dos cônjuges e o art.º 740.º vale sempre que tenham sido penhorados bens comuns, por insuficiência dos bens próprios do cônjuge executado.

---

<sup>71</sup> Cit. MARQUES, J.P. Remédio, 2000. Curso de Processo Executivo Comum à Face do Código Revisto. Coimbra: Almedina, pp. 186. ISBN: 9724014185.

Enquanto que, o art.º 1696.º do CC se adequa às dívidas da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges

Assim sendo, quando é que podemos considerar a dívida como própria de um dos cônjuges, do ponto de vista substantivo, nos termos do artigo 1692.º do CC?

Ora, no direito processual civil a execução tem de ser instaurada contra a pessoa que no título executivo tenha a posição de devedor, conforme consta do art.º 53.º, n.º 1 do CPC.

Sendo uma dívida da exclusiva responsabilidade de um dos cônjuges, de acordo com o art.º 1696.º do CC, em primeiro lugar são liquidados os bens próprios do cônjuge devedor e apenas na falta ou insuficiência destes responde a meação nos bens comuns e os bens mencionados no n.º 2 do artigo 1696.º do CC, nomeadamente os bens por ele levados para o casal ou posteriormente adquiridos a título gratuito, bem como os respetivos rendimentos, ou os bens sub-rogados no lugar desses, bem como o produto do trabalho e os direitos de autor do cônjuge devedor.

Assim, sempre que se revele necessário penhorar bens comuns em virtude dos bens próprios se mostrarem insuficientes (nomeadamente a penhora do imóvel que seja de ambos os cônjuges, por exemplo), o 740.º, n.º 1 do CPC estabelece que o cônjuge do executado tem de ser citado para, no prazo de 20 dias, requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência de ação em que a separação já tenha sido requerida, sob pena de a execução prosseguir sobre os bens comuns.

Caso o cônjuge do executado venha requerer a separação de bens, a execução suspende-se nos termos do 740.º, n.º 2, ou seja, até que à partilha, em processo de inventário, a correr por apenso à ação executiva, nos termos do art.º 81.º do RJPI. Suspendendo-se, igualmente, assim que o cônjuge do executado junte certidão comprovativa da pendência da ação até à partilha.

Concluída a partilha e se os bens penhorados não couberem ao executado, são penhorados outros que lhe tenham sido atribuídos, mantendo-se a anterior penhora até à nova apreensão, nos termos do 740.º n.º 2, in fine, do CPC. Concordamos com RUI PINTO, quando este discorda que uma penhora permaneça

sobre um bem que não pertence ao executado, mas sim a um terceiro estranho à execução e, por isso, não responde pela dívida<sup>72</sup> em virtude deste não ser responsável pela mesma. Mais, entendemos que, em termos práticos, não prejudica o exequente o levantamento da penhora desses bens, uma vez que estes não poderiam ser vendidos na execução e, em contrapartida, poderá prejudicar o cônjuge que não é parte na execução.

Se os cônjuges estiverem casados com um regime de separação de bens, nos termos do 1735º do CC, facilita todo o processo na medida em que não existem bens comuns e não existe a necessidade de se aplicar o artigo 740.º em virtude de apenas responderem pela dívida os bens próprios do cônjuge devedor.

Nesta matéria é importante ter presente a noção e diferença entre dívidas comuns, e dívidas comunicáveis pois trazem consequências diferentes no âmbito do processo executivo.

As dívidas comuns são aquelas que foram contraídas por ambos os cônjuges, nos termos do 1691.º, n.º 1 alínea a), 1.ª parte do CC.

Assim, tendo o credor título executivo contra os dois cônjuges, poderá instaurar ação executiva contra ambos, nos termos do artigo 53, n.º 1 do CPC, pois figuram os dois no título como devedores e, nesse caso, a penhora incide, em primeiro lugar, sobre os bens comuns do casal e na falta ou insuficiência destes, sobre os bens próprios de cada cônjuge, de acordo com o art.º 1695.º, n.º 1 do CC.

Tendo, o credor, título executivo contra ambos os cônjuges estamos perante um litisconsórcio voluntário ou necessário, isto é, poderá o exequente optar por instaurar a ação apenas contra um dos cônjuges ou terá, necessariamente que instaurar contra ambos?

Na nossa opinião fará mais sentido se estivéssemos perante um litisconsórcio necessário e instaurar a execução contra ambos não só por ser mais favorável ao credor, como também por considerar mais justo a ação ser proposta contra todos aqueles que figuram como devedores no título, e não só contra um deles.

---

<sup>72</sup> Cfr. PINTO, Rui, 2010. Execução Civil de Dívidas de Cônjuges: Novas Reflexões Sobre um Velho Problema. Revista Do CEJ n.º 14 do 2.º Semestre. Lisboa, pp. 29. ISSN 1645-829X.

Não obstante, o CPC permite um litisconsórcio voluntário, ao conceder ao exequente a possibilidade de escolha em demandar ambos ou apenas um dos cônjuges.

Vigorando o regime de separação de bens, inexistindo, por isso, bens comuns, respondem pelas dívidas sempre os bens comuns, quer sejam as dívidas próprias, comuns ou comunicáveis, mas a responsabilidade entre os consortes é parciária, ao contrário do regime de comunhão de adquiridos em que a responsabilidade é solidária. Ou seja, os bens próprios de cada um dos cônjuges responde por uma parte da dívida, nos termos do art.º 1695.º, n.º 2 do CPC.

Não esquecendo que uma dívida contraída por um dos cônjuges pode ser considerada da responsabilidade de ambos desde que tenha sido contraída com a anuência do outro cônjuge ou, na ausência desse consentimento, haja sido contraída no âmbito dos encargos da vida familiar.

As dívidas comunicáveis são, por natureza, mais arrevesadas, em virtude de tendo uma dívida sido contraída apenas por um dos cônjuges e constando apenas esse no título executivo, faz com que o direito substantivo e o adjetivo entrem numa certa discordância. Ora vejamos, de acordo com o primeiro, a dívida é qualificada como sendo da responsabilidade de ambos os cônjuges, embora haja sido contraída por apenas um deles e, de acordo com o segundo a legitimidade passiva é atribuída somente ao cônjuge que no título executivo figura como devedor, como já referimos supra e, por isso, a execução só poderia ser movida contra este.

Quando estamos perante uma execução onde foi alegada a comunicabilidade da dívida em que o título executivo seja uma sentença, essa comunicabilidade deve ser discutida na ação declarativa onde se forma o título executivo, tal como considera TEIXEIRA DE SOUSA sob pena de na ação executiva já não se poder invocar essa comunicabilidade por inexistir a legitimidade passiva por se aplicar o art.º 34.º, n.º3, 2.ª parte do CPC por se exigir um litisconsórcio necessário.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Cit. SOUSA, M. Teixeira de, 2004. (Capítulo) As Dívidas dos Cônjuges em Processo Civil (na obra principal) Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 344. ISBN 9789723212563.



Não obstante, a maioria da doutrina, nomeadamente LEBRE DE FREITAS<sup>74</sup> e RUI PINTO<sup>75</sup>, entendem que a referida norma estabelece o litisconsórcio voluntário, previsto no artigo 32.º do CPC, uma vez que a lei permite que o exequente escolha se pretende demandar ambos os cônjuges. No entanto, exclui a possibilidade de invocar a comunicabilidade na fase executiva.

Em suma, se na sentença que constitui título executivo não figurarem ambos os cônjuges como responsáveis pelo pagamento da dívida, a execução apenas poderá ser intentada contra aquele que foi condenado na sentença, nos termos do art.º 53, n.º 1 do CPC

Nessa senda, nos termos do artigo 740.º n. 1, quando, forem penhorados bens comuns do casal, em execução movida apenas contra um deles, é o cônjuge do executado citado para, no prazo de 20 dias, requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência de ação em que a separação já tenha sido requerida, sob pena de a execução prosseguir sobre os bens comuns.

No entanto, o artigo 1697, n.º 1 do CC, protege o direito do cônjuge executado por dívidas da responsabilidade de ambos os cônjuges, em que tenham respondido apenas os bens deste, uma vez que este se torna credor do outro<sup>76</sup> pelo que haja satisfeito além do que lhe competia satisfazer, com a ressalva de que o crédito só é exigível no momento da partilha dos bens do casal, a não ser que vigore o regime da separação.

Noutros títulos executivos para além da sentença o mesmo é subscrito apenas por um dos cônjuges e por isso a execução é promovida apenas contra aquele que consta no título executivo.

Desde 2003 que se reconhece que a comunicabilidade da dívida seja alegada já na execução em si, quer pelo exequente, quer pelo executado.

---

<sup>74</sup> Cit. FREITAS, José Lebre de Freitas, 2014. A Ação Executiva à luz do Código de Processo Civil de 2013, 6ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 255. ISBN 9789723222241.

<sup>75</sup> Cit. PINTO, Rui, 2010. Execução Civil de Dívidas de Cônjuges: Novas Reflexões Sobre um Velho Problema. Revista Do CEJ n.º 14 do 2.º Semestre. Lisboa, pp. 30 e seguintes. ISSN 1645-829X.

<sup>76</sup> Isto é, o cônjuge que respondeu pela dívida tem o direito de ser compensado/ressarcido pelo outro na medida em o seu património respondeu pela dívida de ambos.

Como já referimos anteriormente, quando é alegada a comunicabilidade é o cônjuge do executado citado, após a penhora de bens comuns, para, no prazo de 20 dias, requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa de que a mesma se encontra pendente, art.º 740.º, n.º 1.

Sendo requerida a separação da meação, ou sendo junta a referida certidão, a ação executiva fica suspensa até à decisão de partilha.

Assim, se os bens já penhorados ficarem a pertencer ao executado, os autos prosseguem os seus normais termos. Caso seja decidido que os bens são pertença do cônjuge, proceder-se-á a nova penhora sobre outros bens que lhe tenham ficado a pertencer, não obstante, a anterior penhora mantém-se até que seja registada a nova, nos termos do artigo 740.º, n.º 2 do CPC.

Outro cenário é se o cônjuge do executado aceite a comunicabilidade, ou simplesmente não se pronuncie<sup>77</sup>, pois, nesse caso, a dívida é considerada como da responsabilidade de ambos e, em consequência, a execução prossegue, também, contra o cônjuge.

Estando a ação a correr contra ambos, podem tanto ser penhorados bens comuns do casal como bens próprios de qualquer um deles, por força do artigo 1695, n.º 1 do CC.

Nesse caso, poderá o executado requerer que a penhora que incida sobre os bens próprios do mesmo (realizada antes da alegação da comunicabilidade) seja substituída pela penhora de bens comuns do casal, nos termos do artigo 741.º, n.º 5 CPC.

Quanto a esta questão, o Código de Processo Civil estabelece dois momentos distintos para a alegação da comunicabilidade da dívida, designadamente o momento da citação do cônjuge (não executado) após a penhora de bens comuns do casal, nos termos do artigo 740.º, como já vimos

---

<sup>77</sup> Segundo o Tribunal da Relação do Porto “O reconhecimento que a dívida é comum ocorre se o cônjuge aceitar expressamente a dívida, ou pelo efeito cominatório pleno no caso de não pronuncia sobre a questão”. Vide o referido Acórdão de 13 de Novembro de 2007, processo n.º 0720762, [acedido e consultado em 24-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/6bae9488f02dd64f802573bd003f221c?OpenDocument>

anteriormente; e o incidente declarativo para aferir a referida comunicabilidade, quer tenha sido alegada nos termos do 741.º ou do 742.º, ambos do CPC.

Conforme se depreende da leitura da Lei, do já referido artigo 741.º, o exequente tem a faculdade de vir alegar a comunicabilidade no requerimento executivo ou até ao início das diligências para venda ou adjudicação.

No âmbito do referido incidente, é o cônjuge do executado citado, por força do n.º 2 do art.º 741 e n.º 1 do art.º 742.º, para, no prazo de 20 dias declarar se aceita, ou não, que a dívida seja considerada comum, podendo impugnar nos termos do n.º 3 do art.º 741.º.

Também como já referimos anteriormente, é mais vantajoso ao exequente invocar a comunicabilidade da dívida em momento posterior da execução, mediante requerimento autónomo, pois caso contrário, sendo a mesma alegada no requerimento executivo, a execução segue forma ordinária que carece de despacho liminar e citação prévia, por aplicação do artigo 550.º, n.º 3 alínea c). Assim sendo, como o exequente pretende que o processo se tramite com a maior celeridade possível, caso tenha título que lhe permita seguir a forma sumária, é-lhe mais vantajoso invocar a comunicabilidade em fase posterior.

Estabelece, ainda, o artigo 742.º que o executado pode, na oposição à penhora, alegar a comunicabilidade da dívida. Não obstante, terá que especificar quais os bens comuns que podem ser penhorados para acautelar que a dedução do incidente não tenha um intuito meramente dilatatório.

Em consequência é o cônjuge, igualmente, citado para no prazo de 20 dias requerer o que tiver por conveniente nos termos dos já mencionados n.ºs 2 e 3 do art.º 741.º do CPC. Podendo tanto o exequente como o cônjuge do executado opor-se à referida alegação, nos termos do artigo 742.º, n.º 2 e 741.º, n.º 3, ambos do CPC.

Nesta senda, caso se verifique a comunicabilidade da dívida, o Código Civil, no seu artigo 1695.º n.º 1, estabelece que respondem primeiramente os bens comuns do casal, e, na falta ou insuficiência dos mesmos, solidariamente, os bens próprios de qualquer dos cônjuges.

Se já tiverem sido penhorados bens próprios do executado inicial os artigos 741.º, n.º 5 e 742.º, n.º 2 do CPC estabelecem que este pode requerer a sua

substituição por bens comuns. À contrário, se não houver comunicabilidade apenas responderão pela dívida os bens próprios do executado e, subsidiariamente, a meação do mesmo dos bens comuns.

No que diz respeito ao regime de separação de bens o Código de Processo Civil é omissivo, não obstante, o Código Civil estabelece que nesse regime, a responsabilidade dos cônjuges não é solidária, uma vez que não existem bens comuns do casal e por isso concluímos que por dívidas comuns respondem os bens próprios de cada um.

Agora, tal como já abordamos anteriormente, o exequente só pode instaurar execução contra aquele que figura no título executivo como devedor, mesmo tratando-se de uma dívida que seja da responsabilidade de ambos os cônjuges, o que resulta numa iniquidade para com o cônjuge executado e, por isso, concordamos com a posição doutrinal de RUI PINTO na medida em que deveria ser aplicado, de igual modo, os artigos 741.º e 742.º do CPC, com as necessárias adaptações.<sup>78</sup>

Ora, como já vimos é imperativo a citação do cônjuge do executado caso sejam penhorados bens comuns do casal bem como se forem penhorados bens imóveis ou estabelecimento comercial que o executado não possa alienar livremente, nos termos do artigo 786.º, n.º 1, alínea a) do CPC.

Torna-se, por isso, importante abordar os poderes que a lei processual civil confere ao cônjuge do executado.

### **5.1. Estatuto Processual do Cônjuge do Executado**

Desde 2003 que o estatuto do cônjuge do executado tem vindo a sofrer transformações.

Antes da reforma de 2003, o estatuto processual do cônjuge encontrava-se regulado no artigo 864.º-B do CPC<sup>79</sup> e apenas esclarecia que o cônjuge do

---

<sup>78</sup> Cit. PINTO, Rui, 2010. Execução Civil de Dívidas de Cônjuges: Novas Reflexões Sobre um Velho Problema. Revista Do CEJ n.º 14 do 2.º Semestre. Lisboa, pp. 45. ISSN 1645-829X.

<sup>79</sup> Vide redação dada pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro in

executado, citado nos termos da primeira parte do artigo 864.º, n.º 1 alínea a)<sup>80</sup>, é admitido a deduzir oposição à penhora e a exercer todos os direitos que a lei processual confere ao executado, nas fases da execução posteriores à sua citação, deixando, assim, por regular os casos em que o cônjuge era citado por terem sido penhorados bens comuns do casal. Nessa senda, a vertente maioritária da doutrina entendia que, na citação pela penhora de bens comuns, não eram atribuídos os mesmos poderes ao cônjuge do executado, que lhe eram conferidos no caso da penhora de bens imóveis que este não pudesse alienar livremente.<sup>81</sup>

Na reforma de 2003, o estatuto processual do cônjuge do executado passou a estar regulado no artigo 864.º-A<sup>82</sup>, que lhe permitia, após a sua citação, o seguinte: deduzir oposição à execução ou à penhora, no prazo de 10 dias, ou até ao término do prazo admitido ao executado, se terminar após aquele; exercer todos os direitos que a lei processual confere ao executado, no apenso de verificação e graduação de créditos e na fase de pagamento e, ainda; requerer a separação de bens do casal, quando a penhora recaia sobre bens comuns.

Assim, e analisando as múltiplas alterações que o estatuto do cônjuge sofreu, podemos constatar que:

- O cônjuge do executado passou a poder opor-se à execução, para além de se opor somente à penhora;
- O código passou a prever os casos em que o cônjuge era citado pela penhora de bens comuns do casal, ao contrário do que se verificava anteriormente em que o mesmo era omissivo quanto a esta questão.

---

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_busca\\_art\\_velho.php?nid=570&artigonum=570A0864B&n\\_versao=1&so\\_miolo=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_busca_art_velho.php?nid=570&artigonum=570A0864B&n_versao=1&so_miolo=)

<sup>80</sup> Vide redação dada pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro in [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_busca\\_art\\_velho.php?nid=570&artigonum=570A0864B&n\\_versao=1&so\\_miolo=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_busca_art_velho.php?nid=570&artigonum=570A0864B&n_versao=1&so_miolo=)

<sup>81</sup> Sobre esta questão vide SOUSA, M. Teixeira de, 1998. Acção Executiva Singular. Lisboa: Lex, pp. 321 e ss. ISBN 9729495769.

<sup>82</sup> Vide redação anterior disponível em:

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?artigo\\_id=570A0864B&nid=570&tab\\_ela=leis&pagina=1&ficha=1&so\\_miolo=&nversao=#artigo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=570A0864B&nid=570&tab_ela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo)

Face ao exposto, é do nosso entendimento que sendo o cônjuge do executado citado pela penhora dos bens comuns e que seja levantada a questão da comunicabilidade da dívida, e caso este a aceite, o cônjuge passa a ser executado e, por conseguinte, terá todos os poderes conferidos ao executado dito “original”.

Caso não tenha sido alegada a comunicabilidade da dívida, é sempre conferido ao cônjuge o poder de se opor à penhora.

Mesmo que o cônjuge não tenha sido citado, mas tenham sido penhorados bens de sua pertença e que hajam sido indevidamente atingidos, tem sempre a faculdade de deduzir embargos de terceiros, nos termos do artigo 343.º do NCP. À contrário, caso o cônjuge do executado tenha sido citado perde a faculdade de deduzir embargos de terceiros, por já lhe ter sido dada a oportunidade de exercer os seus direitos e de se defender da penhora aquando da citação, tal como nos explica M. TEIXEIRA DE SOUSA.<sup>83</sup>

O Novo Código de Processo Civil, com as alterações introduzidas em 2013, no seu artigo 787.º, n.º 1, veio recuar um pouco ao deixar de regular, explicitamente, a oposição à execução por parte do cônjuge do executado. Não obstante, deixa uma porta aberta, ao admitir a cumulação de fundamentos de oposição à execução na sua oposição à penhora. Poder que é concedido ao cônjuge apenas após a sua citação pela penhora de imóvel ou de estabelecimento comercial, nos termos do artigo 786.º, n.º 1 alínea a).

Os poderes facultados ao cônjuge citado pela penhora de bens comuns ou pela alegação de comunicabilidade encontram-se estabelecidos no artigo 787, n.º 2, e apenas poderá praticar as ações previstas nos artigos 740.º e 742.º do CPC, que já abordamos no capítulo anterior.

Após a análise dos poderes concedidos ao cônjuge do executado questionamo-nos sobre o papel que o cônjuge desempenha na ação executiva. Não podendo considerar que é uma parte acessória do processo em virtude de lhe serem conferidos poderes dignos de parte principal.

---

<sup>83</sup> Cit. SOUSA, M. Teixeira de, 2004. A Reforma da Acção Executiva. Lisboa: Lex, pp. 175. ISBN 9728634242.

Por último, optámos por dedicar um subcapítulo, no capítulo das impenhorabilidades, a esta problemática em virtude do interesse que a mesma importa para a ação executiva.

Podemos em síntese afirmar que, enquanto a lei substantiva considera uma certa dívida como comum, a lei processual defende que a execução apenas pode ser movida contra o cônjuge que consta no título executivo. Deste modo, conforme analisámos, o Código Processual Civil prevê soluções que visam eliminar essa disparidade. Dando especial atenção e cuidado na penhora de imóvel ou estabelecimento comercial, que não possa ser alienado livremente pelo executado, ao preceituar a citação do cônjuge e concedendo-lhe a maioria dos poderes anuídos ao devedor. Medidas que nós acreditamos terem o objetivo de proteger a esfera familiar do executado, tentando, dessa forma, conciliar o interesse do exequente em reaver o seu crédito e o interesse do executado em muitas vezes não responder sozinho a uma dívida que poderá ser comum ao casal ou, à contrário, permitir a proteção de bens comuns da esfera do casal quando se trate de uma dívida de apenas um dos consortes.

Para finalizar o capítulo das impenhorabilidades, e recapitulando sumariamente, concluímos que apenas respondem pela dívida os bens do executado que não estejam abrangidos e tutelados como bens parcialmente, relativamente e absolutamente impenhoráveis. Sem nos esquecer do limite à penhora decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana, no que diz respeito ao executado e à sua família e ainda no que diz respeito ao princípio da proporcionalidade da penhora.

Assim, podemos concluir que, ainda que se trate de um processo de natureza coerciva, a lei processual está a caminhar no sentido de tentar proteger o impacto que a mesma implica na vida do executado.

Motivo pela qual decidimos dedicar a segunda parte desta dissertação ao impacto da penhora na vida pessoal, profissional e familiar do executado.

**PARTE II - A PENHORA E O IMPACTO DA PENHORA NA VIDA PESSOAL,  
PROFISSIONAL E FAMILIAR DO EXECUTADO**



## CAPÍTULO I – LIMITES DA PENHORA

### 1. Os Efeitos da Penhora

Neste momento já conseguimos compreender as consequências dos efeitos jurídicos da penhora<sup>84/85</sup> na esfera social, profissional e pessoal do executado.

Efeitos esses que, resumidamente, consistem na:

- Perda do executado dos poderes de gozo sobre o seu património e transferência desses poderes para a figura de fiel depositário, a quem é atribuído o cargo nos termos do artigo 756.º, n.º 1 do CPC;
- Ineficácia relativa dos atos de disposição ou oneração posteriores à penhora;
- Por último, constituição de direito real de garantia a favor do exequente.

Ora, como vemos as consequências da penhora vão muito para além da esfera jurídica do executado, e como também compreendemos, a ação executiva para pagamento de quantia certa ao tratar-se de uma cobrança coerciva da dívida, inevitavelmente, implica sempre uma desigualdade entre ambas as partes.

O nosso objetivo não é defender que o processo deve resguardar os interesses de uma parte em défice dos interesses da outra. Mas conseguimos compreender que, apesar de se pretender que o processo seja o mais justo possível, existe necessariamente uma desigualdade entre as partes, em virtude de *ab initio* se presumir que a razão está do lado do exequente. Assim, achamos relevante entender e estudar as resoluções previstas na Lei que permitem, tanto quanto possível, um maior equilíbrio entre as partes na execução.

Este tema gera diversas discussões uma vez que, apesar de uns acharem que os interesses do exequente são excessivamente defendidos em contrapartida com os do executado. Ao inverso, não nos podemos esquecer que o exequente é

---

<sup>84</sup> Para melhor esclarecimento sobre a penhora vide REIS, José Alberto dos, 1985. Processo de Execução, Volume II, Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, pp.89 e ss.

<sup>85</sup> Sobre os efeitos jurídicos da penhora consultar PINTO, Rui, 2013. Manual da Execução e Despejo, 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 685 e ss. ISBN 9789723221824.

o primeiro lesado pelo incumprimento do executado. O devedor ao não cumprir os seus deveres importa grandes prejuízos ao credor que, a maior partes das vezes, o coloca em situações em que ele próprio não consegue cumprir as suas responsabilidades e obrigações. Motivo pela qual a resposta a esta questão é bastante complexa e o legislador tem tanta dificuldade em encontrar um meio-termo.

No decorrer do exercício da atividade de Agente de Execução esta é uma das questões que está sempre a surgir. Não obstante, rapidamente compreendemos que cada caso tem a sua especificidade, pois, como sabemos, existem vários tipos de executados e que não podemos, nem conseguimos, defender uma posição e genérica quanto à questão. Em suma, existe o executado que constantemente se encontra em incumprimento com as suas obrigações e não liquida as dívidas que contrai e existe aquele que não logrou cumprir as suas obrigações em consequência do desemprego, da crise ou outro qualquer fator externo que lhe alterou a situação financeira.<sup>86</sup>

Assim o legislador teve que prever os limites que, de um modo geral, protegessem os princípios base do executado, dando mais ênfase ao executado accidental, isto é, aquele que se encontra numa situação de mora, não por opção de não pagar propositadamente, mas porque simplesmente deixou de conseguir cumprir por causa do decréscimo da sua capacidade financeira.

Ora, também nós nos iremos focar nesse tipo de executado na análise dos efeitos da penhora na sua vida.

Começamos por descortinar o efeito da penhora dos saldos bancários, de vencimentos e quaisquer outros rendimentos que o executado tenha a receber. Ora, a penhora destes valores implica, desde logo, uma redução imediata na economia familiar do executado. Esta, talvez mais do que qualquer outro tipo de penhora, pode resultar num efeito encadeado de incumprimento de outras obrigações do executado, mesmo que mais pequenas, causado pela quebra drástica no rendimento do executado, que o deixa num estado tão desfavorecido que o mesmo poderá ficar na iminência de uma insolvência. O impacto vai muito

---

<sup>86</sup> Cfr. PRATA, Ana, 2010. Dicionário Jurídico, Volume I, 5.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 754. ISBN 9789724033938.

para além do nível pessoal e familiar e passa a ter um impacto na vida profissional do executado, em virtude de implicar, de imediato, numa quebra de confiança para com o trabalhador ou prestador de serviços. Esta perda de segurança pode resultar numa alteração do posto de trabalho do executado ou, em casos mais excessivos (mas bastante comuns) na rescisão do contrato de trabalho/prestação de serviços ou na não renovação do contrato.

Pois as entidades patronais por vezes não querem estar a despende recursos e horas de trabalho, que acarretam custos, a fazer os descontos ao executado e, no caso dos devedores recorrentes, a responder às notificações de penhoras de vencimentos que vão chegando, o que muitas das vezes os levam a optar pelo despedimento do executado.

Quanto à penhora dos bens móveis<sup>87</sup>, fomenta o desconforto e a própria vergonha tanto para o executado como para aqueles que partilham a habitação com este. O facto de se concretizar a penhora de bens móveis já é indicativo de que aquele executado, em princípio, não terá outros bens ou rendimentos que mais facilmente fossem suficientes para liquidação do crédito. Assim, a penhora dos bens móveis que compõem a sua habitação, tem implicações não só meramente económicas mas também psicológicas, tanto do executado como do seu agregado familiar. Nos dias que correm não nos podemos esquecer que é frequente se encontrarem várias famílias na mesma habitação, por exemplo um filho que já constituiu família e já com filhos próprios, mas que vive em casa dos seus pais. Assim como os pais do executado podem viver ao seu cuidado.

Mais ainda, se o executado habita na casa dos seus pais os móveis poderão não lhe pertencer, não obstante o Código de Processo Civil subentende que sim. É certo que a lei permite a dedução de embargos de terceiro, ou oposição por simples requerimento, mas isso acarreta custos a pessoas que nada tem a ver com a execução e cujos seus bens lhe foram retirados.

Arriscamo-nos a dizer que a penhora de bens móveis, depois da penhora do imóvel, será a mais violenta em termos psicológicos para a família, mais ainda se

---

<sup>87</sup> Sobre a penhora de bens móveis não sujeitos a registo ver ponto 3.1 do Capítulo II da Primeira Parte da presente dissertação.

nela existirem crianças, que são demasiado jovens para compreender a razão pelo qual lhes estão a ser retirados os bens que compõem a sua habitação.

O que, para nós, implica um maior impacto na vida pessoal e familiar do executado será a penhora do imóvel que corresponde à sua habitação. Sabemos que em inúmeros casos, nomeadamente nas execuções hipotecárias, que a execução passará pela venda do imóvel e, como já acima referimos, nessa habitação a maioria das vezes não vive só o executado mas também o seu agregado familiar composto pelos seus descendentes e, em certos casos, pelos seus ascendentes que dependem daquele para ter um sítio para viver.

Agora, nestes casos de execuções hipotecárias imaginamos que se o executado (e relembando que nos referimos a um devedor involuntário) não consegue cumprir as prestações do empréstimo da sua habitação, também não terá possibilidade de suportar uma renda, colocando o mesmo numa situação que o mesmo dificilmente conseguirá sustentar e eventualmente ultrapassar.

Assim sendo, encontramos-nos num conflito uma vez que: sabemos que todo este processo acarreta um impacto trágico na vida familiar, profissional e financeira do executado. Mas decerto que não nos podemos esquecer que o primeiro prejudicado foi o exequente e que os valores lhe são devidos e que também esse, bem como a sua família (no caso de particulares), a sua situação financeira para fazer face às suas obrigações (tanto para particulares como pessoas coletivas) foram lesadas com a mora do executado.

Por isso, urge respeitar os direitos do executado como o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana bem como os próprios limites da penhora impostos pelo Princípio da Proporcionalidade da Penhora, aos quais dedicaremos o ponto 2 e 3 do presente capítulo.

## **2. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**

O princípio da dignidade da pessoa humana, segundo J.J. GOMES CANOTILHO, “(...) significa sem transcendências ou metafísicas, o reconhecimento do *homo noumenon*, ou seja, do indivíduo como limite e fundamento do domínio político da república. Neste sentido, a República é uma

organização política que serve o homem, não é o homem que serve os aparelhos político-organizatórios”.<sup>88</sup>

Mais acrescenta FERNANDO A. R. S. COUTINHO OLIVEIRA que “podemos dizer que são comportamentos proibidos, por violação do princípio da dignidade da pessoa humana, todos aqueles que visam a coisificação de pessoas concretas e situadas no mundo, ou seja, sempre que existe uma instrumentalização degradante da pessoa. Assim, a dignidade é violada quando a pessoa (qualquer pessoa, a despeito de o conceito de pessoa não ser, do ponto de vista jurídico, consensual) deixa de ser considerada como um sujeito individual e um fim em si mesmo, sendo, ao invés, tratada como um instrumento ou um meio de realização de fins alheios”.<sup>89</sup>

Deste modo este princípio constitui uma base estruturante do nosso estado de Direito.

GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA indicam três dimensões da dignidade da pessoa humana que decorrem da definição kantiana: “1 - A dignidade da pessoa humana como dimensão intrínseca do homem; 2 - A dignidade da pessoa humana como reconhecimento recíproco; 3 - A dignidade da pessoa humana como valor.”<sup>90</sup>

O princípio da dignidade da pessoa humana encontra-se intrínseco no princípio do Estado de Direito refletido nos artigos 1.º e 63.º, n.º 1 e 3 da CRP e está na base de qualquer norma jurídica.

Motivo pelo qual somos da opinião que, na execução, o princípio da dignidade da pessoa humana tem como objetivo salvaguardar as condições mínimas de subsistência do devedor e da sua família impondo limitações à penhora, nomeadamente dos bens necessários e essenciais a uma vida digna.

---

<sup>88</sup> Cit. CANOTILHO, J. J. Gomes, 2003. Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 225. ISBN 9724021068.

<sup>89</sup> OLIVEIRA, Fernando António Rodrigues da Silva Coutinho, 2013. Breves Considerações a Respeito do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Dissertação de Mestrado em Mestrado em Direito - Ciências Jurídico-Filosóficas, entregue em 31/07/2013. Universidade do Porto, pp. 12-13 [acedido e consultado em 09-08-2016] disponível em:

[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_gdoc\\_id=34070](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=34070)

<sup>90</sup> Canotilho, J. J. Gomes; Moreira, Vital, 2007. Constituição da República Portuguesa Anotada. Volume I, 4.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 198.

### 3. O Princípio da Proporcionalidade da Penhora

O princípio da proporcionalidade<sup>91</sup>, consagrado no artigo 735.º, n.º 3 e ainda no artigo 751.º, ambos do CPC, consiste num dos principais limitadores do objeto da penhora, ao não permitir transcender os bens precisos para garantir a liquidação do montante em dívida e as despesas da execução.

Este princípio está constitucionalmente consagrado no artigo 18.º, n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, na medida em que o CPC restringe os direitos, liberdades e garantias do exequente para salvaguardar e proteger outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos, nomeadamente o da dignidade da pessoa humana.

Assim, segundo VITALINO CANAS o princípio da proporcionalidade consiste no “princípio geral de direito, constitucionalmente consagrado, conformador dos atos do poder público e, em certa medida, de entidades privadas, de acordo com o qual a limitação instrumental de bens, interesses ou valores subjetivamente radicáveis se deve revelar idónea e necessária para atingir os fins legítimos e concretos que cada um daqueles atos visam, bem como axiologicamente tolerável quando confrontada com esses fins”.<sup>92</sup> Em suma, e citando J.J. GOMES CANOTILHO, é “um princípio material de controlo das atividades dos poderes públicos”.<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> Sobre o Princípio da Proporcionalidade ver PINTO, Rui, 2013. Manual da Execução e Despejo, 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN 9789723221824.

<sup>92</sup> Cit. CANAS, Vitalino, 1994. Princípio da Proporcionalidade, Separata do vol. VI do Dicionário Jurídico da Administração Pública, Lisboa, pp. 591, apud VICENTE, Laura Nunes, 2014. O Princípio da Proporcionalidade - Uma Nova Abordagem em Tempos de Pluralismo. Edição: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Instituto Jurídico. Coimbra, pp. 23. ISBN 978-989-8787-01-9 [acedido e consultado em 17-06-2016] disponível em:

[http://www.ij.f.d.uc.pt/publicacoes/premios/pub\\_1\\_ms/numero1\\_pms.pdf](http://www.ij.f.d.uc.pt/publicacoes/premios/pub_1_ms/numero1_pms.pdf)

<sup>93</sup> Cit. CANOTILHO, J. J. Gomes, 2003. Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 268. ISBN 9724021068.

Em suma, este princípio proíbe o excesso de penhora<sup>94</sup>, motivo pela qual também é conhecido por esse nome, com vista a prevenir situações e atuações injustas ao mediar os direitos e liberdades do executado.

Como explicam J.J. GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, “O princípio da proporcionalidade desdobra-se em três subprincípios: Princípio da adequação (as medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias devem revelar-se como um meio para a prossecução dos fins visados, com salvaguarda de outros direitos ou bens constitucionalmente protegidos); Princípio da exigibilidade (essas medidas restritivas têm de ser exigidas para alcançar os fins em vista, por o legislador não dispor de outros meios menos restritivos para alcançar o mesmo desiderato); Princípio da justa medida ou proporcionalidade em sentido estrito (não poderão adotar-se medidas excessivas, desproporcionadas para alcançar os fins pretendidos).”<sup>95</sup>

O subprincípio da adequação implica que a penhora seja adequada à satisfação do crédito do exequente. Isto quer dizer que devem ser penhorados apenas os bens suficientes para garantir o pagamento da quantia exequenda e despesas previsíveis da execução. Conforme nos esclarece o Ac. do Tribunal da Relação de Coimbra, datado de 16 de Abril de 2013, “a penhora pressupõe uma adequação entre meios e fins, o que significa que não devem ser penhorados mais bens do que os necessários para a satisfação da pretensão exequenda (...) a

---

<sup>94</sup> No Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 16-04-2013 afirma-se que a penhora é objetivamente excessiva quando incide sobre bens ou direitos que, embora sejam do executado, não devam responder pela satisfação da obrigação. A penhora é subjetivamente excessiva quando atingir bens ou direitos que não pertençam ao executado. No primeiro caso, a penhora é objetivamente ilegal, no segundo é apenas subjetivamente ilegal. Cfr. Tribunal da Relação de Lisboa, Acórdão de 6 de Março de 2014, processo nº 2389/13.2YLPRT.L1-2, n.º 3234/09.9T2AGD-C.C1, [acedido e consultado em 12-09-2016], disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/5957a4f4dfa7a55f80257b630056ac7a?OpenDocument>,

<sup>95</sup> Cit. CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital, Constituição da República Portuguesa Anotada, volume 1º, pp. 170 apud Acórdão de 04 de Novembro de 1993, processo nº 94/92, na 2ª Secção do Tribunal Constitucional, [acedido e consultado em 20-06-2016] disponível em: <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19930634.html>

agressão do património do executado só é permitida numa medida que seja adequada e necessária para a satisfação da pretensão do exequente (...) havendo vários bens ou direitos suscetíveis de penhora, há que proceder à escolha daqueles que vão ser efetivamente penhorados (...) Assim a penhora deve começar, sucessivamente, pelos depósitos bancários, de rendas, abonos, vencimentos, salários ou outros créditos, títulos e valores mobiliários, bens móveis registáveis e quaisquer outros bens cujo valor pecuniário seja de fácil realização”.<sup>96</sup> Em suma, a apreensão de bens só se mostra adequada se for feita na medida necessária para atingir um fim, que consiste no pagamento da quantia exequenda e despesas da execução.

O subprincípio da exigibilidade impõe que apenas sejam penhorados os bens estritamente necessários para a satisfação do crédito. Mais ainda, obriga que seja assegurado que não é possível adotar outro modo menos vexatório para o devedor, ou seja, que a apreensão de certos bens só se realizou por não existirem outros.

Acrescentam, ainda, VIRGINIO DA COSTA RIBEIRO e SÉRGIO REBELO que “a concretização de uma primeira penhora poderá condicionar a realização de qualquer outra, bastando que aos bens inicialmente penhorados seja atribuído valor igual ou superior ao previsto no n.º 3 do artigo 735.º.”<sup>97/98</sup>

Assim, pretende-se diminuir a intromissão no património do executado ao inevitável para a satisfação da obrigação, conforme resulta claramente da redação do 735, n.º 3 do CPC, conforme já referido supra.

---

<sup>96</sup> Tribunal da Relação de Coimbra, Acórdão de 16 de Abril de 2013, processo n.º 3234/09.9T2AGD-C.C1, [acedido e consultado em 05-04-2017] disponível em:

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/5957a4f4dfa7a55f80257b630056ac7a?OpenDocument>

<sup>97</sup> Cit. RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina, pp. 429. ISBN 978-972-40-6094-1.

<sup>98</sup> Assim, devem apenas ser apreendidos os bens, do executado, necessários para satisfazer a obrigação e despesas da execução, presumidas entre 20 %, 10 % e 5 % do valor da execução, consoante, respetivamente, este caiba na alçada do tribunal da comarca, a exceda, sem exceder o valor de quatro vezes a alçada do tribunal da Relação, ou seja superior a este último valor. Tudo conforme conta da leitura do referido n.º 3 do artigo 735.º do CPC.



Nessa senda, ainda referem os autores supra citados que “o agente de execução deverá, num primeiro momento, recolher todos os elementos necessários ao apuramento da situação patrimonial do executado e só depois avançar para a penhora que, respeitando o disposto nos n.ºs 1 a 4 do artigo 751.º, se revele mas vantajosa para as finalidades da execução.”<sup>99</sup>

O terceiro e último subprincípio, o da proporcionalidade em sentido estrito ou da justa medida, obriga a um contrapeso entre as inconveniências dos meios em comparação aos benefícios do objetivo<sup>100</sup>, para acautelar o uso de métodos excessivos ou, à contrário, insuficientes para atingir o fim. Nesta senda, a penhora só é proporcional se for equilibrada e prudente, ou seja, que só incida sobre os bens necessários ao cumprimento da obrigação.

Deste modo, ao vincular todos os intervenientes no ato da penhora, Exequente, Executado e Agente de execução, o princípio da proporcionalidade exige um equilíbrio e justiça entre os meios e os fins da execução, de modo à concretização da satisfação do crédito com o mínimo de detrimento para o executado.

Como defende M. TEIXEIRA DE SOUSA, “a natural e indispensável prevalência dos interesses do exequente não pode determinar um completo desrespeito dos interesses do executado, pois que a posição jurídica do credor, embora prevalecente, não pode ser considerada absoluta”.<sup>101</sup>

Não obstante, o n.º 3 do já referido artigo prevê varias exceções nas suas alíneas ao princípio da proporcionalidade, ao permitir o alargamento da penhora se a penhora de outros bens presumivelmente não permita a satisfação integral do credor no prazo de 12 meses, no caso de a dívida não exceder metade do valor da alçada do tribunal de primeira instância e o imóvel seja a habitação própria permanente do executado; se a penhora de outros bens presumivelmente não

---

<sup>99</sup> Cit. RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina, pp. 429. ISBN 978-972-40-6094-1.

<sup>100</sup> Cfr. CANOTILHO, J. J. Gomes, 2003. Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp. 270. ISBN 9724021068.

<sup>101</sup> Cit. SOUSA, M. Teixeira de, 1997. Estudos Sobre o Novo Processo Civil, 2.ª Edição. Lisboa: Lex, pp. 641 e 642. ISBN 9729495556.

permita a satisfação integral do credor no prazo de 18 meses, no caso de a dívida exceder metade do valor da alçada do tribunal de primeira instância e o imóvel seja a habitação própria permanente do executado ou, ainda, se a penhora de outros bens presumivelmente não permita a satisfação integral do credor no prazo de seis meses, nos restantes casos, tudo conforme redação do referido artigo.<sup>102</sup> Assim, e conforme esclarece J. J. GOMES CANOTILHO o princípio visa “evitar cargas coativas excessivas ou atos de ingerência desmedidos na esfera jurídica dos particulares”<sup>103</sup>.

Em suma, o princípio da proporcionalidade tem como objetivo garantir que o património do executado apenas seja atingido na medida do estritamente necessário, evitando penhoras excessivas e até venda de algum ou alguns bens cujo seu valor ultrapasse o montante em dívida, quando se poderia ter optado por outros que garantissem o mesmo fim sem prejudicar tanto o executado e a sua esfera patrimonial e pessoal, garantindo, assim, uma penhora justa e, consequentemente, uma execução justa.

Face ao estudado neste capítulo, podemos concluir que a penhora acarreta várias consequências negativas na esfera pessoal, profissional e familiar do executado, motivo pelo qual se torna imprescindível o respeito pelo princípio da dignidade da pessoa humana e pelo princípio da proporcionalidade. Não podendo um exequente esperar que o Agente de execução penhore todos os bens existentes no património do executado se apenas alguns deles forem suficientes para a satisfação da dívida. Muito menos que penhore bens cuja apreensão resulte num prejuízo tal, que o executado, e a sua família, vivam no limiar da pobreza e sem condições mínimas a uma vida digna.

---

<sup>102</sup> Sobre esta questão ver SILVA, Paula Costa e, 2003. A Reforma da Ação Executiva, 3.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 80. ISBN 9789723212143.

<sup>103</sup> Cit. CANOTILHO, J. J. Gomes, 2003. Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Almedina, pp. 273. ISBN 9724021068.

## **CAPÍTULO II – Impacto Pessoal do pagamento coercivo**

### **1. A relação do Agente de execução e o executado**

É do nosso conhecimento que a execução acarreta necessariamente um grande impacto no património do executado. Mas esse impacto não se verifica igualmente na sua vida pessoal? Foi exatamente para responder a esta questão que reservamos este capítulo. Começaremos por analisar a relação do Agente de Execução com o executado, explorando os deveres do AE impostos pelo EOSAE e CDSAE, que visam diminuir a desigualdade processual que a ação executiva naturalmente apresenta entre o exequente e o executado, como também já discutimos. Sendo certo que a figura do Agente de Execução é neutra no processo executivo encontra-se constantemente dividido entre os direitos do exequente em contraposição com os direitos do executado.

No capítulo anterior já analisámos o princípio da proporcionalidade que tem como objetivo o equilíbrio e justiça da execução, mantendo um comedimento entre os meios e os fins da execução, de modo à satisfação da obrigação, causando apenas o dano necessário e inevitável ao executado.

Não obstante o AE está perante uma colisão de direitos<sup>104</sup>, cuja resolução se encontra prevista no artigo 335.º do CC.

Nessa senda, havendo colisão de direitos iguais ou da mesma espécie, devem os titulares ceder na medida do necessário para que todos produzam igualmente o seu efeito, sem maior detrimento para qualquer das partes. Sendo os

---

<sup>104</sup> Segundo ABILIO NETO, no comentário que faz ao artigo 335.º do CC, “Para haver colisão de direitos têm de estar frente a frente dois direitos subjetivos, ou seja, o comportamento de cada titular tem de preencher, por hipótese, o seu direito, não só estruturalmente, na forma que lhe cabe, mas também na valoração jurídica que em concreto lhe dá sentido. De outro modo, poderíamos ter um conflito entre um direito, materialmente atuado, e um outro e diverso fenómeno, que poderia até consistir no abuso de um direito – mas já não numa colisão de *direitos*, porque um dos sujeitos atuaria direito ou para lá do seu direito.” Cit. NETO, Abílio, 2009. Código Civil Anotado, 16.ª Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Ediforum, pp.280. ISBN 978-972-8035-91-4.

direitos diferentes ou de espécie distinta, prevalece o que deva considerar-se superior.

Neste caso estamos perante uma colisão de direitos iguais<sup>105</sup> por isso tem aplicação o disposto no n.º 1 do referido artigo 335.º do CC, isto é, ambas as partes têm de anuir de forma proporcional, sem maior detrimento nem para o exequente nem para o executado.

Neste sentido defende CAPELO DE SOUSA que “mesmo o direito inferior deve ser respeitado até onde for possível e apenas deve ser limitado na exata proporção em que isso é exigido pela tutela razoável do conjunto principal de interesses”.<sup>106</sup> O que nos leva de novo ao princípio da proporcionalidade já descortinado no capítulo anterior.

Como também já referimos, o processo executivo tem uma tendência natural para dar mais relevância aos interesses do exequente, uma vez que, *ab initio*, a razão está do seu lado e o mesmo apenas está a executar o seu direito em virtude do executado não o ter cumprido voluntariamente. Motivo pelo qual foram criados limites e mecanismos que protegem o executado, tanto quanto o possível, tendo em conta a natureza da execução, com vista a uma execução livre de penhoras injustas e excessivas que importem uma agressão despropositada no património do executado.

Tudo isto para revelar a importância da relação do Agente de Execução com o executado que começa no respeito pelo cumprimento de todos estes limites previstos na lei e na prática de penhoras justas.

Para melhor entendimento, decidimos subdividir este ponto porque com este pretendemos estudar não só a atuação processual do AE mas também conjugá-las com as suas obrigações deontológicas para com o executado, ao abrigo do artigo 27.º do Código Deontológico dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, bem como o dever de ponderação e equilíbrio e de Informação e por último dar ênfase

---

<sup>105</sup> São direitos iguais uma vez que, na execução para pagamento de quantia certa, são ambos de natureza patrimonial.

<sup>106</sup> Cit. SOUSA, Rabindranath Capelo de, 1995. O Direito Geral de Personalidade. Coimbra: Coimbra Editora, pp 549. ISBN 9723206773.

a uma das questões mais importantes e cruciais da conduta do AE que consiste na proibição de atuação desproporcionada ou coerções que se possam confundir com ameaça ou assédio que, como já ouvimos falar, já foi esquecida vezes demais.

### **1.1 Relações com o Executado ao abrigo do artigo 27º do CDSAE**

Com a criação/implementação do artigo 27.º, Código Deontológico dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, introduzido pelo Regulamento n.º 202/2015, de 28 de Abril assiste-se à quebra da tradicional figura do executado.

Com isto queremos dizer que, até agora o executado era visto e tido como a parte “menos importante” no processo ao nível da ponderação de interesses das partes. Talvez por isso o legislador tenha sentido a necessidade de regular os deveres do AE perante o executado, de modo a que se pudessem “corrigir” certos procedimentos e condutas menos corretas que ao longo dos anos se em vindo a verificar.

Sabemos que, certamente, a ação executiva é um procedimento muito agressivo para o executado. Quanto a esse fator creio que não se poderá eliminar uma vez que, tal como o CPC indica, a ação executiva é aquela em que o credor requer a realização coativa de uma obrigação que lhe é devida.

No entanto, nada impede que, cada vez mais, se procure uma ação executiva mais justa e menos problemática.

Mais uma vez, no nosso entendimento, se assiste à tentativa de elevação da figura do Agente de Execução perante os intervenientes do processo e perante aqueles que tomam contacto direto com este, bem como perante a sociedade em geral.

Obviamente que, a solução não passa apenas pela imposição de deveres ao Agente de Execução, também se espera que do lado (o do executado) exista a maior colaboração dentro das limitações do mesmo que possam existir.

## 1.2 O Dever de ponderação e equilíbrio

O artigo 27.º, n.º 1 do CDSAE delimita desde já ao Agente de Execução qualquer conduta menos correta para com o executado no exercício da sua atividade, ao exigir que o agente de execução deve assumir, face ao executado, uma postura de ponderação e equilíbrio, atuando sempre com cortesia e não respondendo a qualquer provocação ou ato hostil com que seja confrontado.

O primeiro passo para uma atuação cordial é o princípio da Identificação Prévia e Cordial consagrado no artigo 24.º, n.º 1 alínea e) do CDSAE e 168, n.º 1 alínea e) do EOSAE (que corresponde parcialmente ao revogado artigo n.º 123º, n.º 1, alínea i) do ECS), que consagra o dever do AE de apresentar cédula ou cartão profissional no exercício da sua atividade.

Ao apresentar-se de forma cordial eliminam-se quaisquer possibilidades do Agente de Execução se dirigir, logo de início, ao executado de forma arrogante, o que poderá, desde logo, colocar o executado numa posição defensiva, até porque, “comportamento gera comportamento”.

Na nossa opinião, este conceito remete para o dever consagrado no artigo 4º do CDSAE, tendo em conta que, são deveres gerais de conduta profissional do Solicitador e do Agente de Execução, designadamente, a honestidade, a probidade, a retidão, a lealdade, a cortesia e a sinceridade.

Citando, BENJAMIM DA SILVA RODRIGUES, “(...) o agente de execução tem a obrigação de ser um catalisador de naturais reações menos educadas ou violentas do executado. Deve evitar o uso de fórmulas agressivas ou pouco respeitadoras da situação económica difícil pela qual o executado passa. Na verdade, urge notar que não existe qualquer vergonha em ser-se devedor e, de igual e correspondente modo, não existe qualquer privilégio em ser-se credor. Nesse sentido, a ponderação, equilíbrio, cortesia e elevação profissional devem ser qualidades cultivadas pelo agente de execução no seu relacionamento com o executado”.<sup>107</sup>

---

<sup>107</sup> Cit. RODRIGUES, Benjamim da Silva, 2015. Ventos de Mudança na vida Profissional dos Solicitadores e Agentes de Execução – Uma Nova (Des)Ordem, Ética e Deontologia Profissional (?), Tomo II, 1ª Edição. Lisboa: Rei dos Livros, pp.42 e 43. ISBN 9789898305903.

### **1.3 Dever de Informação**

O agente de execução encontra-se, ainda, sob o dever de informar e esclarecer o executado sobre os atos que praticou, por força do n.º 2 do artigo em análise no presente capítulo. O mesmo expõe que «ao praticar os atos pelos quais é responsável, o agente de execução deve assegurar que o executado compreende o conteúdo dos mesmos e as suas implicações, devendo informá-lo quanto às possibilidades de atuação que tem ao seu dispor».

Ora, este dever já se encontrava consagrado no revogado artigo 123º, n.º 1, alínea c) do ECS, que apresenta como sendo dever do AE prestar às partes os esclarecimentos que lhe forem solicitados sobre o andamento das diligências de que seja incumbido e que agora se encontra com a seguinte redação, no artigo 24.º n.º 1 alínea b) do CDSA E ou artigo 168.º, n.º 1 alínea b) do EOSAE: prestar ao tribunal, às partes e a terceiros as informações determinadas nos termos da lei ou das disposições regulamentares aplicáveis.

Deste preceito encontra-se incumbido o dever de, para além do dever de informar, deve também explicar o conteúdo da informação ao executado porque, por vezes, o Agente de Execução tem de simplificar a linguagem para que o executado consiga compreender todas as informações jurídicas por ele prestadas.

A segunda parte deste n.º 2 do artigo 27.º do CDSA E, confere que o profissional, deve, ainda, informar o executado das alternativas que tem ao seu dispor para reagir ou responder ao ato por ele praticado naquela diligência, como por exemplo, a faculdade de se opor à execução ou á penhora, entre outros.

### **1.4 Proibição de atuação desproporcionada ou coerções que se possam confundir com ameaça ou assédio**

O último e terceiro ponto do artigo 27.º do CDSA E, aborda uma das questões mais importantes e mais “graves” da conduta do Agente de Execução.

Espera-se que não seja hábito deste uma conduta desapropriada à sua função profissional. No entanto, não deixa de ser crucial a delimitação desta questão.

Diz o artigo que «em caso algum o agente de execução deve recorrer a coerções inúteis ou empregar meios desproporcionados face à situação concreta, nomeadamente aqueles que possam confundir-se com quaisquer formas de ameaça ou assédio».

Assim sendo, o AE encontra-se proibido de ameaçar outra pessoa com a prática de crime contra bens patrimoniais de considerável valor, de forma adequada a provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade, nos termos do n.º 1, do art.º 153 do Código Penal. Está igualmente impedido de por meio de violência ou de ameaça com mal importante, constranger outra pessoa a uma ação ou omissão, ou a suportar uma atividade, nos termos do art.º 154, n.º 1 também do CP.

A ameaça resultará na insegurança ou até medo da figura do agente de execução, uma vez que o executado sente a sua liberdade de decisão e de ação constrangida pela conduta do AE.<sup>108</sup>

Mesmo no que diz respeito ainda ao n.º 1 do artigo 27º que, de certo modo, se interliga com este, no que diz respeito à resposta às provocações feitas pelo executado, basta que este saiba que, com a sua ação ou resposta este tenha consciência de que a violência que exerce ou a ameaça que faz é suscetível de constranger o executado e que com isto se conforme.<sup>109</sup>

O Agente de Execução, em altura alguma deverá agir com desrespeito ou com linguagem impropria e inapropriada, no exercício das suas funções.

No mesmo sentido, estabelecia o revogado artigo 109º, alínea a) do ECS<sup>110</sup>, que o AE não deve solicitar contra lei expressa, não usar meios ou expedientes

---

<sup>108</sup> Cfr. DIAS, Jorge Figueiredo, 2012. Comentário Conimbricense do Código Penal, Tomo I, Parte Especial - Artigos 131º a 201º, 2ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 342. ISBN 978-972-32-2061-2.

<sup>109</sup> Cfr. DIAS, Jorge Figueiredo, 2012. Comentário Conimbricense do Código Penal, Tomo I, Parte Especial - Artigos 131º a 201º, 2ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 359. ISBN 978-972-32-2061-2.

<sup>110</sup> Vide anterior redação disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?artigo\\_id=27A0109&nid=27&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so\\_miolo=&nversao=#artigo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=27A0109&nid=27&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo)



ilegais, nem promover diligências inúteis ou prejudiciais para a correta aplicação do direito e descoberta da verdade.

## **2. Um processo Executivo Justo**

Ao longo das várias reformas do Código de Processo Civil o processo executivo tem vindo a sofrer uma desjudicialização e a atividade do Juiz tem vindo a ser limitada, passando algumas das suas funções para o Agente de Execução<sup>111</sup>.

Atento a este facto, consegue-se garantir uma ação executiva justa? Quanto a esta questão esclarece J.M GONÇALVES DE CARVALHO que “ (...) optando por um novo paradigma de ação executiva essencialmente marcado pela desjudicialização, mantendo embora o juiz as funções de controlo e a necessária intervenção em aspetos de natureza jurisdicional, o legislador foi longe de mais no que às garantias de defesa do executado respeita, pondo-as em crise, ou, pelo menos, limitando-as (...)”.<sup>112</sup> Nesse sentido, pende a questão de saber quais os mecanismos que o executado tem à sua disposição com vista à proteção dos seus direitos.

Antes de responder a esta questão é de máxima importância ter em consideração que o título executivo não significa a certeza da existência do direito do credor. Com isto queremos dizer que a segurança do título executivo só se verifica quando é dada oportunidade de contraditório ao executado. Caso contrário, coloca-se em causa a justeza da execução, uma vez que poderá estar a ser exigido ao devedor uma obrigação que, à data da cobrança, poderá já não existir ou as condições da mesma poderão ter sido modificadas.

Nessa senda, pode o executado fazer uso da oposição à execução, mediante embargos, prevista no artigo 728.º e seguintes do CPC para se defender

---

<sup>111</sup> Sobre esta matéria vide Capítulo I da presente dissertação.

<sup>112</sup> Cit. SAMPAIO, J. M. Gonçalves, 2008. A Acção Executiva e a Problemática das Execuções Injustas, 2.ª Edição Revista, atualizada e ampliada. Coimbra: Almedina, pp. 452 e 453. ISBN978-972-40-3385-3.

face a uma execução injusta, no prazo de 20 dias a contar da data da citação, independentemente de ser uma execução de forma sumária ou ordinária.<sup>113</sup>

Ora o apenso de oposição à execução constitui uma ação de natureza declarativa onde o executado poderá impugnar o direito de que o exequente se faz valer.

O legislador distingue os meios de oposição à execução consoante se trate de sentença ou outro título executivo de natureza diferente. Nessa senda, só poderá o executado opor-se a uma execução baseada em sentença caso se verifique alguns dos pressupostos previstos no artigo 729.º do CPC. Isto porque, estamos perante um título executivo que acarreta certeza jurídica uma vez que o direito já foi discutido e a sentença já foi proferida pelo Juiz, sob pena de violação do caso julgado. Nos restantes casos, não sendo o título executivo sentença ou requerimento de injunção a que foi aposta fórmula executória<sup>114</sup>, para além dos fundamentos previstos no referido artigo, pode ainda, o executado, invocar quaisquer outros factos, nos termos do artigo 731.º do CPC.

Assim, a certeza da existência do direito subjacente ao título executivo só se verifica quando, dada a oportunidade ao devedor de deduzir oposição à execução, a mesma tenha sido julgada improcedente ou o devedor não tenha deduzido oposição, por negligência ou em virtude de assumir a existência do direito do credor.

No que diz respeito à penhora, como já vimos anteriormente, o legislador tenta proteger o executado impondo limites na penhora, nomeadamente com as impenhorabilidades parciais, relativas ou absolutas e assegurando o respeito ao princípio da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana.

Ora, em soma a todos estes mecanismos de proteção do executado e dos seus direitos, temos o meio que o devedor tem para se salvaguardar, de uma penhora indevida ou excessiva a saber: a oposição à penhora.

---

<sup>113</sup> A diferença, neste caso, pende-se, nos casos de execução ordinária, com o despacho liminar, previsto no artigo 726.º n.º 6 do CPC, que tem de anteceder a citação.

<sup>114</sup> Sobre equiparação da injunção à sentença vide VALLES, Edgar, 2015. Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções, 6.ª Edição. Coimbra: Almedina, pp.167. ISBN 9789724058948.

Com este meio de defesa processual o executado<sup>115</sup> tem a faculdade de defender os seus direitos e interesses, que de algum modo foram prejudicados em virtude de uma penhora considerada ilegal, por violar qualquer um dos ditames que viemos a referir ao longo desta dissertação.

Nesse sentido, a oposição pode ser deduzida por meio de: simples requerimento; incidente de oposição à penhora e, por último, recorrer de decisões pontuais de atos realizados na tramitação (incorreta) do processo, nos termos previstos nos artigos 852.º a 854.º do CPC.

Com a reforma da ação executiva de 2003, passou a ser permitida a oposição à penhora por simples requerimento, mas, apenas reservada para a penhora de bens móveis não sujeitos a registo, nos termos do artigo 764, n.º 3 do CPC. Assim, poderá ser deduzido pelo executado, por alguém em seu nome ou por terceiro, mediante prova documental inequívoca do direito de terceiro sobre eles. Este meio de oposição está reservado apenas à penhora deste tipo de bens em virtude de se presumir, *iuris tatum*, que qualquer bem móvel que se encontre em poder do devedor lhe pertence e essa presunção só pode ser afastada mediante prova documental, como já referimos.<sup>116</sup>

É, também, admitido este meio de oposição, nos casos de execução contra herdeiro, quando a penhora recaia sobre outros bens, o executado pode requerer ao agente de execução o levantamento daquela, indicando os bens da herança que tem em seu poder, sendo o pedido atendido se, ouvido o exequente, este não se opuser nos termos do artigo 744.º, n.º 2 e, ainda, nos termos do artigo 738.º, n.º 6 do CPC onde, a requerimento do executado, e a título excecional, o Meritíssimo Juiz pondera entre as necessidades do executado em comparação com a natureza do crédito, podendo reduzir a parte penhorável do mesmo, por um período que considere razoável, ou até mesmo, isentá-los de penhora por um período não superior a um ano.

---

<sup>115</sup> E, nos termos do art.º 787, n.º 1, o seu cônjuge.

<sup>116</sup> Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina, pp. 430. ISBN 978-972-40-6094-1.

O incidente de oposição à penhora, previsto nos artigos 784.º e 785.º do CPC teve origem no Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro é de natureza declarativo, autuado por apenso, nos termos do artigo 732.º, n.º 1 do CPC.

Este incidente é o meio que o executado tem de impugnar uma penhora objetivamente ilegal<sup>117</sup>, designadamente quando se tenham penhorado bens (ou direitos) do executado em excesso e que não devam responder pela dívida ou quando a penhora viole uma impenhorabilidade, seja ela absoluta, relativa ou parcial.

Ora, conforme consta do preceituado no n.º 1 do artigo 785.º do CPC a oposição à execução tem de ser deduzida no prazo de 10 dias a contar da receção da notificação após penhora, sob pena de ser liminarmente indeferido se apresentado extemporaneamente, excetuando o caso das execuções sumárias em que a penhora é concretizada antes da citação e, nesse caso, o prazo é de 20 dias após a receção da citação<sup>118</sup>.

A oposição à penhora apenas suspende a execução, quanto aquele bem, se for prestada caução, prosseguindo a execução sobre outros bens<sup>119</sup> que não estejam incluídos na oposição, se os houver.<sup>120</sup>

Constitui exceção ao preceito anterior quando estamos perante uma oposição à penhora que tenha recaído sobre imóvel de casa de morada de família, nesse caso, a requerimento do devedor, pode o juiz suspender a venda até à decisão da oposição, tendo em conta o dano que traria a venda da casa de habitação caso a mesma seja procedente.

Este incidente apenas é admitido, nos termos do artigo 784.º do CPC, se tiver por base os seguintes fundamentos: inadmissibilidade da penhora dos bens concretamente apreendidos ou da extensão com que ela foi realizada; imediata

---

<sup>117</sup> Cit. FREITAS, José Lebre de Freitas, 2014. A Ação Executiva à luz do Código de Processo Civil de 2013, 6ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 317. ISBN 9789723222241.

<sup>118</sup> Se não forem verificadas quaisquer dilações de prazo, nos termos do artigo 245.º do CPC.

<sup>119</sup> Cfr. SILVA, Paula Costa e, 2003. A Reforma da Ação Executiva, 3.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp.88-89. ISBN 9789723212143.

<sup>120</sup> RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina, pp. 439. ISBN 978-972-40-6094-1.

penhora de bens que só subsidiariamente respondam pela dívida exequenda e, por último, incidência da penhora sobre bens que, não respondendo, nos termos do direito substantivo, pela dívida exequenda, não deviam ter sido atingidos pela diligência.

Na referida alínea a) está incluída a penhora objetivamente ilegal, incluindo a impenhorabilidade parcial<sup>121</sup> e os excessos de penhora.

Já na alínea b) está enquadrada a penhora que incida sobre bens que só poderiam ser apreendidos na ausência de outros, como seja quando sejam penhorados, primeiramente, bens comuns do casal, quando a execução seja apenas contra um dos cônjuges, conforme já referimos no Capítulo III da primeira parte desta dissertação.

Sobre esta questão, estabelece o Ac. da Relação de Coimbra que “o excesso de penhora só é admitido se esta diligência tiver começado pelos depósitos bancários, de rendas, abonos, vencimentos, salários ou outros créditos, títulos e valores mobiliários, bens móveis registáveis ou quaisquer outros bens cujo valor pecuniário seja de fácil realização; se a penhora tiver desde logo sido realizada sobre bem imóvel, o princípio da proporcionalidade volta a valer por inteiro, tornando inadmissível a penhora de outros bens que não sejam necessários para assegurar o pagamento da dívida exequenda e das despesas previsíveis da execução.”<sup>122</sup>

A alínea c) refere-se aos bens do executado que não respondem nos termos do direito substantivo pela dívida exequenda. É o caso da penhora dos bens próprios do herdeiro por dívidas do falecido, quando apenas são passíveis de

---

<sup>121</sup> Cfr. FREITAS, José Lebre de Freitas, 2014. A Ação Executiva à luz do Código de Processo Civil de 2013, 6ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 318. ISBN 9789723222241.

<sup>122</sup> Cit. Tribunal da Relação de Lisboa, Acórdão de 6 de Março de 2014, processo nº 2389/13.2YLPRT.L1-2, n.º 3234/09.9T2AGD-C.C1, [acedido e consultado em 12-09-2016], disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/5957a4f4dfa7a55f80257b630056ac7a?OpenDocument>

penhora os bens que o herdeiro tiver recebido do autor da herança, nos termos do artigo 744.º do CPC.<sup>123</sup>

Mais acrescenta o n.º 2 do artigo 784.º do CPC que quando a oposição tem como fundamento a existência de patrimónios separados, deve o executado indicar logo os bens, integrados no património autónomo que responde pela dívida exequenda, que tenha em seu poder e estejam sujeitos à penhora. Neste sentido, esclarece PAULA COSTA E SILVA que este fundamento de oposição tem de ter como consequência necessária “ a obrigação de indicar os bens penhoráveis que integram o património autónomo. Se se prevê um mecanismo de tutela do princípio da separação patrimonial, para que esta tutela seja efetiva deve o executado, que pretenda isentar os seus bens da penhora, indicar os bens que devam ser atingidos.”<sup>124</sup> Nessa senda, caso não indique novos bens não é admitida a oposição.<sup>125</sup>

Ora, após abordarmos o apenso de oposição à penhora podemos concluir que este constitui um mecanismo que contribui para uma execução justa uma vez que, estando perante uma penhora ilegal, o executado pode fazer valer os seus direitos e impedir que a penhora recaia sobre bens que não deveria ou que a penhora seja desproporcionada.

## **2.1 Princípio da Igualdade das Partes**

O princípio da igualdade constitui um dos elementos estruturantes do regime geral dos direitos dos direitos fundamentais e do Estado de direito democrático e social.

Este princípio defende um igual tratamento de todas as pessoas perante a lei, independentemente do seu nascimento ou estatuto jurídico em função da

---

<sup>123</sup> Sobre esta matéria vide RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. *A Ação Executiva Anotada e Comentada*. Coimbra: Almedina, pp. 314 a 316. ISBN 978-972-40-6094-1.

<sup>124</sup> Cit. SILVA, Paula Costa e, 2003. *A Reforma da Ação Executiva*, 3.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 209-210. ISBN 9789723212143

<sup>125</sup> Cfr. RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. *A Ação Executiva Anotada e Comentada*. Coimbra: Almedina, pp. 430. ISBN 978-972-40-6094-1.

posição social, a raça o sexo, entre outros. Proibindo, assim, a discriminação, positiva e negativa, na participação no exercício do poder político e as desigualdades económicas, sociais e culturais. No entanto, este princípio não se aplica apenas na relação entre Estado e o Cidadão, mas é também aplicada entre todos os cidadãos.

Este determina essencialmente uma igual posição em matéria de direitos e deveres. Ou seja, são proibidos quaisquer privilégios decorrentes do gozo de um direito bem como a isenção de qualquer dever, tal como é igualmente proibido o prejuízo resultante da privação de qualquer direito, ou a imposição de um dever. Em suma, o que o princípio da igualdade defende é todos beneficiarem dos direitos, e os deveres e encargos recaírem sobre todos. Por isso, defende-se uma igualdade jurídico-formal abrangendo todos os direitos e deveres existentes na ordem jurídica portuguesa.<sup>126</sup> No entanto é indiscutível a existência de desigualdades físicas e económicas, que exige do poder público a criação oportunidades e condições favoráveis de modo a permitir que todos possam gozar dos mesmo direitos e cumprir os mesmos deveres.

No âmbito da ordem constitucional portuguesa o princípio da constitucionalidade abarca três dimensões, nomeadamente a proibição do arbítrio, a proibição da discriminação, e a obrigação de diferenciação.

A primeira significa a igualdade de tratamentos para situações iguais, e a desigualdade de tratamento para situações desiguais (Cfr. artigo 13, nº1). Isto é, ninguém pode, por livre arbítrio, tratar diferente o que é igual nem tratar igual o que é desigual.

A segunda proíbe qualquer diferenciação de tratamento com base na ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social (Cfr. artigo 13º, nº 2).

No entanto não se exige uma igualdade absoluta, nem se proíbe todas as diferenciações de tratamento, o que se impõe, segundo J.J. GOMES CANOTILHO, “é que as medidas de diferenciação sejam materialmente fundadas sob o ponto de

---

<sup>126</sup> Cfr. MIRANDA Jorge e MEDEIROS, Rui, Constituição da Republica Portuguesa Anotada, Tomo I, 2ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2010, pp. 220. ISBN 9789723218220.

vista da segurança jurídica, da proporcionalidade, da justiça e da solidariedade e não se baseiem em qualquer motivo constitucionalmente improprio. As diferenciações de tratamento podem ser legítimas quando: (a) se baseiem numa distinção objetiva de situações; (b) não se fundamentem em qualquer dos motivos indicados no n.º 2; (c) tenham um fim legítimo segundo o ordenamento constitucional positivo; (d) se revelem necessárias, adequadas e proporcionadas à satisfação do seu objetivo.

A terceira e última dimensão prevê o dever de eliminação ou atenuação das desigualdades sociais, económicas e culturais, pelos poderes públicos. (Cfr. n.º 3, artigo 13.º) Neste caso, para que exista uma igualdade de oportunidades entre os cidadãos a Constituição já permite uma discriminação positiva”.<sup>127</sup>

Sabemos que o executado é parte para quem o processo executivo é mais agressivo tendo em conta que a efetivação da pretensão do exequente verifica-se através do património do executado, não esquecendo que essa cobrança da dívida não deve prevalecer sobre as necessidades básicas do executado.

O direito constitucional a um processo equitativo encontra-se revisto no artigo 20.º, n.º 4 da CRP e segundo o qual, “Todos têm direito a que a causa em que intervenham seja objeto de decisão em prazo razoável e mediante um processo equitativo”, face ao exposto é necessário um justo equilíbrio entre o interesse do exequente e do executado.

O Código de Processo civil, no seu artigo 4.º, também da relevância ao princípio da igualdade das partes, quando revê que o tribunal deve assegurar ao longo de todo o processo, um estatuto de igualdade substancial das partes, designadamente no exercício de faculdades, no uso de meios de defesa e na aplicação de cominações ou de sanções processuais.

Sobre isto, pronuncia-se MANUEL DE ANDRADE no sentido de “o princípio da igualdade consiste em as partes serem postas no processo em perfeita paridade

---

<sup>127</sup> Cit. CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital, 2007. Constituição da República Portuguesa Anotada, Volume I, 4ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 819.



de condições, disfrutando, portanto, idênticas possibilidades de obter a justiça que lhes seja devida”.<sup>128</sup>

Não obstante, concluímos que não é possível que o princípio da igualdade tenha as mesmas proporções no processo executivo como tem no processo declarativo, uma vez que a execução visa a realização coativa do direito do exequente. Motivo pelo qual a “perfeita paridade de condições” inviabilizaria a finalidade da ação executiva. Assim, estamos em crer que a ideia de uma igualdade de armas no processo executivo não é concebível sob pena de ser inviabilizada a finalidade da mesma. Do mesmo modo, também o princípio do contraditório tem dimensões diferentes na ação declarativa. Enquanto que nessa o Juiz ouve ambas as partes antes de tomar a sua decisão e é dado conhecimentos ao réu de todas as pretensões do autor para que este possa deduzir a sua defesa antes do reconhecimento do direito ou da condenação, na ação executiva o executado apenas tem conhecimento da existência da penhora após a realização da mesma. Como conseguimos compreender outro sistema não poderia ser aplicado uma vez que se fosse dado conhecimento ao executado das intenções do agente de execução em penhorar um certo bem, para que pudesse usufruir do contraditório à priori, aquando da concretização da penhora este poderia já ter sonegado esses bens. Assim, resta-nos concordar que a ação executiva só será bem sucedida se o direito ao contraditório for concedido ao executado depois da realização da penhora. Como já vimos anteriormente, o apenso de oposição é uma ação declarativa, que corre por apenso e está ligado ao processo executivo, dependendo um do outro. Nesse apenso, já vigoram as regras impostas a qualquer outra ação declarativa nomeadamente o princípio de igualdade e de contraditório com iguais aplicações a ambas as partes.

Este pressuposto remete-nos para uma das questões mais controversas do processo executivo (a título de exemplo) que, o artigo 23.º, n.º 3 do CDSA já veio acautelar, que se trata da penhora da casa de morada de família ao vincular o AE ao dever de “usar especial cuidado e humanidade em situações de natureza mais

---

<sup>128</sup> Cfr. ANDRADE, Manuel de, *Noções Elementares de Processo Civil* (1963), apud NETO, Abílio. 2014. *Novo Código de Processo Civil: Anotado, 2ª edição, Revista e Ampliada*, Lisboa: Ediforum, pp. 23 ISBN 9789898438102.

sensível, nomeadamente aquelas que envolvam penhoras e, em especial quando esteja em causa a casa de habitação efetiva do penhorado ou da sua família ou se verifique a presença de menores”.

### **3. O papel da crise no incumprimento do pagamento**

Antes de mais, urge distinguir os dois tipos distintos de executados.

Assim, existe aquele que vive além das suas possibilidades, encontrando-se constantemente em incumprimento e opta por não liquidar nenhuma das suas obrigações.

Em contrapartida, existe o executado, que se encontra nessa posição de incumprimento, não por desonestidade ou por falta de “querer” mas sim por falta de “poder” em consequência de fatores externos à sua vontade, como o desemprego, o salário baixo em contrapartida com as despesas e, em geral, da crise económica pelo qual o nosso país se vê a atravessar que altera a situação financeira do executado e que leva ao sobreendividamento das famílias portuguesas. Nesse sentido, reforça SUSANA ROCHA ao afirmar que “A realidade económico-financeira e social do país é hoje, como bem sabemos, um desafio diário para muitas famílias e empresas, que lutam diariamente pela sua subsistência.”<sup>129</sup> E, em sede de esclarecimento, é sobre este último grupo de executados sobre o qual estivemos a falar ao longo dos capítulos, porque é por esses que queremos lutar por uma execução mais justa e equilibrada e que olha aos meios para atingir os fins com respeito por ambas as partes, com apreço pelos direitos tanto do exequente como do executado.

Como é fácil de compreender, os credores face ao crescimento da dívida e do crédito mal parado tiveram que lançar mão dos meios legais para fazer cumprir (coativamente) as obrigações incumpridas pelos devedores.

---

<sup>129</sup> Cit. ROCHA, Susana, 2012. A Independência e a Imparcialidade - Jornadas de Estudo dos Agentes de Execução. pp. 7. [acedido e consultado em 20-05-2016] disponível em:

[http://cespecialidade.solicitador.net/uploads/cms\\_page\\_media/882/A%20independencia%20e%20a%20imparcialidade%20-%20Susana%20Rocha.pdf](http://cespecialidade.solicitador.net/uploads/cms_page_media/882/A%20independencia%20e%20a%20imparcialidade%20-%20Susana%20Rocha.pdf)

LUÍSA FARINHA e ANA LACERDA, no relatório do Banco de Portugal de Estabilidade Financeira de 2010, chegaram à conclusão que “A crise económica recente, no contexto de um elevado nível de endividamento das famílias, fez aumentar a preocupação com a sustentabilidade da dívida e a capacidade das famílias para honrarem os compromissos com o pagamento das suas dívidas no curto prazo. De facto, ao longo de mais de uma década, o endividamento das famílias aumentou significativamente na maioria das economias europeias”.<sup>130</sup>

Este sobreendividamento das famílias, em consequência da crise financeira<sup>131</sup> que atravessamos, que tomam forma com o aumento do desemprego, diminuição de salários, aumento das despesas<sup>132</sup> deixam o devedor numa posição em que dificilmente não entra em mora e incumprimento com as suas responsabilidades.

Assim, e para compreendermos o que leva o executado a não fazer face às suas obrigações, urge fazer um estudo sobre o papel de cada fator, que contribui para o crescimento do número de processos executivos a dar entrada nos tribunais, optando por fazer esse estudo desde 2007 (onde a crise ainda não tivera atingido as proporções que depois veio a tomar) até ao ano de 2015.

Antes de nos debruçarmos sobre outras questões, vamos analisar a evolução do número<sup>133</sup> de processos executivos entrados com base no seguinte gráfico:

---

<sup>130</sup> Cit. FARINHA, Luísa e LACERDA, Ana, 2010. Incumprimento no Crédito aos Particulares: Qual é o Papel do Perfil de Crédito dos Devedores? - Relatório de Estabilidade Financeira Novembro Banco de Portugal, Parte II, pp 145. [acedido e consultado em 29-09-2016] disponível em

[http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AR201005\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AR201005_p.pdf)

<sup>131</sup> Crise que atinge não só Portugal e a Europa, mas também o Mundo, como sabemos.

<sup>132</sup> Aumento das despesas face ao incremento do aumento do preço dos bens essenciais e necessários bem com aumento dos impostos que incidem sobre esses.

<sup>133</sup> Número de processos aproximado, calculado com base nas informações constantes do site da DGPJ [acedido e consultado em 29-09-2016] disponível em <http://www.siej.dgpj.mj.pt/>

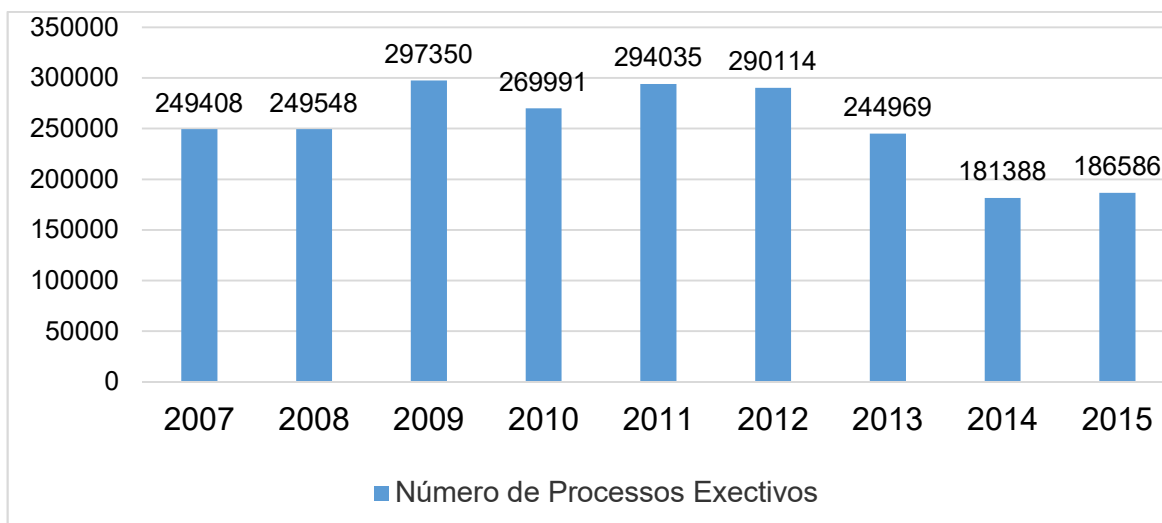


Figura 1 - Numero de Ações Executivas por ano<sup>134/135</sup>

Nesta altura conseguimos constatar que os anos em que deram entrada em tribunal de ações executivas foram de 2009 e 2011, com cerca de 297.350 e 294.035 processos, respetivamente, mantendo-se o elevado número de processos ainda em 2012 com cerca de 290.114 ações executivas.

Assim, podemos ainda concluir que o incremento do número de processos executivos instaurados está diretamente relacionado com crise económica e

<sup>134</sup> Fonte: DGPJ [acedido e consultado em 05-09-2016] disponível em

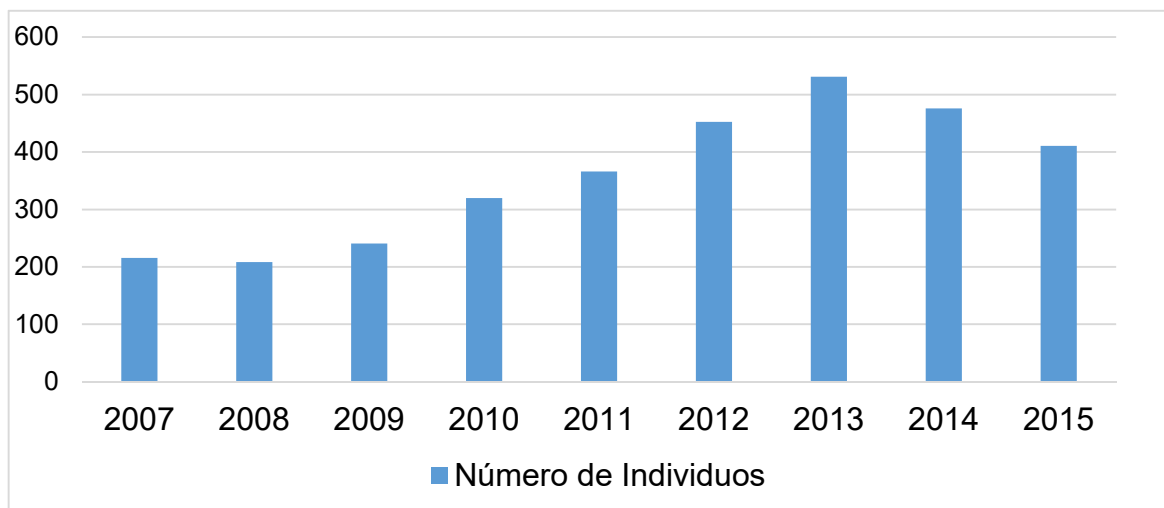
[http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow\\_633918141195530467](http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_633918141195530467)

<sup>135</sup> Para cálculo do valor mais aproximado do n.º de execuções que efetivamente deu entrada nos referidos anos fizemos a diferença do total de processos a dar entrada menos os transferidos entre unidades orgânicas em consequência da extinção e criação de novos tribunais, juízos ou secções, em virtude desses processos não respeitarem a execuções que entraram de novo nos tribunais portugueses, mas sim execuções que findaram na unidade orgânica ou tribunal de onde saíram e que entraram nas unidades orgânicas ou tribunais para onde foram transferidas.

financeira que teve a sua maior visibilidade no início de 2010 e que se agravou no início de 2011.<sup>136/137</sup>

Contudo, desde 2013 que número de execuções instauradas tem vindo a decrescer, apesar de a quebra não ser acentuada, tendo passado a cerca de 244.969 nesse ano. No ano de 2014 deram entrada menos 63.581 processos do que no ano anterior e em 2015 houve uma ligeira subida, tendo sido instaurados mais 5.198 processos.

A Crise económica que teve como consequência o aumento do desemprego, veio a refletir-se não só nesses primeiros anos mas também nos anos seguintes de 2012 a 2015, com destaque no ano de 2013, onde se registou a maior taxa de desempregados à procura de emprego por tempo superior a um ano, conforme figura 2 infra.



*Figura 2 - Desempregados à procura de emprego por tempo superior a 1 ano<sup>138</sup>*

---

<sup>136</sup> Cfr. LOPES, Armanda Luzia Vieira, 2013. Risco de crédito num contexto de crise. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, pp. 35. [acedido e consultado em 29-09-2016] Disponível em [http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/2061/1/DM\\_ArmandaLopes\\_2013.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/2061/1/DM_ArmandaLopes_2013.pdf)

<sup>137</sup> Ano em que Portugal se viu forçado a pedir um resgate financeiro. Cfr. NEVES, Carlos Santos, 2015. Portugal 2015, Quatro anos depois do Pedido de Resgate. Notícia Publicada na RTP Noticias em 06 de Abril de 2015. [acedido e consultado em 05-09-2016] disponível em [http://www.rtp.pt/noticias/especial-informacao/portugal-2015-quatro-anos-depois-do-pedido-de-resgate\\_n817989](http://www.rtp.pt/noticias/especial-informacao/portugal-2015-quatro-anos-depois-do-pedido-de-resgate_n817989)

<sup>138</sup> Fonte: PORDATA [acedido e consultado em 05-09-2016] disponível em

Ora, como conseguimos imaginar é impossível e inoportuno conseguir fazer face a qualquer obrigação se não temos qualquer fonte de rendimento, quanto mais por um ano.

Com a diminuição de rendimentos e um maior instabilidade económica os cidadãos portugueses deixaram de conseguir restituir os valores que tinham solicitado às entidades bancárias, ou que utilizaram valor disponibilizado, pelo banco, na sua conta e que não conseguiram devolver. Mais ainda, com a falta de valores na conta a ordem cada vez mais se fez uso ao cartão de crédito.

Assim, e com base na figura 3 (infra), constatamos que de 2007 para 2008, o número de procedimentos de injunção com base no incumprimento da restituição de valores correspondentes à abertura de crédito<sup>139</sup> aumentou cerca de 2,5 vezes mais.

Em 2009 assistiu-se a um aumento não tão acentuado que se manteve mais ou menos constante até 2011 e que tem vindo a decrescer desde então, exceto em 2014 onde os valores voltaram a subir ligeiramente, mas que baixaram significativamente em 2015.

---

<http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+desempregada+total+e+por+du%C3%A7%C3%A3o+da+procura+de+emprego-360>

<sup>139</sup> O contrato de abertura de crédito é aquele pelo qual o credor (entidade bancária, neste caso) se obriga a colocar à disposição do cliente uma determinada quantia pecuniária por tempo determinado ou não, ficando o último obrigado ao reembolso das somas utilizadas e ao pagamento dos respetivos juros e comissões. Cit. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra datado de 19 de Dezembro de 2012, processo nº 132/12.2TBCVL-A.C1, [acedido e consultado em 05-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/b2796da52561975480257af7003f1529?OpenDocument>

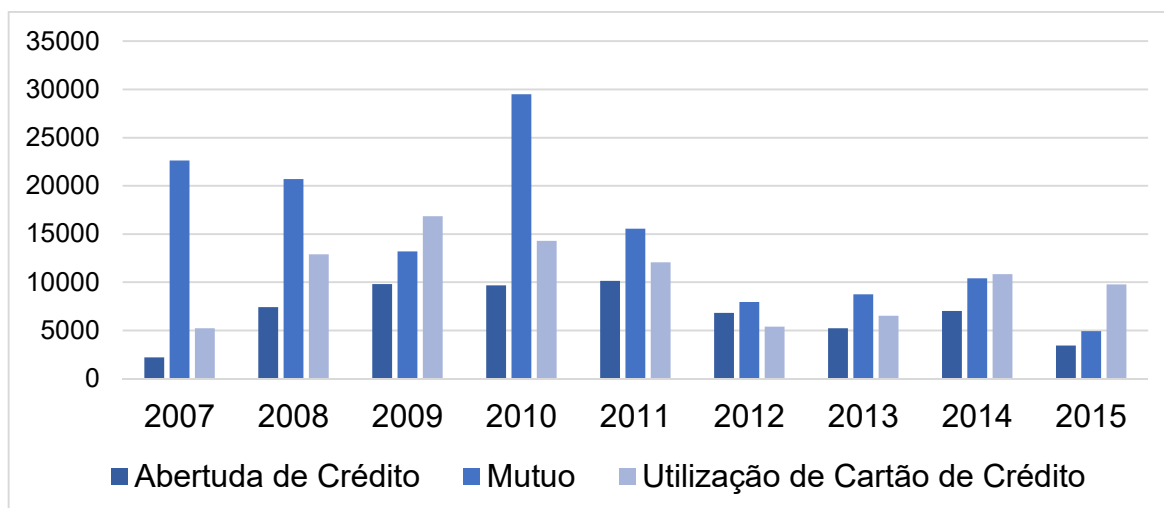


Figura 3 - Número de procedimentos de injunção consoante o motivo do incumprimento<sup>140</sup>

Ainda referente a análise da figura 3, o número de procedimentos de injunção instaurados por incumprimento de um contrato de mútuo atingiu o máximo em 2010, e mínimo em 2015. Assim constatamos que com o despoletar da crise assistiu-se, desde logo, a uma impossibilidade de cumprir as obrigações a que se tinham comprometido para com os credores.

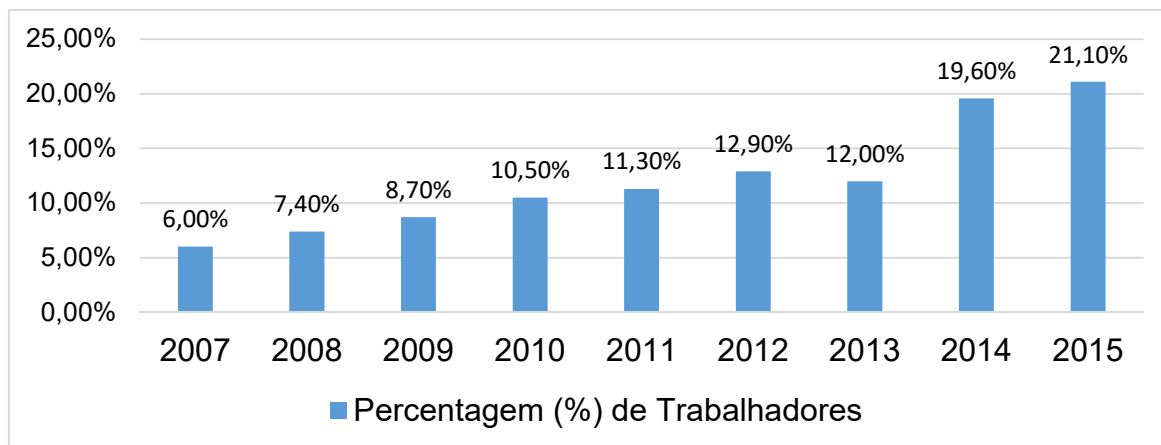
Ora, com o desemprego e consequente escassez de dinheiro as famílias portuguesas recorreram mais ao uso do cartão de crédito e pedido de montantes que depois não conseguirão restituir. Tal incumprimento verificou-se desde logo em 2008 em que o n.º de processos aumentou para mais do dobro em relação ao ano anterior e com considerável aumento no ano de 2009 com cerca de mais 3.942 processos.

Com efeito contributivo, sabemos que o nível dos salários tem vindo a descer cada vez mais. Enquanto que, em 2007 apenas 6% da população auferia o salário mínimo nacional, em 2015 a taxa subiu para os 21,10%, como podemos contatar na figura 4 (infra). Sim, é certo que ao longo desse tempo o valor da remuneração mínima aumentou e provavelmente os salários que já atingiam esses montantes não subiram proporcionalmente. Não obstante, como sabemos e é de

<sup>140</sup> Fonte: DGPJ [acedido e consultado em 05-09-2016] disponível em

[http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow\\_633918141195530467](http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_633918141195530467)

conhecimento comum, o valor de produtos essenciais e necessários têm sofrido aumentos, tanto a nível de valor base como dos impostos que incidem sobre esses.



*Figura 4 - Trabalhadores a auferir o salário mínimo nacional<sup>141</sup>*

Assim, com um salário de 557,00 €, que corresponde ao salário mínimo nacional nesta data, como já vimos em momento anterior, onde se subtrai despesas de alimentação da família e vestuário, despesas de deslocação (combustível ou transportes públicos), despesas de educação, despesas da habitação, da luz, da água e do gás, deixa o indivíduo com muito pouco para conseguir satisfazer todas as suas obrigações. Aliás, em 2009 registou-se o maior número de portugueses a viver no limiar da pobreza, conforme podemos contatar na figura 5.

---

<sup>141</sup> Fonte: PORDATA [acedido e consultado em 05-09-2016] disponível em [http://www.pordata.pt/Portugal/Trabalhadores+por+conta+de+outrem+com+sal%C3%A1rio+m%C3%ADnimo+nacional+por+sector+de+actividade+econ%C3%B3mica+++Continente+\(percentagem\)-2897](http://www.pordata.pt/Portugal/Trabalhadores+por+conta+de+outrem+com+sal%C3%A1rio+m%C3%ADnimo+nacional+por+sector+de+actividade+econ%C3%B3mica+++Continente+(percentagem)-2897)



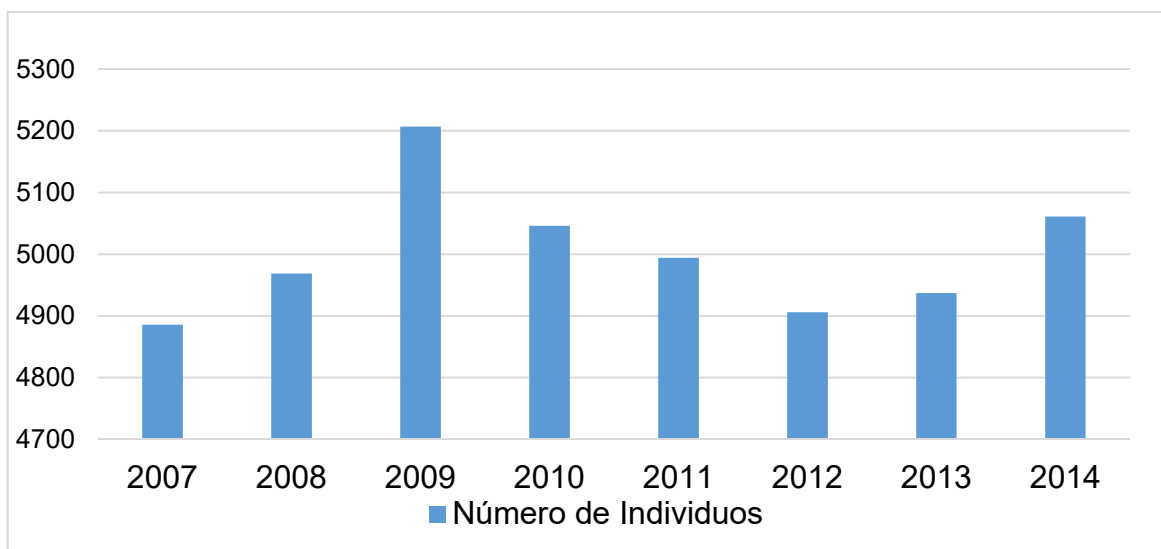


Figura 5 - Número de Portugueses no limiar da Pobreza<sup>142</sup>

Depois da análise e estudo destes dados podemos concluir que a crise económica que o nosso país se encontra a atravessar tem a maior responsabilidade no aumento do número de execuções em virtude de claramente se constatar que ano em que deram entrada mais ações executivas foi o ano de 2009, exatamente no mesmo ano em que se registaram mais portugueses no limite da pobreza e que os níveis de desemprego começaram a subir.

Assim, e como já tínhamos referido, não se trata de uma falta de “querer” mas sim por falta de “poder” em consequência de fatores externos à vontade do executado, como o desemprego, o salário baixo em contrapartida com as despesas e, em geral, da crise económica pelo qual o nosso país se vê a atravessar que altera a situação financeira do executado e que leva ao sobreendividamento das famílias portuguesas.

#### **4. Penhora da Casa de Morada de Família**

Como sabemos, a penhora que incide sobre o imóvel do executado usualmente corresponde à casa de morada de família. Decidimos colocar este ponto no capítulo reservado à esfera pessoal do executado por não se tratar

---

<sup>142</sup> Fonte: PORDATA [acedido e consultado em 05-09-2016] disponível em <http://www.pordata.pt/Portugal/Limiar+de+risco+de+pobreza-2167>

apenas e somente de uma penhora de imóvel. Neste caso estamos perante a habitação que abriga tanto o executado como a sua família, deixando de ser apenas ter um bem patrimonial.

Daí surgiu a seguinte questão: Será a penhora da casa de morada de família inconstitucional?

Quanto esta grande questão, o Ac. do Supremo Tribunal de Justiça, datado de 05 de Março de 2015<sup>143</sup>, tem o entendimento de que “A casa de morada de família não consta atualmente do elenco dos bens impenhoráveis do art.º 822.º do CPC e deve ter-se como um bem sujeito a penhora de acordo com a regra enunciada no art.º 821.º do mesmo diploma. (...) O direito à habitação do cidadão e da família, consagrado no art.º 65.º da CRP, não se confunde com o direito a ter casa própria, sendo que o legislador ordinário, não obstante estar ciente da sua importância, não estabeleceu, em homenagem àquele direito, a impenhorabilidade da casa de morada de família, mas apenas algumas defesas (art.º 834.º, n.º 2, do CPC e atual art.º 751.º, n.º 3, als. a) e b), do NCPC (2013)).”

Mais acrescenta, a título de conclusão, que “ (...) a penhora, por si só, não priva de habitação quem na casa possa habitar, há que concluir que aquela não atenta contra o direito constitucional à habitação, sendo certo que este não tem cariz absoluto nem se sobrepõe a qualquer outro, nomeadamente o direito de propriedade, como decorre do art.º 824.º, n.º 2, do CC.”<sup>144</sup> Nesse sentido o Ac. da Relação do Porto datado de 09 de Junho de 2005, defende que “pode ser penhorado um prédio onde o executado tenha instalada a sua habitação da sua família, não violando essa penhora qualquer preceito constitucional”<sup>145</sup>.

---

<sup>143</sup> Acórdão de 05 de Março de 2015, processo n.º 3762/12.9TBCSC-B.L1.S1, [acedido e consultado em 20-05-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/78def0775682199780257e000059f470?OpenDocument>

<sup>144</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 05 de Março de 2015, processo n.º 3762/12.9TBCSC-B.L1.S1, [acedido e consultado em 05-05-2016], disponível em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/78def0775682199780257e000059f470?OpenDocument>

<sup>145</sup> Acórdão da Relação do Porto de 09 de Junho de 2005, processo n.º 0533348, [acedido e consultado em 05-05-2016] disponível em:

Como sabemos trata-se de uma questão bastante delicada pois estamos a falar da habitação que alberga não só o executado mas toda a sua família.

Neste sentido as execuções fiscais rumaram no sentido de proteger a casa de morada de família, com a implementação da Lei n.º 13/2016, de 23 de maio<sup>146</sup>, que a salvaguarda estabelecendo restrições à venda executiva de imóvel que seja habitação própria e permanente do executado.

A penhora sobre o bem imóvel com finalidade de habitação própria e permanente está sujeita às condições previstas no artigo 244.º do CPPT, isto é, não há lugar à realização da venda de imóvel destinado exclusivamente a habitação própria e permanente do devedor ou do seu agregado familiar, quando o mesmo esteja efetivamente afeto a esse fim, exceto quando o valor tributável do imóvel se enquadre, no momento da penhora, na taxa máxima prevista para a aquisição de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, em sede de imposto sobre as transmissões onerosas de imóveis, ou seja, “quem tiver uma dívida ao Fisco e uma casa que sirva como habitação própria e permanente com valor patrimonial tributário até 574.323,00 euros, verá a casa penhorada, mas não vendida. A suspensão da penhora fica ativa durante tanto tempo quanto o necessário para a família pagar a dívida”<sup>147</sup>.

Mais estabelece o referido artigo que a venda só pode ocorrer um ano após o termo do prazo de pagamento voluntário da dívida mais antiga, não existindo impedimento de que a execução prossiga sobre outros bens. Não obstante, o

---

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/59115e11d2cd13a480257036004b9a19?OpenDocument>

146 Lei n.º 13/2016, de 23 de maio, que Altera o Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, e a Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, e protege a casa de morada de família no âmbito de processos de execução fiscal, [acedida e consultada em 29-09-2016], disponível em [http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/64C48739-46AE-4A54-A2DD-3F5F139A1C81/0/Lei\\_13\\_2016.pdf](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/64C48739-46AE-4A54-A2DD-3F5F139A1C81/0/Lei_13_2016.pdf)

<sup>147</sup> Cit. LÍGIA SIMÕES, Publicação no Económico online datada de 26 de Maio de 2016, [acedida e consultada em 29-09-2016], disponível em [http://economico.sapo.pt/noticias/fisco-ja-nao-pode-penhorar-casas-de-familia-a-partir-de-amanha\\_250047.html](http://economico.sapo.pt/noticias/fisco-ja-nao-pode-penhorar-casas-de-familia-a-partir-de-amanha_250047.html)

impedimento legal à realização da venda de imóvel pode cessar a qualquer momento, a requerimento do executado.

No que diz respeito às execuções cíveis o legislador encontrou outro modo de salvaguardar a casa de morada de família pela aplicação do artigo 785.º do CPC, nomeadamente se a oposição disser respeito ao imóvel que constitua habitação efetiva do executado, aplica-se o disposto no n.º 5 do artigo 733.º. Assim, se o bem penhorado for a casa de habitação efetiva do executado, o juiz pode, a requerimento daquele, determinar que a venda aguarde a decisão proferida em 1.ª instância sobre os embargos, quando tal venda seja suscetível de causar prejuízo grave e dificilmente reparável.

Casa vez mais, e como fomos compreendendo ao longo deste nosso estudo, existe uma procura incessante de tentar proteger e salvaguardar os direitos fundamentais do executado. É certo que este se encontra em caso de mora, e que o bem imóvel de sua propriedade que corresponde ao local onde efetivamente habita, juntamente com a sua família, possa ser o seu único bem suscetível de penhora. Mas, é da nossa opinião que é de elogiar tal posição, introduzida pelo legislador com a reforma de 2013, que evita que a venda desse bem cause danos irreversíveis.

No entanto, achamos que poderíamos aplicar às execuções cíveis sistema semelhante ao das execuções fiscais, dando a possibilidade ao executado de tentar efetuar pagamentos parciais voluntários e, enquanto este estivesse a cumprir com os pagamentos, o bem não poderia avançar com a venda. Mais defendemos que tal decisão deveria caber o juiz de execução por, mais uma vez, ser este a entidade com mais capacidade de decisão imparcial. Não obstante, em caso de incumprimento, a venda poderia prosseguir imediatamente a seguir.

## CONCLUSÃO

Desde o início da presente monografia deixamos bem claro que a mesma incide sobre o “executado acidental”, ou seja, aquele que despropositadamente e por fatores que não dependem da sua vontade, se encontra numa situação em que não consegue cumprir com as obrigações.

Tendo optado por desenvolver o impacto patrimonial e pessoal e que a penhora acarreta, propusemo-nos a responder a certas questões, designadamente:

- Que implicações tem o ato da penhora para além das óbvias implicações económicas?
- É a crise a grande responsável pelo aumento da ação para pagamento de quantia certa?
- A ação executiva é uma ação justa?
- Quais os meios existentes para proteger os direitos do executado?

Para responder a tais questões, dividimos a presente dissertação duas partes: A primeira parte é destinada ao estudo e análise do impacto da ação executiva para pagamento de quantia certa no património do executado, dando atenção, também, às alterações efetuadas ao código de processo civil. Sendo a segunda parte da presente monografia destinada a compreender e analisar as consequências na vida pessoal, profissional e familiar da cobrança coerciva da dívida.

Nessa senda, ao contrário da ação declarativa, a ação executiva não visa a declaração ou reconhecimento de um direito, mas sim a sua concretização reparação efetiva e coerciva, em prazo razoável, de um direito do exequente. Ao longo das várias reformas do CPC foram alteradas as competências atribuídas ao AE e ao Juiz de Execução. Enquanto que na reforma de 2003, quando foi introduzida a desjudicialização do processo executivo e a figura do Agente de Execução, apesar de muitos atos terem passado para a competência do AE, o Juiz ainda tinha um papel de controlo e supervisão. Com a reforma de 2009 foram atribuídas ao Agente e Execução mais competências, com vista à simplificação da ação executiva. Não obstante em 2013, foram devolvidas ao Juiz de execução

certas competências para garantir uma maior segurança jurídica. Alteração, essa, com o qual nós concordamos uma vez que há competências que não podem ser retiradas do Juiz sob pena de se colocar em risco a segurança jurídica.

Vimos, ainda que existem três tipos de ação executiva designadamente: A Ação Executiva para pagamento de quantia certa, para entrega de coisa certa e, para prestação de facto. Debruçando-se, o presente estudo, sobre a execução para pagamento de quantia certa, mais concretamente sobre a penhora.

Designa-se por penhora, a apreensão judicial de bens que constituem objeto de direitos do executado, com o objetivo da concretização e satisfação da obrigação.

Dando especial ênfase à penhora de bens imóveis, de bens móveis (sujeitos e não sujeitos a registo), de vencimento, de saldo bancário e de créditos que o executado tenha a receber. A penhora de bens imóveis é concretizada via eletrónica pelo Agente de Execução que comunica com os serviços de registo competentes. A penhora de bens móveis subdivide-se em dois grandes grupos: os bens móveis sujeitos a registo e os bens móveis não sujeitos a registo.

A penhora de bens móveis sujeitos a registos segue os mesmos tramites, com as devidas adaptações, da penhora de imóveis. É sobre estes bens que se verifica a grande alteração introduzida com a reforma de 2013 por ser possível preceder a imobilização do veículo à penhora. Visão, essa, com qual nós concordamos uma vez que tal alteração visa evitar o prejuízo do exequente em penhorar veículos que, mais tarde, se apurava que já não se faziam deslocar pelos próprios meios ou cujo valor venal não justificava os custos da penhora ou, ainda mais gravoso, que já não existissem. Assim, antecipando a diligência de imobilização, à penhora, dá oportunidade ao exequente de avaliar a viabilidade dessa penhora.

Na penhora de bens móveis não sujeitos a registo, é usual o contacto direto com o executado. O que implica um enorme transtorno psicológico para o executado e para os seus familiares, tendo o AE um papel de mediador de conflitos que muitas vezes contribui para que exequente e executado cheguem a um acordo que favoreça ambas as partes, assim se evitando a penhora.

A penhora de vencimento pensões, rendas abonos e pensões de sobrevivência é realizada sobre a forma de citação e está sujeita às suas formalidades estando estas limitadas por um limite mínimo e máximo de impenhorabilidade. Quando o salário do funcionário de uma empresa é penhorado que surge um certo estigma que resulta em vergonha para o executado. Para além disso origina uma certa desconfiança entre empregador e trabalhador. A referida penhora implica custos adicionais para a entidade patronal, para além do risco que correm de pelo não cumprimento da notificação, muitas vezes em consequência na falta de informação e da não compreensão dos dizeres da notificação e das resultado do seu não cumprimento. Podendo, esta, resultar no despedimento do executado ou na não renovação do seu contrato em virtude da entidade patronal não estar disposta a ter de despende o tempo e recursos da empresa para responder e dar cumprimento à penhora.

A penhora de saldos bancários, após a reforma de 2013 deixou de estar dependente de prévio despacho judicial e é efetuada eletronicamente. Apesar de não deixar de ser coercivo, é, para nós, o meio menos agressivo de recuperação do valor em dívida.

A penhora de créditos é semelhante à penhora de vencimentos e à penhora de saldos bancários e poderá resultar na quebra de uma relação de confiança que muito provavelmente contribuirá para a cessação de qualquer tipo de relação comercial/negocial existia entre as partes.

Para proteger o executado o legislador prevê o regime de impenhorabilidades, podendo os bens ser absolutamente impenhoráveis, relativamente impenhoráveis e parcialmente impenhoráveis. Demos especial importância aos bens indispensáveis à economia doméstica que deixaram de fazer parte dos bens absolutamente impenhoráveis para passarem a fazer parte dos bens relativamente impenhoráveis.

Motivo pelo qual optamos por fazer uma comparação com outros ordenamentos jurídicos de modo a perceber se o nosso conceito de bens indispensáveis se assemelha aos restantes. Tendo chegado à conclusão existe uma opinião praticamente unanime entre os referidos países sobre o grupo de bens que são considerados bens imprescindíveis a qualquer economia doméstica e, por

isso, impenhoráveis, pois garantem ao executado e ao seu agregado familiar um mínimo de dignidade que sem estes bens não se tornaria possível. Não obstante, em certas situações, pode ser legítimo a diminuição do círculo dos bens considerados indispensáveis, pois tem que se considerar o lícito benefício do exequente de modo a que este alcance com maior rapidez e eficácia liquidação da obrigação. Ainda assim, no nosso entender, não pode ser admitido a satisfação desse direito do exequente a qualquer custo. Assim, notando o contexto social moderno atual, é essencial ampliar o conjunto de bens imprescindíveis à economia doméstica e flexibilizar o critério de verificação da imprescindibilidade, e até, em certos casos, ter-se em consideração a situação concreta do devedor para garantir a maior justiça possível.

Como sabemos, sendo o executado casado, dependendo do regime do seu casamento, pode a penhora incidir sobre bens comuns do casal. Assim, sempre que se revele necessário penhorar bens comuns em virtude dos bens próprios se mostrarem insuficientes tem o cônjuge do executado tem de ser citado para, no prazo de 20 dias, requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência de ação em que a separação já tenha sido requerida, sob pena de a execução prosseguir sobre os bens comuns.

Para finalizar o capítulo das impenhorabilidades, e recapitulando sumariamente, concluímos que apenas respondem pela dívida os bens do executado que não estejam abrangidos e tutelados como bens parcialmente, relativamente e absolutamente impenhoráveis. Sem nos esquecer do limite à penhora decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana, no que diz respeito ao executado e à sua família e ainda no que diz respeito ao princípio da proporcionalidade da penhora.

Assim, podemos concluir que, ainda que se trate de um processo de natureza coerciva, a lei processual está a caminhar no sentido de tentar proteger o impacto que a mesma implica na vida do executado.

Na segunda parte da presente monografia que, como já referimos, se debruça sobre a esfera pessoal, profissional e familiar do devedor.



Como já vimos a penhora tem um impacto vai muito para além do nível pessoal e familiar e passa a ter um impacto na vida profissional do executado, em virtude de implicar, de imediato, por exemplo, numa quebra de confiança para com o trabalhador ou prestador de serviços.

Assim, apesar de sabermos que todo este processo acarreta um impacto trágico na vida familiar, profissional e financeira do executado, não nos podemos esquecer que o primeiro prejudicado foi o exequente com a mora do executado. Por isso, face à natureza do processo executivo urge respeitar os direitos do executado como o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana bem como os próprios limites da penhora impostos pelo Princípio da Proporcionalidade da Penhora.

Somos da opinião que, na execução, o princípio da dignidade da pessoa humana tem como objetivo salvaguardar as condições mínimas de subsistência do devedor e da sua família impondo limitações à penhora, nomeadamente dos bens necessários e essenciais a uma vida digna. Tendo o princípio da proporcionalidade o objetivo de evitar penhoras excessivas e até venda de algum ou alguns bens cujo seu valor ultrapasse o montante em dívida, quando se poderia ter optado por outros que garantissem o mesmo fim sem prejudicar tanto o executado e a sua esfera patrimonial e pessoal, garantindo, assim, uma penhora justa e, consequentemente, uma execução justa.

Assim, podemos concluir que a penhora acarreta várias consequências negativas na esfera pessoal, profissional e familiar do executado, motivo pelo qual se torna imprescindível o respeito pelo princípio da dignidade da pessoa humana e pelo princípio da proporcionalidade. Não podendo um exequente esperar que o Agente de execução penhore todos os bens existentes no património do executado se apenas alguns deles forem suficientes para a satisfação da dívida. Muito menos que penhore bens cuja apreensão resulte num prejuízo tal, que o executado, e a sua família, vivam no limiar da pobreza e sem condições mínimas a uma vida digna.

Motivo pelo qual foram criados limites e mecanismos que protegem o executado, tanto quanto o possível, tendo em conta a natureza da execução, com vista a uma execução livre de penhoras injustas e excessivas que importem uma agressão despropositada no património do executado

Assim, tem o executado a possibilidade de deduzir oposição á execução e/ou à penhora. Tais incidentes são de natureza declarativa e são autuadas por apenso.

Nessa senda, podemos concluir que esses apensos garantem uma execução justa uma vez que, estando perante uma penhora ilegal, o executado pode fazer valer os seus direitos e impedir a que a penhora recaia sobre bens que não deveria ou que a penhora seja desproporcionada.

No entanto, também concluímos que não se consegue garantir, na ação executiva, uma igualdade de armas entre as partes uma vez que tal iria contrariar a natureza coerciva da mesma.

Para melhor compreensão das causas que levaram ao incumprimento optámos por cruzar vários dados e perceber se estes estariam interligados e se estes levaram a uma maior procura da ação executiva face ao desemprego. Assim, analisámos os seguintes fatores, no período temporal de 2007 até 2015: número de ações executivas por ano; desempregados à procura de emprego por tempo superior a 1 ano; número de procedimentos de injunção consoante o motivo do incumprimento; trabalhadores a auferir o salário mínimo nacional e, por último, número de portugueses no liminar da pobreza. Depois da análise e estudo destes dados podemos concluir que a crise económica que o nosso país se encontra a atravessar tem a maior responsabilidade no aumento do número de execuções em virtude de claramente se constatar que ano em que deram entrada mais ações executivas foi o ano de 2009, exatamente no mesmo ano em que se registaram mais portugueses no limite da pobreza e que os níveis de desemprego começaram a subir.

Assim, não se trata de uma falta de “querer” mas sim por falta de “poder” em consequência de fatores externos à vontade do executado, como o desemprego, o salário baixo em contrapartida com as despesas e, em geral, da crise económica pelo qual o nosso país se vê a atravessar que altera a situação financeira do executado e que leva ao sobreendividamento das famílias portuguesas.

Por último, chegamos à conclusão que não é inconstitucional a penhora da casa de morada de família não devendo a mesma ser considerada um bem absolutamente impenhorável, em virtude de acarretar um enorme prejuízo para o exequente e numa desresponsabilização para o executado. Pensamos que a

solução seria, adotar um sistema semelhante ao que existe no regime das execuções fiscais em que concretizada a penhora, a venda não é realizada.

Assim, concluímos que para além do estigma e vergonha a que a ação executiva ainda está associada, gera desconfiança, tanto pelos membros da família como pela entidade patronal, se for o caso, ou pelas entidades a quem presta serviços. E, como conseguimos comprovar, não nos restam dúvidas de que a maioria dos portugueses deixou de conseguir suportar os encargos e cumprir as obrigações que, até aquela altura, havia suportado em consequência da crise económica que se fez sentir em Portugal. Por isso, é fundamental nunca esquecer ou ignorar os limites da penhora, a dignidade da pessoa humana, o princípio da proporcionalidade, de ponderação, de equilíbrio, da igualdade entre as partes e a luta por um processo justo.

## **BIBLIOGRAFIA**

CANOTILHO, J. J. Gomes, 2003. Direito Constitucional e Teoria da Constituição, 7.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Almedina. ISBN 9724021068.

CANOTILHO, J. J. Gomes e MOREIRA, Vital, 2007. Constituição da Republica Portuguesa Anotada, Volume I, 4.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Coimbra Editora.

CASTANHEIRA, Sérgio; AMARAL, Ricardo, 2015. Procedimento Extrajudicial Pré- Executivo – Anotado – Vantagens e Desvantagens Relativamente à Ação Executiva. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-5991-4.

COELHO, Francisco Pereira; OLIVEIRA, Guilherme de, 2001. Curso de Direito da Família, volume I, 2.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN 9723210355.

DIAS, Jorge Figueiredo, 2012. Comentário Conimbricense do Código Penal, Tomo I, Parte Especial - Artigos 131º a 201º, 2.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN ISBN 978-972-32-2061-2.

FREITAS, José Lebre de Freitas, 2014. A Ação Executiva à luz do Código de Processo Civil de 2013, 6.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN 9789723222241.

FREITAS, José Lebre de, MENDES, Armindo Ribeiro, 2003. Código de Processo Civil: Anotado, Volume 3. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN 9723212013.

LOPES, Armanda Luzia Vieira, 2013. Risco de crédito num contexto de crise. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. [acedido e consultado em 29-09-2016] Disponível em

[http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/2061/1/DM\\_ArmandaLopes\\_2013.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/2061/1/DM_ArmandaLopes_2013.pdf)

LOPES, Joaquim Seabra, 2015. Direito dos Registos e do Notariado, 7.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Almedina. ISBN 9789724057484.

MARQUES, J.P. Remédio, 2000. Curso de Processo Executivo Comum à Face do Código Revisto. Coimbra: Almedina. ISBN: 9724014185.

MEIRELES, Ana Isabel Teixeira, 2015. A evolução da repartição de poderes entre o Juiz e o Agente de Execução. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras, [acedido e consultado em 31-03-2017] disponível em [http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/8153/1/DM\\_AnaMeireles\\_MSOL2015.pdf](http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/8153/1/DM_AnaMeireles_MSOL2015.pdf)

NETO, Abílio, 2009. Código Civil Anotado, 16.<sup>a</sup> Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Ediforum. ISBN 978-972-8035-91-4.

NETO, Abílio, 2009. Código de Processo Civil: Anotado, 21<sup>a</sup> Edição Actualizada. Lisboa: Ediforum. ISBN 9789728035921.

NETO, Abílio, 2014. Novo Código de Processo Civil: Anotado, 2<sup>a</sup> edição, Revista e Ampliada. Lisboa: Ediforum. ISBN 9789898438102.

OLIVEIRA, Fernando António Rodrigues da Silva Coutinho, 2013. Breves Considerações a Respeito do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Dissertação de Mestrado em Direito - Ciências Jurídico-Filosóficas, entregue em 31/07/2013. Universidade do Porto, [acedido e consultado em 09-08-2016] disponível em

[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_gdoc\\_id=34070](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=34070)

PINTO, Rui, 2010. Execução Civil de Dívidas de Cônjuges: Novas Reflexões Sobre um Velho Problema. Revista Do CEJ n.º 14 do 2.º Semestre. Lisboa. ISSN 1645-829X.

PINTO, Rui, 2013. Manual da Execução e Despejo, 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN 9789723221824.

PINTO, Rui, 2014. Notas ao Código de Processo Civil, 1ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN 9789723221800.

PRATA, Ana, 2010. Dicionário Jurídico, Volume I, 5.ª Edição. Coimbra: Almedina. ISBN 9789724033938.

REIS, José Alberto dos, 1985. Processo de Execução, Volume I, 3.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora.

REIS, José Alberto dos, 1985. Processo de Execução, Volume II, Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora.

RIBEIRO, Virgínio da Costa; REBELO, Sérgio. 2015. A Ação Executiva Anotada e Comentada. Coimbra: Almedina. ISBN 978-972-40-6094-1.

ROCHA, Susana, 2012. A Independência e a Imparcialidade - Jornadas de Estudo dos Agentes de Execução. [acedido e consultado em 20-05-2016] Disponível em

[http://cespecialidade.solicitador.net/uploads/cms\\_page\\_media/882/A%20independencia%20e%20a%20imparcialidade%20-%20Susana%20Rocha.pdf](http://cespecialidade.solicitador.net/uploads/cms_page_media/882/A%20independencia%20e%20a%20imparcialidade%20-%20Susana%20Rocha.pdf)

RODRIGUES, Benjamim Silva, 2013/2014. Esboço de um Curso de Deontologia e História da Solicitadoria (Contributo para a Fundamentação de um Novo Paradigma de Exercício da Solicitadoria no Umbral do Século XXI), 7.ª Edição Coimbra: Secção de Texto – ISCAC.

RODRIGUES, Benjamim da Silva, 2015. Ventos de Mudança na vida Profissional dos Solicitadores e Agentes de Execução – Uma Nova (Des)Ordem, Ética e Deontologia Profissional (?), Tomo II, 1ª Edição. Lisboa: Rei dos Livros. ISBN 9789898305903.

SAMPAIO, J. M. Gonçalves, 2008. A Acção Executiva e a Problemática das Execuções Injustas, 2.ª Edição Revista, atualizada e ampliada. Coimbra: Almedina. ISBN978-972-40-3385-3.

SILVA, Paula Costa e, 2003. A Reforma da Acção Executiva, 3.ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN 9789723212143.

SOUSA, M. Teixeira de, 1997. Estudos Sobre o Novo Processo Civil, 2.ª Edição. Lisboa: Lex. ISBN 9729495556.

SOUSA, M. Teixeira de, 1998. Acção Executiva Singular. Lisboa: Lex. ISBN 9729495769.

SOUSA, M. Teixeira de, 2004. A Reforma da Acção Executiva. Lisboa: Lex. ISBN 9728634242.

SOUSA, M. Teixeira de, 2004. (Capítulo) As Dívidas dos Cônjuges em Processo Civil (na obra principal) Comemorações dos 35 anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN 9789723212563.

SOUSA, Rabindranath Capelo de, 1995. O Direito Geral de Personalidade. Coimbra: Coimbra Editora. ISBN 9723206773.

VALLES, Edgar, 2015. Cobrança Judicial de Dívida, Injunções e Respetivas Execuções, 6.ª Edição. Coimbra: Almedina. ISBN 9789724058948.

VARELA, João de Matos Antunes, 2000. Das Obrigações em Geral, Volume I, 10.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Livraria Almedina. ISBN 9724013898.

VICENTE, Laura Nunes, 2014. O Princípio da Proporcionalidade - Uma Nova Abordagem em Tempos de Pluralismo. Edição: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Instituto Jurídico. Coimbra. ISBN 978-989-8787-01-9.

[acedido e consultado em 17-06-2016] Disponível em:

[http://www.ij.f.d.uc.pt/publicacoes/premios/pub\\_1\\_ms/numero1\\_pms.pdf](http://www.ij.f.d.uc.pt/publicacoes/premios/pub_1_ms/numero1_pms.pdf)



## **PUBLICAÇÕES ONLINE**

FARINHA, Luísa e LACERDA, Ana, 2010. Incumprimento no Crédito aos Particulares: Qual é o Papel do Perfil de Crédito dos Devedores? - Relatório de Estabilidade Financeira Novembro Banco de Portugal, Parte II, pp. 145. [acedido e consultado em 29-09-2016] Disponível em

[http://www.bportugal.pt/ptPT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AR201005\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/ptPT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AR201005_p.pdf)

LÍGIA SIMÕES, Publicação no Económico online datada de 26 de Maio de 2016, [acedida e consultada em 29-09-2016] disponível em

[http://economico.sapo.pt/noticias/fisco-ja-nao-pode-penhorar-casas-de-familia-a-partir-de-amanha\\_250047.html](http://economico.sapo.pt/noticias/fisco-ja-nao-pode-penhorar-casas-de-familia-a-partir-de-amanha_250047.html)

NEVES, Carlos Santos, 2015. Portugal 2015, Quatro anos depois do Pedido de Resgate. Notícia Publicada na RTP Notícias em 06 de Abril de 2015. [acedido e consultado em 05-09-2016] disponível em

[http://www.rtp.pt/noticias/especial-informacao/portugal-2015-quatro-anos-depois-do-pedido-de-resgate\\_n817989](http://www.rtp.pt/noticias/especial-informacao/portugal-2015-quatro-anos-depois-do-pedido-de-resgate_n817989)

## **FONTES DE BASES DE DADOS ESTATÍSTICAS**

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo, disponível em

<http://www.pordata.pt/Home>

DGPJ – Estatísticas Oficiais da Justiça, disponível em

[http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow\\_636108784064531250](http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636108784064531250)

## JURISPRUDÊNCIA

### TRIBUNAL CONSTITUCIONAL:

Acórdão de 03 de Julho de 1991, processo n.º 89-0297, [acedido e consultado em 05-08-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/atco1.nsf/904714e45043f49b802565fa004a5fd7/810f63c8e440b7018025682d00648907?OpenDocument>

Acórdão de 04 de Novembro de 1993, processo n.º 94/92, na 2ª Secção do Tribunal Constitucional, [acedido e consultado em 20-06-2016] disponível em:

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19930634.html>

### SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

Acórdão de 26 de Setembro de 2002, processo n.º 02B213, [acedido e consultado em 28-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/594ac9c97e092ee7802572970057ca82?OpenDocument>

Acórdão de 15 de Março de 2012, processo n.º 492/07.TBTNV.C2.S1, [acedido e consultado em 15-08-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/cc2173939fc41d6280257a480035fc1b?OpenDocument>

Acórdão de 11 de Setembro de 2012, processo n.º 2326/11.09TBLLE.E1.S1, [acedido e consultado em 28-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/03a50429a335358f80257a77004a1aa2>

Acórdão de 05 de Março de 2015, processo n.º 3762/12.9TBCSC-B.L1.S1, [acedido e consultado em 20-05-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/78def0775682199780257e000059f470?OpenDocument>

#### TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA:

Acórdão de 30 de Novembro de 2010, processo nº 2345/09.5TBFIG.C1, [acedido e consultado em 05-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/de204361e30726fd8025780f00531622?OpenDocument>

Acórdão de 19 de Dezembro de 2012, processo nº 132/12.2TBCVL-A.C1, [acedido e consultado em 05-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/b2796da52561975480257af7003f1529?OpenDocument>

Acórdão de 16 de Abril de 2013, processo nº 3234/09.9T2AGD-C.C1, [acedido e consultado em 12-09-2016 e em 05-04-2017] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/5957a4f4dfa7a55f80257b630056ac7a?OpenDocument>

#### TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO:

Acórdão de 09 de Junho de 2005, processo n.º 0533348, [acedido e consultado em 05-05-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/59115e11d2cd13a480257036004b9a19?OpenDocument>

Acórdão de 13 de Novembro de 2007, processo n.º 0720762, [acedido e consultado em 24-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/6bae9488f02dd64f802573bd003f221c?OpenDocument>

Acórdão de 09 de Setembro de 2008, processo n.º 0824024, [acedido e consultado em 02-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/891090e9d9bf9c70802574d4004c01e0?OpenDocument>

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto datado de 01 de Fevereiro de 2016, processo n.º 12613/15.1T8PRT.P1, [acedido e consultado em 25-06-2016], disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/91e306bbf87c23c780257f62004e7823?OpenDocument>

#### TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA:

Acórdão de 21 de Abril de 2005, processo n.º 3062/2005-8, [acedido e consultado em 02-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/0/231a000ca808d3b18025702700346d88>

Acórdão de 02 de Outubro de 2014, processo n.º 1111/12.5TMLSB-B.L1-2, [acedido e consultado em 15-08-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/1bb97bfb32797ecc80257d8e0050f517?OpenDocument>

#### TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES:

Acórdão de 21 de Fevereiro de 2008, processo, n.º 2702/07, [acedido e consultado em 02-09-2016] disponível em

<http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/796de0a7c73eef1c802574440036b214?OpenDocument>

## **JURISPRUDÊNCIA ESTRANGEIRA**

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (BRASILEIRO):

Acórdão de 09 de Agosto de 2011, processo n.º REsp 875687 RS 2006/0172710-7, [acedido e consultado em 05-08-2016] disponível em

<http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21090406/recurso-especial-resp-875687-rs-2006-0172710-7-stj>

## LEGISLAÇÃO

Código de Processo Civil (Novo)

Código de Processo Civil - redação dada pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro

Código de Processo Civil - redação dada pelo Decreto-Lei n.º 38/2003, de 08/03 (REFORMA 2003)

Código Civil

Código de Registo Predial

Código Penal

Decreto-Lei n.º 54/75, de 12 de Fevereiro, disponível em  
[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=598&tabela=leis  
&nversao=&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=598&tabela=leis&nversao=&so_miolo)

Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro disponível em:  
[http://www.dgpi.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/dl-329a-  
1995/downloadFile/file/DL\\_329A\\_1995.pdf?nocache=1182950555.26](http://www.dgpi.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/dl-329a-1995/downloadFile/file/DL_329A_1995.pdf?nocache=1182950555.26)

DL n.º 38/2003 de 8 de março, disponível em:  
[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=65&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=65&tabela=leis)

DL n.º 226/2008, de 20 de Novembro disponível em:  
[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1030&tabela=lei](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1030&tabela=lei)

S

Decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro, disponível em

<https://dre.pt/application/conteudo/72997146>

Estatuto da Câmara dos Solicitadores, disponível em

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=27&tabela=leis&nversao=4&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=27&tabela=leis&nversao=4&so_miolo)

Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução - Lei n.º 154/2015, de 14 de Setembro, disponível em

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=2442&tabela=leis&nversao=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2442&tabela=leis&nversao=)

Portaria n.º 282/2013, de 29 de Agosto, disponível em

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1968&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1968&tabela=leis)

S

Regulamento n.º 202/2015, de 28 de Abril - Código Deontológico dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, disponível em

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=2316&tabela=leis&ficha=1&pagina=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2316&tabela=leis&ficha=1&pagina=1)

Regime Jurídico do Processo de Inventário (Lei n.º 23/2013, de 05 de Março)

Lei n.º 13/2016, de 23 de maio, disponível em

[http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/64C48739-46AE-4A54-A2DD-3F5F139A1C81/0/Lei\\_13\\_2016.pdf](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/64C48739-46AE-4A54-A2DD-3F5F139A1C81/0/Lei_13_2016.pdf)

## **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA**

Código de Processo Civil Alemão (*Zivilprozessordnung* - ZPO) (artigo 811.º)  
disponível em: <http://dejure.org/gesetze/ZPO/811.html>

Código de Processo Civil Brasileiro disponível em:

[http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cpc\\_L5869.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cpc_L5869.pdf)

Code des procédures civiles d'exécution disponível em:

<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT0000250>

24948



# ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| PARTE I - A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO EXECUTADO PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA.....                   | 10 |
| CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES GERAIS DA PENHORA .....  | 11 |
| 1. Execução para Pagamento de Quantia Certa .....   | 11 |
| 2. Noção e Função da Penhora .....  | 16 |
| CAPÍTULO II - TIPOS DE PENHORA .....  | 20 |
| 1. Considerações Gerais – Bens que podem ser Penhorados .....   | 20 |
| 2. Penhora de Imóveis.....  | 21 |
| 3. Penhora de Bens Móveis.....  | 24 |
| 3.1 Bens Móveis Sujeitos a Registo .....  | 24 |
| 3.1 Bens Móveis Não Sujeitos a Registo .....  | 26 |
| 4. Penhora de Vencimento .....  | 30 |
| 5. Penhora de Saldo Bancário .....  | 34 |
| 6. Penhora de Créditos .....  | 37 |
| CAPÍTULO III - AS IMPENHORABILIDADES.....   | 40 |
| 1. Considerações Gerais da Impenhorabilidade .....  | 40 |
| 2. Bens Absolutamente Impenhoráveis .....   | 41 |
| 3. Bens Relativamente Impenhoráveis .....   | 43 |
| 3.1 Jus comparatione com outros sistemas jurídicos .....  | 46 |
| 4. Bens Parcialmente Penhoráveis.....   | 49 |
| 5. Penhora de Bens Comuns do Casal.....   | 50 |
| 5.1. Estatuto Processual do Cônjuge do Executado.....   | 59 |
| PARTE II - A PENHORA E O IMPACTO DA PENHORA NA VIDA PESSOAL, PROFISSIONAL E FAMILIAR DO EXECUTADO ..... | 63 |
| CAPÍTULO I – LIMITES DA PENHORA .....   | 64 |
| 1. Os Efeitos da Penhora.....   | 64 |
| 2. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....   | 67 |
| 3. O Princípio da Proporcionalidade da Penhora .....  | 69 |
| CAPÍTULO II – Impacto Pessoal do pagamento coercivo .....   | 74 |

|  |    |
|--|----|
| 1. A relação do Agente de execução e o executado.....  | 74 |
| 1.1 Relações com o Executado ao abrigo do artigo 27º do CDSA.....  | 76 |
| 1.2 O Dever de ponderação e equilíbrio .....   | 77 |
| 1.3 Dever de Informação .....  | 78 |
| 1.4 Proibição de atuação desproporcionada ou coerções que se possam confundir com ameaça ou assédio..... | 78 |
| 2. Um processo Executivo Justo.....  | 80 |
| 2.1 Princípio da Igualdade das Partes .....  | 85 |
| 3. O papel da crise no incumprimento do pagamento .....  | 89 |
| 4. Penhora da Casa de Morada de Família .....  | 96 |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 1 - NÚMERO DE AÇÕES EXECUTIVAS POR ANO/ .....  | 91 |
| FIGURA 2 - DESEMPREGADOS À PROCURA DE EMPREGO POR TEMPO SUPERIOR A 1 ANO                    | 92 |
| FIGURA 3 - NÚMERO DE PROCEDIMENTOS DE INJUNÇÃO CONSOANTE O MOTIVO DO<br>INCUMPRIMENTO ..... | 94 |
| FIGURA 4 - TRABALHADORES A AUFERIR O SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL .....                          | 95 |
| FIGURA 5 - NÚMERO DE PORTUGUESES NO LIMINAR DA POBREZA .....                                | 96 |